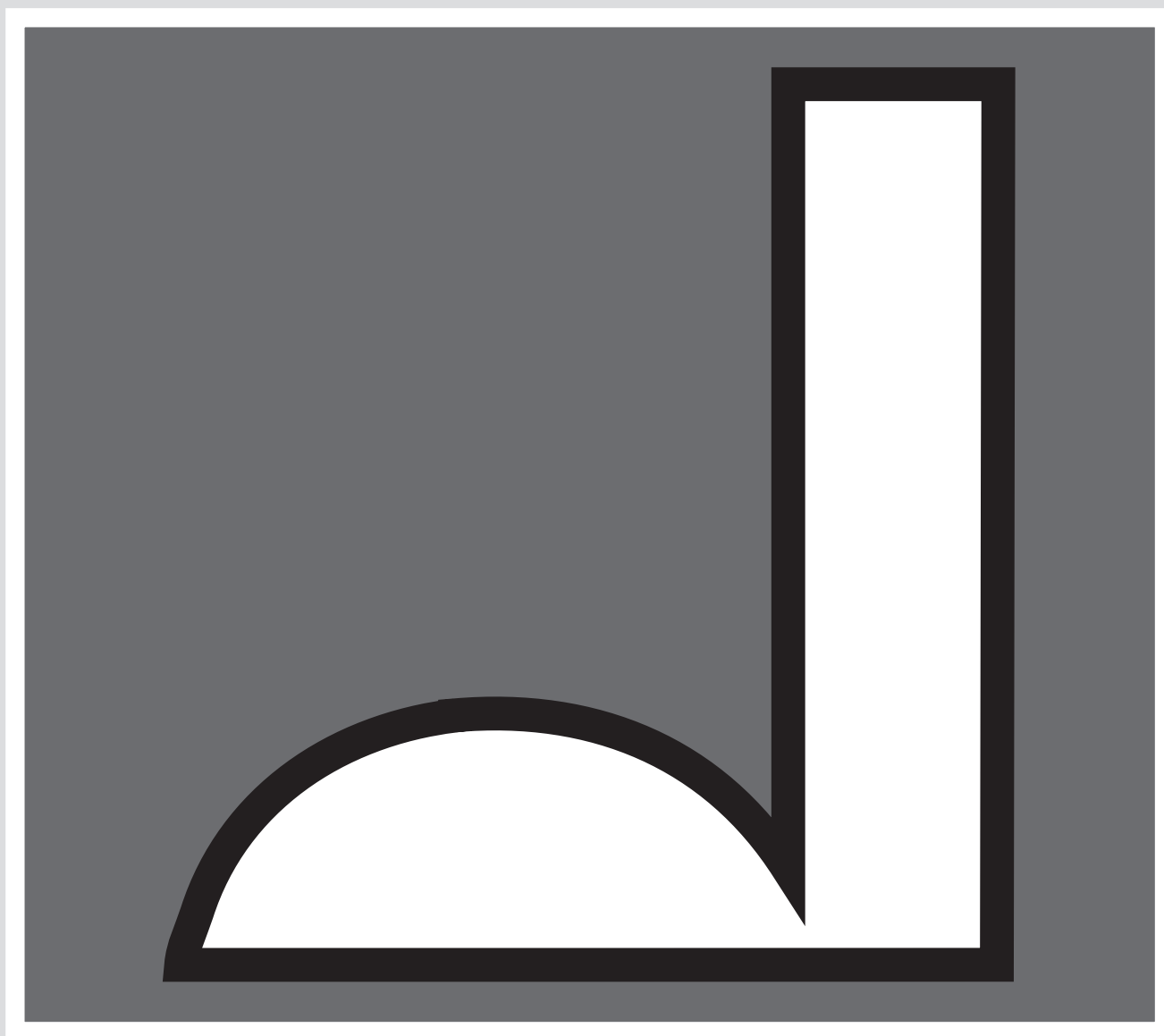




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 98 - QUINTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 81ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 377/2006, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2006 (Medida Provisória nº 275, de 2005), que altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 2.189 – 49, de 23 de agosto de 2001..... 20435

1.2.2 – Pareceres

Nº 691, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006 (nº 2.009/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o *Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. 20435

Nº 692, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2006 (nº 2.038/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Rádio Tiradentes Ltda.* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. 20438

Nº 693, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2006 (nº 2.069/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Fundação Educativa São Gonçalo* para executar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte. 20443

Nº 694, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006 (nº 1.979/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Fundação José Fernandes de Melo* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte. 20447

Nº 695, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 163, de 2006 (nº 433/2006, na origem), que solicita ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 37,500,000.00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Ceará – PCPR II. (Projeto de Resolução nº 41, de 2006) 20451

Nº 696, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 (nº 3.248/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003. 20458

Nº 697, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 166, de 2006 (nº 448/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal, o nome da Dra. *Maria Thereza Rocha de Assis Moura*, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Arnaldo da Fonseca. 20485

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 245, 249, 256 e 268, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Ple-

nário, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 60, de 2006, do Presidente da Comissão de Educação. 20487

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 41, de 2006, resultante de parecer lido anteriormente. 20488

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente. 20488

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 672, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 20488

Nº 673, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia as informações que menciona. 20488

Nº 674, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as informações que menciona..... 20489

Nº 675, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. 20489

Nº 676, de 2006, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, além da Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, seja examinado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 20490

Nº 677, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Borba, no Amazonas, pela realização dos festejos religiosos em homenagem a Santo Antônio. 20490

Nº 678, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Sr. Alfredo Cabral Neto, por sua eleição e seu trabalho realizado como Presidente da “*Politics and International Relations Society Royal Holloway*” da *University of London*. 20490

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificação de encaminhamento de requerimentos à Mesa, solicitando informações a Ministros de Estado. Registro de matéria do jornal **O Globo**, sobre atendimento no posto do INSS de Caxias..... 20491

SENADOR ROBERTO SATURNINO – A aproximação entre o Poder Legislativo e as Forças Armadas..... 20493

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO – Considerações sobre a decisão do PMDB de não lançar candidato próprio à Presidência da República. 20496

SENADOR EDISON LOBÃO – Homenagem à Polícia Militar do Estado do Maranhão, que completa 170 anos de fundação. 20500

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Considerações sobre a integração da América do Sul e os avanços na direção do Mercosul. 20502

SENADOR ROMEU TUMA – Questionamento sobre a ida de 79 brasileiros, oriundos do município de Abreu e Lima, em Pernambuco, para a Venezuela, a fim de serem submetidos a cirurgias de catarata..... 20507

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre o triste ato de vandalismo praticado pelos integrantes do MLST contra as instalações da Câmara dos Deputados. 20512

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Perplexidade ante a quase estagnação do país em razão dos jogos da Copa do Mundo..... 20513

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – A necessidade de uma Força Naval capacitada para exercer suas funções constitucionais, na defesa do mar territorial brasileiro, o que não vem ocorrendo em razão da falta do repasse de *royalties* à Marinha... 20515

SENADOR PAULO PAIM – Justificação de requerimentos que S.Exa. está encaminhando à Mesa, requerendo voto de aplauso a Abdias do Nascimento, pela outorga do título de Doutor Honoris Causa e voto de aplauso à UnB, na figura do seu reitor, pela iniciativa. 20519

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 679, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao Sr. Abdias do Nascimento, pelo recebimento do título de *Doutor Honoris Causa*, concedido pela Universidade de Brasília. **Aprovado**. 20519

Nº 680, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Universidade de Brasília-UnB, pela concessão do título de *Doutor Honoris Causa*, a Abdias do Nascimento. **Aprovado**. 20520

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM (continuação do pronunciamento anterior)- Apelo ao Senado no sentido de que referente o reajuste dos aposentados e pensionistas. Aplausos à decisão da justiça de Nova York com relação à Varig. 20520

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Saudação ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e dos Bancários de São Paulo, pela edição da **Revista do Brasil**. Destaque para aspecto importante, que tem chamado a atenção nas pesquisas eleitorais: a fidelidade que é demonstrada na faixa do público de baixa renda..... 20525

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro da importância da inauguração pela CEMIG e governo mineiro, da Usina Hidrelétrica de Irapé. Inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto do Onça, em Belo Horizonte/MG. Cumprimento ao Ministro Paulo Sérgio Passos pela decisão de continuar as obras de duplicação da rodovia Belo Horizonte – Brasília. 20529

SENADOR TIÃO VIANA – Comemora aprovação, pelo governo americano de vacina que bloqueia certos tipos de papilomavírus (HPV). 20531

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.** 20532

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 20532

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 20533

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001. **Apreciação sobrestada.** 20533

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 20533

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 20533

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada.** 20533

Item 8

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 20533

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). **Apreciação sobrestada.** 20534

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). **Apreciação sobrestada.** 20534

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb). **Apreciação sobrestada....** 20534

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica. **Apreciação sobrestada.** 20534

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 20534

Item 14		
Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.		
Apreciação sobrestada.	20534	
Item 15		
Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 16		
Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 17		
Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 18		
Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 19		
Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 20		
Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 21		
Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista.		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 22		
Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano		
de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.		
Apreciação sobrestada.	20535	
Item 23		
Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.		
Apreciação sobrestada.	20536	
Item 24		
Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.		
Apreciação sobrestada.	20536	
Item 25 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)		
Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.		
Apreciação sobrestada.	20536	
Item 26 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)		
Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).		
Apreciação sobrestada.	20536	
Item 27		
Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.		
Apreciação sobrestada.	20536	
Item 28 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)		
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.		
Apreciação sobrestada.	20536	
Item 29		
Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e		

sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Apreciação sobrestada..... 20537

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CÉSAR BORGES – Registra participação em seminário promovido pelo Instituto Tancredo Neves, realizado em Belo Horizonte-MG, para tratar da questão de infra-estrutura energética e de transporte do país. 20537

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Discussão, mediante consultas públicas, do Plano Amazônia Sustentável..... 20542

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registra os 75 anos de idade do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Regozijo pela conversão em Lei do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2004, do Senador Papaléo Paes, que “Institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa”. Denúncias de ações contra os índios mura-pirahã. Críticas a Bruno Maranhão, líder do MLST, pela invasão violenta à Câmara e agressão a servidores. 20546

SENADOR ALVARO DIAS – Análise dos sinais de instabilidade da economia brasileira com a redução do interesse de investidores estrangeiros no País. Considerações sobre a falta de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no governo Lula.... 20562

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Indignação com a presença do Presidente Lula, no Estado do Rio de Janeiro, para lançamento da pedra fundamental do pólo petroquímico de Itaboraí e do Centro de Inteligência de São Gonçalo. Suspeitas sobre a morte do Prefeito de Monte Alto/SP, Gilberto Morgado, do Partido dos Trabalhadores, que denunciou irregularidades pela empresa que presta serviços de recolhimento de lixo daquele município..... 20562

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentário sobre a matéria intitulada “A seleção do mensalão”, publicada na revista **Veja**, edição de 31 de maio último. 20565

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “Governo demorou para ver a crise rural”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 24 de maio último..... 20566

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro das matérias intituladas “Alckmin diz que governo Lula é período das trevas” e “Palocci e Okamoto podem ser indiciados pela CPI dos Bingos”, publi-

cadadas no jornal **Folha de S. Paulo**, edições de 1º e 2 do corrente, respectivamente. 20567

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria intitulada “Erro de avaliação”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 29 de maio último. 20568

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “Arcanjo agia para o PT, diz segurança em depoimento”, da jornalista Rosa Costa, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 do corrente..... 20570

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 20, com Ordem do Dia anteriormente designada. 20571

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 14/06/2006

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 135, de 2006..... 20572

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.038 a 1.049, de 2006. 20573

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 81ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 14 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Romeu Tuma, Augusto Botelho e da Sra. Heloísa Helena

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/6/2006 07:38:57 até 14/6/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PTB	DF	VALMIR AMARAL		X

Compareceram: 48 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 377/06/PS-GSE

Brasília, 7 de junho de 2006

Assunto: comunica que PLv nº 13/2006 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2006 (MPV nº 275/05), o qual “Altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.”

2. Comunico, outrossim, que citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.307 de 19 de maio de 2006.

3. Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2006** (proveniente da Medida Provisória nº 275, de 2005), vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 691, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006 (nº 2.009/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 245, de 2006 (nº 2.009, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua

constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 245, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 245, de 2006, não eviden-

ciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 245/06 NA REUNIÃO DE 16/05/06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES <i>ing. av</i>	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>ing. av</i>
EDISON LOBÃO <i>Eng. A</i>	5- MARCO MACIEL <i>Eng. A</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Eng. A</i>
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eng. A</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN <i>Eng. A</i>	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP <i>Eng. A</i>	RELATOR
ÍRIS DE ARAÚJO <i>Eng. A</i>	3- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	4- GERALDO MESQUITA <i>Eng. A</i>
JOSÉ MARANHÃO	5- MÃO SANTA
NEY SUASSUNA	6- LUIZ OTÁVIO
GILBERTO MESTRINHO <i>Eng. A</i>	7- RÔMERO JUCÁ
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Eng. A</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Eng. A</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

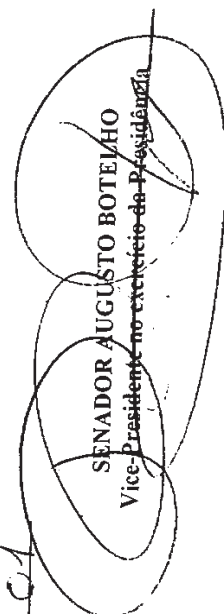
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL -

PDS 245106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOAO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTEELHO					VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006



SENADOR AUGUSTO BOTEELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois Quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

PARECER Nº 692, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre, o Projeto de Decreto Legislativo nº 249/2006 (nº 2.038, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 249, de 2006 (nº 2.038, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 249, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Nota-se que o art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo oriundo da Câmara dos Deputados troca a palavra “explorar” por “executar”. Esse lapso contamina também a ementa do projeto. Solucionamos o problema com uma emenda de redação, ao final.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 249, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 249, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005, que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 249 / 06 NA REUNIÃO DE 16/05/06
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PE e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
RELATOR	
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

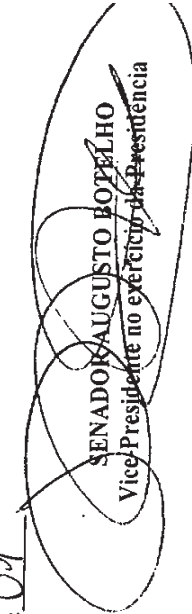
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 249 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 45 SIM: 44 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006


 SENADOR AUGUSTO BOTELHO
 Vice-Presidente no exercício da Presidência

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL -

PDS 249 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAUJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 249, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga concessão
à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar ser-
viço de radiodifusão de sons e imagens
na cidade de Porto Velho, Estado de Ron-
dônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005, que outorga concessão à Rádio para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2006. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência – Senador **Valdir Raupp**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 693, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de
2006 (nº 2.069/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.**

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 256, de 2006 (nº 2.069, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional

por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciarse sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de

1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 256, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 256/06 NA REUNIÃO DE 16/05/06
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES <i>my. cp</i>	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>les. An</i>
EDISON LOBÃO <i>Edi</i>	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
(VAGO)	7- EDUARDO AZERÉDO <i>ed. az</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FIEHO <i>ccf</i>
VALDIR RAUPP	RELATOR
3- (VAGO)	
ÍRIS DE ARAÚJO <i>Íris de Araújo</i>	4- GERALDO MESQUITA <i>GM</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO <i>Gilberto Mestrinho</i>	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Ant. Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL -

PDS 256 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNIAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 46 SIM: 45 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 46/05/2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

PARECER Nº 694, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006 (nº 1.979/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 268, de 2006 (nº 1.979, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar serviço de

radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 268, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Meio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 268/06 NA REUNIÃO DE 16/05/06
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	RELATOR
ÍRIS DE ARAÚJO	3- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	4- GERALDO MESQUITA
JOSÉ MARANHÃO	5- MÃO SANTA
NEY SUASSUNA	6- LUIZ OTÁVIO
GILBERTO MESTRINHO	7- ROMERO JUCÁ
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

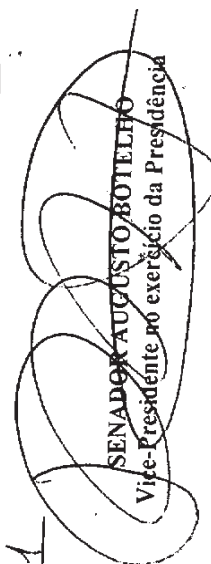
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL -

PDS 265/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA	X			
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 46 SIM: 45 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006



SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº
4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 695, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 163, de 2006, (nº 433/2006, na origem), que encaminha pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de até US\$37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinado ao financiamento adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Ceará – PCPR II.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará, por intermédio da Mensagem nº 163, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

As operações de crédito interno e externo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Nos pareceres são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Ceará no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer STN/COREF nº 261, de 19 de maio de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome do Estado do Ceará junto à União ou a suas entidades controladas. Mais ainda, é informado que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado do Ceará. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela COREM/STN, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como, também, (ii) o Estado do Ceará conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostos, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Ceará nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados na referida resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF nº 261, de 2006;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/nº 1.035/2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº 13.724, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual Estadual, para o período 2004-2007, em que se inserem as ações do projeto em exame.

Ainda, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 13.725, de 29 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Ceará para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constatam desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, a contrapartida do Estado e para o pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário dispõe de dotações necessárias ao início da execução do programa.

d) os limites de endividamento do Estado do Ceará, estipulados nas referidas resoluções nºs 40 e 43, de 2001, são considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF.

Isso porque, conforme o Parecer STN/GTREC nº 4, de 7 janeiro de 2006, também anexo à presente mensagem, a operação de crédito pretendida pelo Estado de Ceará atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, à exceção do definido no inciso II, do art. 7º, que trata do limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada.

Todavia, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Ceará, estabelecido nos termos

da Lei nº 9.496, de 1997, o que assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento do mencionado limite, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001. Mais ainda, como já enfatizado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 6,04% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação, considerando o custo médio atual de captação do Tesouro Nacional, em dólar no mercado internacional, situado na faixa de 6,5% ao ano.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado de Ceará, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41, DE 2006

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD, no valor de até US\$37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Ceará – PCPR II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Ceará;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – *prazo de desembolso*: até 30 de junho de 2009;

VI – *amortização*: 24 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos de 15-7-2011 a 15-7-2022, correspondendo cada uma das 23 primeiras prestações a 4,17% do valor desembolsado e a última prestação a 4,09%;

VII – *juros*: exigidos semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor de 6 meses para dólar americano, acrescidos de um spread (margem) a ser fixado na data de assinatura do contrato;

VIII – *comissão de compromisso*: 0,85% ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% ao ano em diante, aplicando-se desconto de 0,50% ao ano para o ano fiscal de 2006;

IX – *comissão à vista*: 1,0% sobre o montante total do empréstimo, a ser debitada da Conta do Empréstimo na data de efetividade do contrato, aplicando-se desconto de 0,75% ao ano para o ano fiscal de 2006.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155, das quotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 163, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/06/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
SARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
ALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
EY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

LOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
ELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
TRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

MAR DIAS

Comissão de Assuntos Econômicos

1- JEFFERSON PÉRES

cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/03/2006

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III – propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II – relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III – terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV – terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II – a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III – poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis as operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V – é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI – salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII – na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX – incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importado do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercado-

ria, bem ou serviço; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X – não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

XI – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII – cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;

c) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, “a”

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, **b**; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do **caput** deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º Na hipótese do inciso XII, **h**, observar-se-á o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I – nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II – nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

III – nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

IV – as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, **g**, observando-se o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou **ad valorem**, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu

similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, **b** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, **g**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 6º O imposto previsto no inciso III: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....
Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

.....
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de

acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes. mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....
Art. 167. São vedados:

.....
§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, **a** e **b**, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

PARECER Nº 696, DE 2006

Da comissão de Constituição Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 (nº 3.248/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios, revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992 e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) nº 18, de 2006 (nº 3.248, de 2004, na origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (JTDF), apresentado nos termos da alínea d, do inciso II, do art. 96 da Constituição Federal, organiza a Justiça do Distrito Federal e Territórios e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares, dos seus servidores e da estrutura dos serviços notariais e de registro.

A proposição (fundamentada em extenso e aprofundado estudo técnico sobre a situação daquele Tribunal ante a evolução e o crescimento da demanda) se justifica, segundo a exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Desembargador Natanael Caetano Fernandes, então Presidente do TJDF, pela necessidade de modernização e crescimento da Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, mediante a reestruturação da composição da Justiça de 1º Grau, da ampliação do Quadro de Pessoal Efetivo e de Magistrados, da criação de uma Escola de Formação e Atualização de Servidores e Magistrados, da reestruturação administrativa da Secretaria e da Corregedoria do Tribunal e do Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi examinado por três comissões. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que apreciou o mérito, aprovou a matéria por unanimidade, com o acréscimo de um Anexo (V). A Comissão de Finanças e Tributação examinou, no projeto, a relação com as leis orçamentárias, o impacto financeiro-orçamentário e a compensação exigida pelo art 17, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e votou, também por unanimidade, pela adequação financeira e orçamentária da matéria, nos termos das inúmeras emendas apresentadas e aprovadas, tendo opinado pela inadequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A emenda daquela comissão foi substituída por um Anexo (V) atualizado, que acompanha o projeto que chegou a este Senado Federal.

Organizado em 91 artigos, o projeto se divide em quatro livros, subdivididos em títulos, capítulos e seções, e contém 5 anexos. O Livro 1 trata da estrutura da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, nos arts. 1º a 63. O Livro II trata dos serviços auxiliares (arts. 64 a 75). Os arts. 76 a 80 compõem o Livro III – Dos servidores da Justiça do Distrito Federal e Territórios e o Livro IV trata das disposições gerais, nos arts. 81 a 91.

O art. 81 cria o Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa, como Escola de Administração Judiciária do Distrito Federal e Territórios, destinado à capacitação de magistrados e servidores. O art. 82 prevê a criação da Ouvidoria-Geral da Justiça do DF e Territórios, voltada à maior aproximação da Justiça para com o cidadão, para ouvir sua opinião acerca dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, colaborar para a melhoria das atividades necessárias à prestação jurisdicional, sugerir medidas de aprimoramento e na busca de soluções para os problemas apontados.

O art. 83 cria o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios (PROJUS) com o objetivo de executar os recursos financeiros arrecadados pelo Tribunal necessários ao reaparelhamento e à modernização da Justiça, sendo as receitas oriundas de custas, taxas, emolumentos, multas, fianças, auxílios, subvenções, contribuições, doações, inscrições em concursos, cursos, venda de assinaturas, aluguéis,

produtos de alienações, multas e quaisquer outros ingressos destinados por lei. O art. 84 determina a revisão do Regimento Interno do Tribunal no prazo de sessenta dias.

O art. 85 cria os cargos constantes do Anexo I.

O art. 86 cria os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes do Anexo II.

O art. 87 cria os cargos em comissão e as funções comissionadas previstas no Anexo III.

O art. 88 cria as Varas referidas no Anexo IV.

O art. 89 determina que as despesas decorrentes da implementação dos dispositivos constantes desta lei, relativos à criação de cargos, funções comissionadas e órgãos, constarão da programação de trabalho orçamentária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme estabelecido no Anexo V. Mediante o § 1º, ficam criados os cargos, funções e órgãos mencionados nesta Lei a partir de 1º de janeiro de cada exercício mencionado no Anexo V; o § 2º determina que as despesas mencionadas no **caput** do artigo deverão constar de autorização expressa constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício, até a final implantação do Anexo V da Lei.

O Anexo I traz o quantitativo de cargos da magistratura e efetivos criados, e o Anexo II relaciona os novos cargos em comissão e funções comissionadas. O Anexo III apresenta a estrutura administrativa de cargos em comissão e funções comissionadas. O Anexo IV traz o quadro correspondente à situação atual do quantitativo de Cartórios Judiciais, equivalentes ao número de Varas existentes (instaladas e a instalar) e ao de Varas a serem criadas, de acordo com o Projeto. O Anexo V define o cronograma de implementação das modificações advindas da Lei.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006, não contém vícios de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade. Sua relevância e oportunidade estão plenamente demonstradas na extensa justificação, que bem demonstra a necessidade de se promover a modernização da estrutura judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Conforme determina o art. 21, XIII, da Constituição Federal, compete à União organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios. Nos termos do art. 48, inciso IX, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, dentre as quais a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e a organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Os estudos que deram origem à proposição apontaram níveis críticos de carência de Varas, principalmente nas circunscrições de Sobradinho, Planaltina, Ceilândia e Samambaia. Por isso, o projeto propõe acrescentar às dez circunscrições existentes – Brasília, Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Taguatinga, Brasília, Samambaia, Gama, Santa Maria e Paranoá – mais três: Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e São Sebastião, regiões atualmente subordinadas à administração da Circunscrição Especial de Brasília.

Informação registrada no parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados ressalta que a proposição foi negociada com a Casa Civil da Presidência da República, com o Ministério da Justiça e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a assegurar a sua implementação.

Quanto à compatibilização ou adequação do projeto às leis orçamentárias relativas ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, bem assim do impacto financeiro-orçamentário de sua implantação e da compensação exigida pela LRF, registre-se que o parecer aprovado por unanimidade pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados concluiu pela adequação financeira e orçamentária da matéria, nos termos das emendas apresentadas, que o atualizaram para o período de 2005 a 2015, o que aponta a necessidade de atualização de seus termos inicial e final para 2006 e 2011, respectivamente.

O projeto está elaborado de acordo com os princípios da boa técnica legislativa, segundo determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001; que dispõe sobre a

elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Verifica-se, portanto, a adequação do projeto às normas constitucionais, jurídicas e regimentais.

Entretanto, dois ajustes se fazem necessários na proposição.

O primeiro deles refere-se ao preceito inserto no art. 74, que pormenoriza as serventias notariais e de registro no âmbito do Distrito Federal. Esse assunto já se encontra regulado na Resolução nº 6, de 7 de outubro de 2004, do TJDF. Ocorre, todavia, que o Supremo Tribunal Federal suspendeu, em sede cautelar, os prazos para implementação da referida Resolução. Enquanto se aguarda um pronunciamento definitivo da Corte entendendo prudente suprimir o art. 74 deixando a matéria para ser posteriormente regulamentada. No **caput** do artigo 91 prevê-se que permanecem em vigor as leis revogadas na parte em que “...*instituíram e regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal...*”.

O segundo ajuste decorre da manifestação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o mérito do Projeto, em cumprimento ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento de 2006). Após o exame, o CNJ pronunciou-se favoravelmente ao Projeto, mas com redução de 25% (vinte e cinco por cento) no número de Varas, em relação à proposta do TJDF, com correspondente adequação no número de juizes titulares e substitutos, e igual diminuição no número de cargos efetivos (Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários), cargos em comissão e funções comissionadas. Entretanto, considerando-se que a projeção de demanda feita pelo CNJ para 2012 já se realizou em 2005, o Conselho recomendou a implantação da Lei em cinco anos, e não em dez, como originalmente previsto. Para efetivar tais alterações, são necessárias adequações nos Anexos da Lei.

Ainda em relação ao número de cargos, o atual presidente do TJDF desembargador Lécio Resende da Silva concordou em que não sejam criados, agora, os cinco cargos de desembargador nem novas varas da infância e juventude na forma prevista no anexo I do presente PLC. Proponho emendas ao projeto no sentido de atender a esta demanda.

III – Voto

À vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas que a seguir apresento.

EMENDA Nº 1 – CCJ (Supressiva)

Suprima-se o art. 74 do PLC nº 18, de 2006

EMENDA Nº 2 – CCJ (Supressiva)

Suprima-se o § 3º do art. 30 do PLC nº 18, de 2006.

EMENDA Nº 3 – CCJ

Dê-se ao art. 4º do PLC nº 18, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 4º O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, compõe-se de 35 (trinta e cinco) desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios”

EMENDA Nº 4 – CCJ

Dê-se ao § 12, do art. 48 do PLC nº 18, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 48

§ 12. O Juiz da Vara da Infância e da Juventude será substituído pelo Juiz de Direito Substituto designado.”

EMENDA Nº 5 – CCJ

Dê-se ao art. 91 do PLC nº 18, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 91. Revogam-se as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979; 8.185, de 14 de maio de 1991; 8.407, de 10 de janeiro de 1992; e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. As leis referidas no **caput** permanecem em vigor na parte em que instituíram e regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal”.

EMENDA Nº 6 – CCJ

Altere-se os Anexos I, II, III, IV e V do PLC nº 18, de 2006:

ANEXO I**Cargos da Magistratura e Efetivos**

Cargo	Quantidade
Juiz de Direito	77
Juiz de Direito Substituto	62
Analista Judiciário	1050
Técnico Judiciário	1760

ANEXO II - Estrutura Judiciária**Gabinete dos Desembargadores - Reestruturação**

Cargo	Quantidade
Assessor de Desembargador CJ-02	35
Oficial de Gabinete dos Desembargadores FC-05	35

Turmas e Câmaras 2º Grau - Criação

Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria - CJ-03	3
Oficial de Gabinete - FC-05	3
Assistente - FC-03	6
Auxiliar Especializado FC-02	3

Varas Comuns e Juizados Especiais - Criação

Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria - CJ-03	73
Oficial de Gabinete Secretário do Juiz - FC-05	73
Oficial de Gabinete do Substituto do Diretor - FC-05	73
Assistente - FC-03	73
Executante - FC-01	73

Turmas Recursais dos Juizados Especiais - Criação

Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria -CJ-03	3
FC-05	8
FC-03	2
FC-01	3

Vara da Infância e da Juventude VII - Reestruturação

Cargo	Quantidade
CJ-03	1
CJ-02	1
FC-05	2

FC-04	2
FC-03	9
FC-02	9
FC-01	2

Vara de Execuções Penais VEP – Reestruturação

Cargo	Quantidade
CJ-02	1
FC-05	1
FC-03	4
FC-01	4

Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas VEPEMA – Criação

Cargo	Quantidade
CJ-02	1
FC-05	4
FC-03	4
FC-01	4

Contadorias-Partidorias, Distribuições e Depósitos Públicos - Reestruturação

Cargo	Quantidade
Contador-Partidor - CJ-03	3
Distribuidor – CJ-03	8
Depositário Público – CJ-03	2
FC-05	28
FC-03	41
FC-02	2

ANEXO III - Estrutura Administrativa

Cargos em Comissão e Funções Comissionadas

Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa da Justiça do Distrito Federal e Territórios – Criação

Cargo	Quantidade
CJ-03	1
CJ-02	4
FC-03	6
FC-02	10

Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal - PROJUS – Criação

Cargo	Quantidade
CJ-03	1
FC-05	2
FC-03	1

Projeto de Reestruturação da Secretaria do TJDF - REORG

Cargo	Quantidade
-------	------------

CJ-03	4
CJ-02	11
FC-05	52
FC-04	2
FC-03	71
FC-02	42
FC-01	21

Projeto de Reestruturação da Corregedoria da Justiça do DF - REORG

Cargo	Quantidade
CJ-03	7
CJ-02	9
FC-05	79
FC-04	4
FC-03	91
FC-02	64
FC-01	34

ANEXO IV - Quantitativo de Cartórios Judiciais

Situação atual		Situação Proposta
Circunscrições	Varas existentes	Varas a serem criadas
Distrito Federal	20	20
Especial de Brasília	56	13
Brazlândia	6	2
Ceilândia	20	0
Gama	12	3
Paranoá	8	3
Planaltina	8	5
Samambaia	14	0
Sobradinho	8	6
Taguatinga	20	0
Santa Maria	10	0
Núcleo Bandeirante	0	9
São Sebastião	0	6
Riacho Fundo	0	6
TOTAL	182	73

ANEXO V - Cronograma de Implementação

Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2006		
Gabinete dos Desembargadores - Reestruturação	Assessor de Desembargador - CJ-02	35

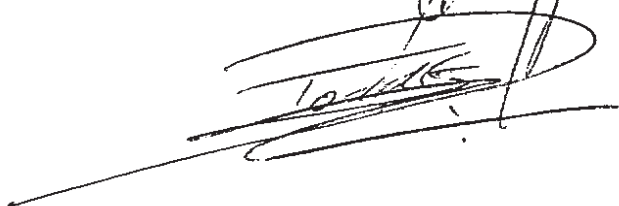
- Anexo II	Oficial de Gab. dos Des. - FC-05	35
Secretaria (1ª Etapa) - Reestruturação - Anexo III	Assessor Parlamentar da Presidência - CJ-03	1
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF - Criação - Anexo III	CJ-03	1
	FC-05	2
	FC-03	1
Vara da Infância e da Juventude - Reestruturação - Anexo II	CJ-03	1
	CJ-02	1
	FC-05	2
	FC-04	2
	FC-03	9
	FC-02	9
	FC-01	2
Vara de Execuções Penais - Reestruturação - Anexo II	CJ-02	1
	FC-05	1
	FC-03	4
	FC-01	4
Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas - Criação - Anexo II	CJ-02	1
	FC-05	4
	FC-03	4
	FC-01	4
Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa - Anexo III	CJ-03	1
	CJ-02	4
	FC-03	6
	FC-02	10
Contadorias-Partidorias, Distribuições e Depósitos Públicos - Reestruturação - Anexo II	Depositário Público - CJ-03	2
	Contador-Partidor - CJ-03	3
	Distribuidor - CJ-03	8
	FC-05	28
	FC-03	41
	FC-02	2
Turmas Recursais dos Juizados Especiais - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	3
	FC-05	8
	FC-03	2
	FC-01	3
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2007		
Cargos da Magistratura - Anexo I	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	15
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Corregedoria - Reestruturação - Anexo III	CJ-03	7

	CJ-02	9
	FC-05	79
	FC-04	4
	FC-03	91
	FC-02	64
	FC-01	34
Secretaria (2ª Etapa)- Reestruturação - Anexo III	CJ-03	3
	CJ-02	11
	FC-05	52
	FC-04	2
	FC-03	71
	FC-02	42
	FC-01	21
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2008		
Cargos da Magistratura - Anexo I	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	15
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2009		
Cargos da Magistratura - Anexo I	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Turmas e Câmaras 2º Grau - Instalação - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	3
	Oficial de Gabinete - FC-05	3

	Assistente - FC-03	6
	Auxiliar Especializado - FC-02	3
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2010		
Cargos da Magistratura - Anexo I	Juiz de Direito	20
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	19
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	19
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	19
	Assistente - FC-03	19
	Executante - FC-01	19

Sala da Comissão, 24 de maio de 2006.

 , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 18 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/05/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE :	
RELATOR: <u>Sen Demóstenes Torres</u>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEUE TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES (Relator)	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾ , PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/05/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT.

(5) O Senador Gerson Camata afastou-se do exercício do mandato em 04/05/2006 para assumir o cargo de Secretário de Estado no Estado do Espírito Santo.

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 21. Compete à União:

.....
XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;
.....

SEÇÃO II**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;
.....

Art. 96. Compete privativamente:

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....
d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

SUBSEÇÃO I**Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado**

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem

para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

.....
§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

.....
Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:
.....

.....
IV – em se tratando de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, parecer sobre o mérito e o atendimento aos requisitos deste artigo, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição;
.....

**DOCUMENTOS ANEXADOS NOSTER-
MOS DO ART. 250, PARAGRAFO ÚNICO DO
REGIMENTO INTERNO**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) nº 18, de 2006 (nº 3.248, de 2004, na origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), apresentado nos termos da alínea d, do inciso II, do art. 96 da Constituição Federal, organiza a Justiça do Distrito Federal e Territórios e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares, dos seus servidores e da estrutura dos serviços notariais e de registro.

A proposição (fundamentada em extenso e aprofundado estudo técnico sobre a situação daquele Tribunal ante a evolução e o crescimento da demanda) se justifica, segundo a exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Desembargador Natanael Caetano Fernandes, então Presidente do TJDFT, pela necessidade de modernização e crescimento da Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, mediante a reestruturação da composição da Justiça de 1º Grau, da ampliação do Quadro de Pessoal Efetivo e de Magistrados, da criação de uma Escola de Formação e Atualização de Servidores e Magistrados, da reestruturação administrativa da Secretaria e da Corregedoria do Tribunal e do Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi examinado por três comissões. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que apreciou o mérito, aprovou a matéria por unanimidade, com o acréscimo de um Anexo (V). A Comissão de Finanças e Tributação examinou, no projeto, a relação com as leis orçamentárias, o impacto financeiro-orçamentário e a compensação exigida pelo art. 17, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e votou, também por unanimidade, pela adequação financeira e orçamentária da matéria, nos termos das inúmeras emendas apresentadas e aprovadas, tendo opinado pela inadequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de

Administração e Serviço Público. A emenda daquela comissão foi substituída por um Anexo (V) atualizado, que acompanha o projeto que chegou a este Senado Federal.

Organizado em 91 artigos, o projeto se divide em quatro livros, subdivididos em títulos, capítulos e seções, e contém 5 anexos. O Livro I trata da estrutura da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, nos arts. 1º a 63. O Livro II trata dos serviços auxiliares (arts. 64 a 75). Os arts. 76 a 80 compõem o Livro III – Dos servidores da Justiça do Distrito federal e Territórios e o Livro IV trata das disposições gerais, nos arts. 81 a 91.

O art. 81 cria o Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa, como Escola de Administração Judiciária do Distrito Federal e Territórios, destinado à capacitação de magistrados e servidores. O art. 82 prevê a criação da Ouvidoria-Geral da Justiça do DF e Territórios, voltada à maior aproximação da Justiça para com o cidadão, para ouvir sua opinião acerca dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, colaborar para a melhoria das atividades necessárias à prestação jurisdicional, sugerir medidas de aprimoramento e na busca de soluções para os problemas apontados.

O art. 83 cria o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios (PROJUS) com o objetivo de executar os recursos financeiros arrecadados pelo Tribunal necessários ao reaparelhamento e à modernização da Justiça, sendo as receitas oriundas de custas, taxas, emolumentos, multas, fianças, auxílios, subvenções, contribuições, doações, inscrições em concursos, cursos, venda de assinaturas, aluguéis, produtos de alienações, multas e quaisquer outros ingressos destinados por lei. O art. 84 determina a revisão do regimento interno do tribunal no prazo de sessenta dias.

O art. 85 cria os cargos constantes do Anexo I.

O art. 86 cria os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes do Anexo II.

O art. 87 cria os cargos em comissão e as funções comissionadas previstas no Anexo III.

O art. 88 cria as Varas referidas no Anexo IV.

O art. 89 determina que as despesas decorrentes da implementação dos dispositivos constan-

tes desta lei, relativos à criação de cargos, funções comissionadas e órgãos, constarão da programação de trabalho orçamentária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme estabelecido no Anexo V. Mediante o § 1º, ficam criados os cargos, funções e órgãos mencionados nesta Lei a partir de 1º de janeiro de cada exercício mencionado no Anexo V; o § 2º determina que as despesas mencionadas no **caput** do artigo deverão constar de autorização expressa constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício, até a final implantação do Anexo V da Lei.

O Anexo I traz o quantitativo de cargos da magistratura e efetivos criados, e o Anexo II relaciona os novos cargos em comissão e funções comissionadas. O Anexo III apresenta a estrutura administrativa de cargos em comissão e funções comissionadas. O Anexo IV traz o quadro correspondente à situação atual do quantitativo de Cartórios Judiciais, equivalentes ao número de Varas existentes (instaladas e a instalar) e ao de Varas a serem criadas, de acordo com o Projeto. O Anexo V define o cronograma de implementação das modificações advindas da Lei.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006, não contém vícios de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade. Sua relevância e oportunidade estão plenamente demonstradas na extensa justificação, que bem demonstra a necessidade de se promover a modernização da estrutura judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Conforme determina o art. 211, XIII, da Constituição Federal, compete à União organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios. Nos termos do art. 48, inciso IX, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, dentre as quais a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e a organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Os estudos que deram origem à proposição apontaram níveis críticos de carência de Varas, principalmente nas circunscrições de Sobradinho, Planaltina, Ceilândia e Samambaia. Por isso, o projeto

propõe acrescentar às dez circunscrições existentes – Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Taguatinga, Brasília, Samambaia, Gama, Santa Maria e Paranoá – mais três: Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e São Sebastião, regiões atualmente subordinadas à administração da Circunscrição Especial de Brasília.

Informação registrada no parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados ressalta que a proposição foi negociada com a Casa Civil da Presidência da República, com o Ministério da Justiça e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a assegurar a sua implementação.

Quanto à compatibilização ou adequação do projeto às leis orçamentárias relativas ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, bem assim do impacto financeiro-orçamentário de sua implantação e da compensação exigida pela LRF, registre-se que o parecer aprovado por unanimidade pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados concluiu pela adequação financeira e orçamentária da matéria, nos termos das emendas apresentadas, que o atualizaram para o período de 2005 a 2015, o que aponta a necessidade de atualização de seus termos inicial e final para 2006 e 2011, respectivamente.

O projeto está elaborado de acordo com os princípios da boa técnica legislativa, segundo determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Verifica-se, portanto, a adequação do projeto às normas constitucionais, jurídicas e regimentais.

Entretanto, dois ajustes se fazem necessários na proposição.

O primeiro deles refere-se ao preceito inserto no art. 74, que pormenoriza as serventias notariais e de registro no âmbito do Distrito Federal. Esse assunto já se encontra regulado na Resolução nº 6, de 7 de outubro de 2004, do TJDF. Ocorre, porém, que o Supremo Tribunal Federal suspendeu, em sede cautelar, os prazos para implementação da referida Resolução. Enquanto se aguarda um pronunciamento definitivo da Corte, recomenda-se seja oferecida nova redação

aos art. 74 e 91, observando-se que, se necessário, o TJDFDT deverá encaminhar proposição legislativa específica, regulando a matéria.

O segundo ajuste decorre da manifestação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o mérito do Projeto, em cumprimento ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento de 2006). Após o exame, o CNJ pronunciou-se favoravelmente ao Projeto, mas com redução de 25% (vinte e cinco por cento) no número de Varas, em relação à proposta do TJDFDT, com correspondente adequação no número de juizes titulares e substitutos, e igual diminuição no número de cargos efetivos (Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários), cargos em comissão e funções comissionadas. Entretanto, considerando-se que a projeção de demanda feita pelo CNJ para 2012 já se realizou em 2005, o Conselho recomendou a implantação da Lei em cinco anos, e não em dez, como originalmente previsto. Para efetivar tais alterações, são necessárias adequações nos Anexos da Lei.

III – Voto

À vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas que a seguir apresento.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 74 do PLC nº 18, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 74. Os Serviços Notariais e de Registro no Distrito Federal serão regulados por norma específica, mantida a regulação normativa existente.”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 91 do PLC nº 18, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 91. Revogam-se as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003, ressalvado o disposto no artigo 74 desta lei.”

EMENDA Nº – CCJ

Alterem-se os Anexos I a V do PLC nº 18, de 2006, para dar-lhes a seguinte redação:

ANEXO I

Cargos da Magistratura e Efetivos	
Cargo	Quantidade
Desembargador	5
Juiz de Direito	77
Juiz de Direito Substituto	62
Analista Judiciário	1050
Técnico Judiciário	1750

ANEXO II - Estrutura Judiciária

Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Gabinete dos Desembargadores – Criação	
Cargo	Quantidade
Chefe de Gabinete de Desembargador - CJ-03	5
Oficial de Gabinete dos Desembargadores FC-05	10
Assistente-Datilógrafo dos Desembargadores - FC-04	15

Auxiliar Especializado - FC-02	5
--------------------------------	---

Gabinete dos Desembargadores - Reestruturação	
Cargo	Quantidade
Assessor de Desembargador CJ-02	40
Oficial de Gabinete dos Desembargadores FC-05	40

Turmas e Câmaras 2º Grau - Criação	
Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria - CJ-03	3
Oficial de Gabinete - FC-05	3
Assistente - FC-03	6
Auxiliar Especializado FC-02	3

Varas Cômuns e Juizados Especiais - Criação	
Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria - CJ-03	73
Oficial de Gabinete Secretário do Juiz - FC-05	73
Oficial de Gabinete do Substituto do Diretor - FC-05	73
Assistente - FC-03	73
Executante - FC-01	73

Turmas Recursais dos Juizados Especiais - Criação	
Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria -CJ-03	3
FC-05	8
FC-03	2
FC-01	3

Vara da Infância e da Juventude VIJ - Reestruturação	
Cargo	Quantidade
CJ-03	1
CJ-02	1
FC-05	2
FC-04	2
FC-03	9
FC-02	9
FC-01	2

Vara de Execuções Penais VEP - Reestruturação	
Cargo	Quantidade
CJ-02	1
FC-05	1
FC-03	4
FC-01	4

Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas VEPEMA - Criação

Cargo	Quantidade
CJ-02	1
FC-05	4
FC-03	4
FC-01	4

Contadorias-Partidorias, Distribuições e Depósitos Públicos - Reestruturação

Cargo	Quantidade
Contador-Partidor - CJ-03	3
Distribuidor - CJ-03	8
Depositário Público - CJ-03	2
FC-05	28
FC-03	41
FC-02	2

ANEXO III - Estrutura Administrativa

Cargos em Comissão e Funções Comissionadas

Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa da Justiça do Distrito Federal e Territórios - Criação

Cargo	Quantidade
CJ-03	1
CJ-02	4
FC-03	6
FC-02	10

Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal - PROJUS - Criação

Cargo	Quantidade
CJ-03	1
FC-05	2
FC-03	1

Projeto de Reestruturação da Secretaria do TJDF - REORG

Cargo	Quantidade
CJ-03	4
CJ-02	11
FC-05	52
FC-04	2
FC-03	71
FC-02	42
FC-01	21

Projeto de Reestruturação da Corregedoria da Justiça do DF - REORG

Cargo	Quantidade
CJ-03	7
CJ-02	9
FC-05	79
FC-04	4
FC-03	91
FC-02	64
FC-01	34

ANEXO IV - Quantitativo de Cartórios Judiciais

Situação atual		Situação Proposta
Circunscrições	Varas existentes	Varas a serem criadas
Distrito Federal	20	20
Especial de Brasília	56	13
Brazlândia	6	2
Ceilândia	20	0
Gama	12	3
Paranoá	8	3
Planaltina	8	5
Samambaia	14	0
Sobradinho	8	6
Taguatinga	20	0
Santa Maria	10	0
Núcleo Bandeirante	0	9
São Sebastião	0	6
Riacho Fundo	0	6
TOTAL	182	73

ANEXO V - Cronograma de Implementação

Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2006		
Gabinete dos Desembargadores - Reestruturação - Anexo II	Assessor de Desembargador - CJ-02	35
	Oficial de Gab. dos Des. - FC-05	35
Secretaria (1ª Etapa) - Reestruturação - Anexo III	Assessor Parlamentar da Presidência - CJ-03	1
Cargos efetivos - Unidades Administrativas E Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF - Criação - Anexo III	CJ-03	1
	FC-05	2
	FC-03	1

Vara da Infância e da Juventude - Reestruturação - Anexo II	CJ-03	1
	CJ-02	1
	FC-05	2
	FC-04	2
	FC-03	9
	FC-02	9
	FC-01	2
Vara de Execuções Penais – Reestruturação – Anexo II	CJ-02	1
	FC-05	1
	FC-03	4
	FC-01	4
Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas - Criação - Anexo II	CJ-02	1
	FC-05	4
	FC-03	4
	FC-01	4
Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa - Anexo III	CJ-03	1
	CJ-02	4
	FC-03	6
	FC-02	10
Contadorias-Partidorias, Distribuições e Depósitos Públicos – Reestruturação - Anexo II	Depositário Público - CJ-03	2
	Contador-Partidor - CJ-03	3
	Distribuidor - CJ-03	8
	FC-05	28
	FC-03	41
	FC-02	2
Turmas Recursais dos Juizados Especiais - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	3
	FC-05	8
	FC-03	2
	FC-01	3
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2007		
Cargos da Magistratura – Anexo I	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	15
Cargos efetivos - Unidades Administrativas E Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Corregedoria – Reestruturação - Anexo III	CJ-03	7
	CJ-02	9
	FC-05	79
	FC-04	4
	FC-03	91
	FC-02	64
	FC-01	34
Secretaria (2ª Etapa)- Reestruturação – Anexo III	CJ-03	3
	CJ-02	11
	FC-05	52

	FC-04	2
	FC-03	71
	FC-02	42
	FC-01	21
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2008		
Cargos da Magistratura – Anexo I	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão JA-01)	352
Instalação de Varas – Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2009		
Cargos da Magistratura – Anexo I	Desembargador	5
	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão JA-01)	352
Gabinete dos Desembargadores – Ampliação - Anexo II	Chefe de Gabinete - CJ-03	5
	Assessor - CJ-02	5
	Oficial de Gabinete - FC-05	15
	Assistente Datilógrafo - FC-04	15
	Auxiliar Especializado - FC-02	5
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Turmas e Câmaras 2º Grau - Instalação – Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	3
	Oficial de Gabinete - FC-05	3
	Assistente - FC-03	6
	Auxiliar Especializado - FC-02	3

Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
------------	---	------------

EXERCÍCIO DE 2010		
Cargos da Magistratura - Anexo I	Juiz de Direito	20
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	19
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	19
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	19
	Assistente - FC-03	19
	Executante - FC-01	19

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

Da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 (nº 3.248, de 2004, na origem), que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios, revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992 e 10.801, de 10 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) nº 18, de 2006 (nº 3.248, de 2004, na origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), apresentado nos termos da alínea d, do inciso II, do art. 96 da Constituição Federal, organiza a Justiça do Distrito Federal e Territórios e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares, dos seus servidores e da estrutura dos serviços notariais e de registro.

A proposição (fundamentada em extenso e aprofundado estudo técnico sobre a situação daquele Tribunal ante a evolução e o crescimento da demanda) se justifica, segundo a exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Desembargador Natanael Caetano Fernandes, então Presidente do TJDFT, pela necessidade de modernização e crescimento da Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, mediante a reestruturação da composição da Justiça de 1º Grau, da ampliação do Quadro de Pessoal Efetivo e de Magistrados, da criação de uma Escola de Formação e Atualização de Servido-

res e Magistrados, da reestruturação administrativa da Secretaria e da Corregedoria do Tribunal e do Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi examinado por três comissões. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que apreciou o mérito, aprovou a matéria por unanimidade, com o acréscimo de um Anexo (V). A Comissão de Finanças e Tributação examinou, no projeto, a relação com as leis orçamentárias, o impacto financeiro-orçamentário e a compensação exigida pelo art. 17, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e votou, também por unanimidade, pela adequação financeira e orçamentária da matéria, nos termos das inúmeras emendas apresentadas e aprovadas, tendo opinado pela inadequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A emenda daquela comissão foi substituída por um Anexo (V) atualizado, que acompanha o projeto que chegou a este Senado Federal.

Organizado em 91 artigos, o projeto se divide em quatro livros, subdivididos em títulos, capítulos e seções, e contém 5 anexos. O Livro I trata da estrutura da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, nos arts. 1º a 63. O Livro II trata dos serviços auxiliares (arts. 64 a 75). Os arts. 76 a 80 compõem o Livro III – Dos servidores da Justiça do Distrito Federal e Territórios e o Livro IV trata das disposições gerais, nos arts. 81 a 91.

O art. 81 cria o Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa, como Escola de Administração Judiciária do Distrito Federal e Territórios,

destinado à capacitação de magistrados e servidores. O art. 82 prevê a criação da Ouvidoria-Geral da Justiça do DF e Territórios, voltada à maior aproximação da Justiça para com o cidadão, para ouvir sua opinião acerca dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, colaborar para a melhoria das atividades necessárias à prestação jurisdicional, sugerir medidas de aprimoramento e na busca de soluções para os problemas apontados.

O art. 83 cria o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios (PROJUS) com o objetivo de executar os recursos financeiros arrecadados pelo Tribunal necessários ao reaparelhamento e à modernização da Justiça, sendo as receitas oriundas de custas, taxas, emolumentos, multas, fianças, auxílios, subvenções, contribuições, doações, inscrições em concursos, cursos, venda de assinaturas, aluguéis, produtos de alienações, multas e quaisquer outros ingressos destinados por lei. O art. 84 determina a revisão do regimento interno do tribunal no prazo de sessenta dias.

O art. 85 cria os cargos constantes do Anexo I.

O art. 86 cria os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes do Anexo II.

O art. 87 cria os cargos em comissão e as funções comissionadas previstas no Anexo III.

O art. 88 cria as Varas referidas no Anexo IV.

O art. 89 determina que as despesas decorrentes da implementação dos dispositivos constantes desta lei, relativos à criação de cargos, funções comissionadas e órgãos, constarão da programação de trabalho orçamentária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme estabelecido no Anexo V. Mediante o § 1º, ficam criados os cargos, funções e órgãos mencionados nesta Lei a partir de 1º de janeiro de cada exercício mencionado no Anexo V; o § 2º determina que as despesas mencionadas no **caput** do artigo deverão constar de autorização expressa constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício, até a final implantação do Anexo V da Lei.

O Anexo I traz o quantitativo de cargos da magistratura e efetivos criados, e o Anexo II relaciona os novos cargos em comissão e funções comissionadas. O Anexo III apresenta a estrutura administrativa de cargos em comissão e funções comissionadas. O Anexo IV traz o quadro correspondente à situação atual do quantitativo de Cartórios Judiciais, equivalentes ao número de Varas existentes (instaladas e a instalar) e ao de Varas a serem criadas, de acordo com o Projeto. O Anexo V define o cronograma de implementação das modificações advindas da Lei.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006, não contém vícios de constitucionalidade, juridicidade ou

regimentalidade. Sua relevância e oportunidade estão plenamente demonstradas na extensa justificação, que bem demonstra a necessidade de se promover a modernização da estrutura judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Conforme detennina o art. 21, XIII, da Constituição Federal, compete à União organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios. Nos termos do art. 48, inciso IX, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, dentre as quais a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e a organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Os estudos que deram origem à proposição apontaram níveis críticos de carência de Varas, principalmente nas circunscrições de Sobradinho, Planaltina, Ceilândia e Samambaia. Por isso, o projeto propõe acrescentar às dez circunscrições existentes – Brasília, Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Taguatinga, Brasília, Samambaia, Gama, Santa Maria e Paranoá – mais três: Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e São Sebastião, regiões atualmente subordinadas à administração da Circunscrição Especial de Brasília.

Informação registrada no parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados ressalta que a proposição foi negociada com a Casa Civil da Presidência da República, com o Ministério da Justiça e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a assegurar a sua implementação.

Quanto à compatibilização ou adequação do projeto às leis orçamentárias relativas ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, bem assim do impacto financeiro-orçamentário de sua implantação e da compensação exigida pela LRF, registre-se que o parecer aprovado por unanimidade pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados concluiu pela adequação financeira e orçamentária da matéria, nos termos das emendas apresentadas, que o atualizaram para o período de 2005 a 2015, o que aponta a necessidade de atualização de seus termos inicial e final para 2006 e 2011, respectivamente.

O projeto está elaborado de acordo com os princípios da boa técnica legislativa, segundo determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Verifica-se, portanto, a adequação do projeto às normas constitucionais, jurídicas e regimentais.

Entretanto, dois ajustes se fazem necessários na proposição.

O primeiro deles refere-se ao preceito inserto no art. 74, que pormenoriza as serventias notariais e de registro no âmbito do Distrito Federal. Esse assunto já se encontra regulado na Resolução nº 6, de 7 de outubro de 2004, do TSDFT. Ocorre, todavia, que o Supremo Tribunal Federal suspendeu, em sede cautelar, os prazos para implementação da referida Resolução. Enquanto se aguarda um pronunciamento definitivo da Corte e para sanar de vez qualquer dúvida, recomenda-se seja oferecida nova redação aos art. 74 e 91, observando-se que a instituição e a regulamentação do funcionamento dos serviços notariais e de registro sejam feitas mediante lei específica. No artigo 91 prevê-se que permanecem em vigor as leis revogadas até que lei específica de que trata o art. 74 passe a vigorar.

O segundo ajuste decorre da manifestação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o mérito do Projeto, em cumprimento ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento de 2006). Após o exame, o CNJ pronunciou-se favoravelmente ao Projeto, mas com redução de 25% (vinte e cinco por cento) no número de Varas, em relação à proposta do TJDFT, com correspondente adequação no número de juizes titulares e substitutos, e igual diminuição no número de cargos efetivos (Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários), cargos em comissão e funções comissionadas. Entretanto, considerando-se que a projeção de demanda feita pelo CNJ para 2012 já se realizou em 2005, o Conselho recomendou a implantação da Lei em cinco anos, e não em dez, como originalmente previsto. Para efetivar tais alterações, são necessárias adequações nos Anexos da Lei.

III – Voto

À vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas que a seguir apresento.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 74 do PLC nº 18, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 74. Os serviços notariais e de registro no Distrito Federal serão regulados por lei específica.”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 91 do PLC nº 18, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 91. Revogam-se as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979; 8.185, de 14 de maio de 1991; 8.407, de 10 de janeiro de 1992; e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. As leis referidas no **caput** permanecem em vigor na parte em que instituíram e regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal, até que a lei específica de que trata o art. 74 passe a vigorar.”

EMENDA Nº – CCJ

Alterem-se os Anexos I a V do PLC nº 18, de 2006, para dar-lhes a seguinte redação:

ANEXO I

Cargos da Magistratura e Efetivos	
Cargo	Quantidade
Desembargador	5
Juiz de Direito	77
Juiz de Direito Substituto	62
Analista Judiciário	1050
Técnico Judiciário	1760

ANEXO II – Estrutura Judiciária

Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Gabinete dos Desembargadores – Criação

Cargo	Quantidade
Chefe de Gabinete de Desembargador - CJ-03	5
Oficial de Gabinete dos Desembargadores FC-05	10
Assistente-Datilógrafo dos Desembargadores - FC-04	15
Auxiliar Especializado - FC-02	5

Gabinete dos Desembargadores - Reestruturação	
Cargo	Quantidade
Assessor de Desembargador CJ-02	40
Oficial de Gabinete dos Desembargadores FC-05	40

Turmas e Câmaras 2º Grau - Criação	
Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria - CJ-03	3
Oficial de Gabinete - FC-05	3
Assistente - FC-03	6
Auxiliar Especializado FC-02	3

Varas Comuns e Juizados Especiais - Criação	
Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria - CJ-03	73
Oficial de Gabinete Secretário do Juiz - FC-05	73
Oficial de Gabinete do Substituto do Diretor - FC-05	73
Assistente - FC-03	73
Executante - FC-01	73

Turmas Recursais dos Juizados Especiais - Criação	
Cargo	Quantidade
Diretor de Secretaria -CJ-03	3
FC-05	8
FC-03	2
FC-01	3

Vara da Infância e da Juventude VIJ - Reestruturação	
Cargo	Quantidade
CJ-03	1
CJ-02	1
FC-05	2
FC-04	2
FC-03	9
FC-02	9
FC-01	2

Vara de Execuções Penais VEP - Reestruturação	
Cargo	Quantidade
CJ-02	1
FC-05	1
FC-03	4

FC-01	4
-------	---

Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas VEPEMA – Criação	
Cargo	Quantidade
CJ-02	1
FC-05	4
FC-03	4
FC-01	4

Contadorias-Partidorias, Distribuições e Depósitos Públicos - Reestruturação	
Cargo	Quantidade
Contador-Partidor - CJ-03	3
Distribuidor – CJ-03	8
Depositário Público – CJ-03	2
FC-05	28
FC-03	41
FC-02	2

ANEXO III - Estrutura Administrativa

Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa da Justiça do Distrito Federal e Territórios – Criação	
Cargo	Quantidade
CJ-03	1
CJ-02	4
FC-03	6
FC-02	10

Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal - PROJUS – Criação	
Cargo	Quantidade
CJ-03	1
FC-05	2
FC-03	1

Projeto de Reestruturação da Secretaria do TJDF - REORG	
Cargo	Quantidade
CJ-03	4
CJ-02	11
FC-05	52
FC-04	2
FC-03	71
FC-02	42
FC-01	21

Projeto de Reestruturação da Corregedoria da Justiça do DF - REORG	
Cargo	Quantidade
CJ-03	7
CJ-02	9
FC-05	79
FC-04	4
FC-03	91
FC-02	64
FC-01	34

ANEXO IV - Quantitativo de Cartórios Judiciais

Circunscrições	Situação atual	Situação Proposta
	Varas existentes	Varas a serem criadas
Distrito Federal	20	20
Especial de Brasília	56	13
Brazlândia	6	2
Ceilândia	20	0
Gama	12	3
Paranoá	8	3
Planaltina	8	5
Samambaia	14	0
Sobradinho	8	6
Taguatinga	20	0
Santa Maria	10	0
Núcleo Bandeirante	0	9
São Sebastião	0	6
Riacho Fundo	0	6
TOTAL	182	73

ANEXO V - Cronograma de Implementação

Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2006		
Gabinete dos Desembargadores - Reestruturação - Anexo II	Assessor de Desembargador - CJ-02	35
	Oficial de Gab. dos Des. - FC-05	35
Secretaria (1ª Etapa) - Reestruturação - Anexo III	Assessor Parlamentar da Presidência - CJ-03	1
Cargos efetivos - Unidades Administrativas E Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352

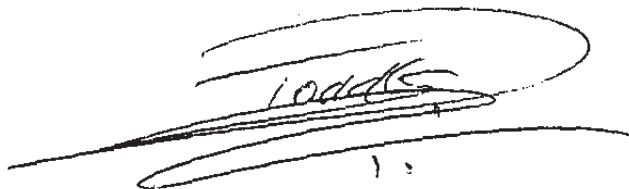
Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF - Criação - Anexo III	CJ-03	1
	FC-05	2
	FC-03	1
Vara da Infância e da Juventude - Reestruturação - Anexo II	CJ-03	1
	CJ-02	1
	FC-05	2
	FC-04	2
	FC-03	9
	FC-02	9
	FC-01	2
Vara de Execuções Penais - Reestruturação - Anexo II	CJ-02	1
	FC-05	1
	FC-03	4
Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas - Criação - Anexo II	FC-01	4
	CJ-02	1
	FC-05	4
	FC-03	4
Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas - Criação - Anexo II	FC-01	4
	FC-03	4
	FC-01	4
	CJ-02	1
Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa - Anexo III	FC-05	4
	FC-03	4
	FC-01	4
	CJ-02	1
Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa - Anexo III	CJ-03	1
	CJ-02	4
	FC-03	6
	FC-02	10
	Depositário Público - CJ-03	2
	Contador-Partidor - CJ-03	3
Contadorias-Partidorias, Distribuições e Depósitos Públicos - Reestruturação - Anexo II	Distribuidor - CJ-03	8
	FC-05	28
	FC-03	41
	FC-02	2
	FC-01	2
Turmas Recursais dos Juizados Especiais - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	3
	FC-05	8
	FC-03	2
	FC-01	3
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2007		
Cargos da Magistratura - Anexo I	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	15
Cargos efetivos - Unidades Administrativas E Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Corregedoria - Reestruturação - Anexo III	CJ-03	7
	CJ-02	9
	FC-05	79
	FC-04	4
	FC-03	91
	FC-02	64
	FC-01	34

Secretaria (2ª Etapa)- Reestruturação – Anexo III	CJ-03	3
	CJ-02	11
	FC-05	52
	FC-04	2
	FC-03	71
	FC-02	42
	FC-01	21
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2008		
Cargos da Magistratura – Anexo I	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Instalação de Varas – Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2009		
Cargos da Magistratura – Anexo I	Desembargador	5
	Juiz de Direito	19
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Gabinete dos Desembargadores – Ampliação - Anexo II	Chefe de Gabinete - CJ-03	5
	Assessor – CJ-02	5
	Oficial de Gabinete - FC-05	15
	Assistente Datilógrafo - FC-04	15
	Auxiliar Especializado - FC-02	5
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	18
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	18
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	18
	Assistente - FC-03	18
	Executante - FC-01	18
Turmas e Câmaras 2º Grau - Instalação – Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	3
	Oficial de Gabinete - FC-05	3
	Assistente - FC-03	6
	Auxiliar Especializado - FC-02	3

Destinação	Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Quantidade
EXERCÍCIO DE 2010		
Cargos da Magistratura - Anexo I	Juiz de Direito	20
	Juiz de Direito Substituto	16
Cargos efetivos - Unidades Administrativas e Judiciárias - Anexo I	Analista Judiciário (Padrão SA-01)	210
	Técnico Judiciário (Padrão IA-01)	352
Instalação de Varas - Anexo II	Diretor de Secretaria - CJ-03	19
	Oficial de Gabinete - Secretário do Juiz - FC-05	19
	Oficial de Gabinete - Substituto do Diretor - FC-05	19
	Assistente - FC-03	19
	Executante - FC-01	19

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 697, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 166, de 2006 (nº 448/06, na origem), de indicação da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura para compor o Superior Tribunal de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14 de junho de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo

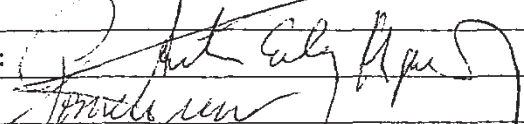
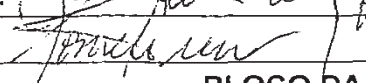
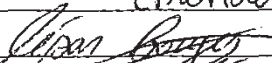
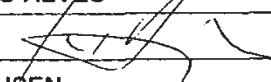
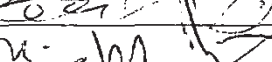
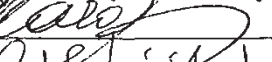
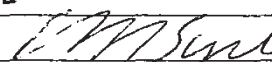
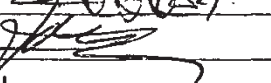
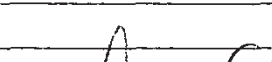
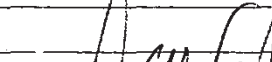
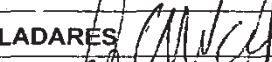
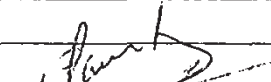
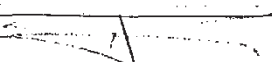
Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem (SF) nº 166, de 2006, opina pela aprovação da indicação da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura para compor o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do parágrafo único, inciso II, do art. 104, da Constituição Federal, por 17 votos favoráveis e 1 voto em branco.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 166 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/06/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PONENTE: 	
RIOR:  <i>Senador Romeu Tuma</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANÍO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA (Relator)
CR BORGES 	2-MARIA DO CARMO ALVES
DISTENES TORRES 	3-JOSÉ AGRIPINO 
EDN LOBÃO 	4-JORGE BORNHAUSEN
JC JORGE 	5-RODOLPHO TOURINHO
JO BATISTA MOTTA 	6- TASSO JEREISSATI
ALRO DIAS 	7-EDUARDO AZEREDO
ARIUR VIRGÍLIO 	8-LEONEL PAVAN
JUENCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾ 
EDARDO SUPPLY 	2- PAULO PAIM 
FENANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAINO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDEI SALVATTI 	5-SIBÁ MACHADO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES 	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO 	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO 
NEYSUASSUNA	2-GILVAM BORGES 
JOSÉ MARANHÃO 	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ 	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES 	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/05/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Por intermédio da Mensagem nº 166, de 2006 (Mensagem nº 448, de 8 de junho de 2006, na origem), e em conformidade com os arts. 52, inciso III, alínea a, e 104, parágrafo único, da Constituição, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Maria Thereza Rocha de Assis Moura para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro José Arnaldo da Fonseca.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto e observado o quorum de maioria absoluta, os indicados ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O **currículum vitae**, anexo à Mensagem Presidencial, descreve a formação acadêmica e a experiência profissional da Senhora Maria Thereza Rocha de Assis Moura.

A Senhora Maria Thereza Rocha de Assis Moura é brasileira e natural de São Paulo-SP. Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1980, a Senhora Maria Thereza Rocha de Assis Moura, nos estudos de pós-graduação, obteve dois diplomas. O primeiro, de Mestrado em Direito Processual, com a dissertação “A prova por indícios no processo penal”, e o segundo, de Doutorado em Direito, com a tese “Justa causa para a ação penal condenatória no direito brasileiro”. Os dois diplomas foram expedidos pela USP, em 1993 e 2000, respectivamente.

Autora de diversos artigos, publicados no Brasil e no Exterior, cabe destacar, como atividades relevantes, a produção de livros (Á prova por indícios no processo penal, de 1994; Justa causa para a ação penal: doutrina e jurisprudência, de 2001; e, em co-autoria, Código de Processo Penal e sua interpretação jurisprudencial, de 2004), a participação em bancas de concurso público, e a realização de palestras, congressos e eventos similares (a mais recente: “A polícia judiciária e o devido processo legal”, na Ordem dos Advogados do Brasil de Sorocaba-SP, realizada no dia 22 de novembro de 2005).

Atualmente, no âmbito acadêmico, a Senhora Maria Thereza Rocha de Assis Moura exerce a docência: a) no Curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde, desde 1998, ministra as disciplinas de Direito Processual Penal (I, II, III, IV e V), e b) no Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde, desde 2000, ministra as disciplinas de Direito Processual Penal Constitucional.

No âmbito profissional, está a Senhora Maria Thereza Rocha de Assis Moura a exercer a advocacia, compondo, desde 2002, o escritório Zanoide de Moraes Advogados Associados. Nos últimos anos, desempenhou diversas funções na Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, com destaque para participações na Comissão de Estágio e Exame de Ordem (de 1989 a 2004), na Comissão de Direitos e Prerrogativas (de 1994 a 1995), na Comissão de Direitos Humanos (de 1987 a 1989) e na Escola Superior da Advocacia (de 1998 a 2003).

As funções e as atividades desempenhadas, como evidenciadas em seu currículo, subsidiam esta Comissão de Constituição e Justiça a deliberar sobre a indicação da Senhora Maria Thereza Rocha de Assis Moura ao cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Sala da Comissão, 14 de junho de 2006. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente, **Romeu Tuma** – Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 60**, de 2006, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 245, 249, 256 e 268, de 2006**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/60/2006

Brasília, 16 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 245, 249, 256 e 268 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 695, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 41, de 2006**

(MSF 163/2006), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 696, de 2006**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006** (nº 3.248/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que *dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 672, DE 2006.

Requer informações ao Ministro da Fazenda e, no que concerne à área do MF, acerca de propalada alterações na nomenclatura de equipamento denominado set top box (ou conversor de sinais), que passaria a chamar-se terminal de acesso recurso semântico que teria o objetivo de escapar ao que prevê a chamada Lei de Informática.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Fazenda, informações, no que tange a área afeta ao Ministério da Fazenda, acerca de propaladas alterações na denominação do equipamento atualmente conhecido como sei top lux (ou conversor de sinais), que passaria a ser chamado de *Tennrvd & acaso*, com isso fora do preceituado pela chamada Lei de Informática. Nessa condição, não seria considerado “bem de Infonnática”. Com o novo nome, o terminal” seria taxado com IPI mímnio, possibilitando sua produção fora da área do Pólo de Informática de Manaus.

Já foram baixadas, a propósito, normas chamadas NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul), como as de números 8528.1211 e 851219, da área do Ministério da Fazenda (pela Secretaria da Receita Federal), em solução de consulta nº 80, de 30-11-2005, da 2ª Região Fiscal da Receita Federal.

As informações justificam-se, inclusive quanto abrangência a três Ministérios (MCT, MF e MDIC), mesmo tendo sido apenas o da Fazenda, através da SRF, o responsável pela resposta a Consulta do &ntro das Indústrias do Estado do Amazonas. Nessa resposta, informa o Ministério que qualquer aparelho que tenha funções de TV, ainda que possua características de monitor de computador, não pode ser considerado bem de informática.

Justificação

As informações que ora solicito visam a esclarecer o Senado Federal a respeito de pretendidas alterações, puramente semânticas, que tenam o mtuíto de retirar da órbita de exclusividade do Pólo Industrial de Manaus a fabricação de televisores, numa provável burla ao texto da chamada Lei de Informática.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 673, DE 2006

Requer informações ao Minstro da Ciência e Tecnologia e, no que concerne à área do MCT, acerca de propalada alterações na nomenclatura de equipamento denominado set top box (ou conversor de sinais), que passaria a chamar-se terminal de acesso, recurso semântico que teria o objetivo de escapar de ao que prevê a chamada Lei de Informática.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, informações, no que tange à área afeta ao Ministério da Ciência e Tecnologia, acerca de propaladas alterações na denominação do equipamento atualmente conhecido como **sei top box** (ou conversor de sinais), que passaria a ser chamado de *Terminal de acesso*, com isso fora do preceituado pela chamada Lei de Informática. Nessa condição, não seria considerado “bem de Informática”. Com o novo nome, o “terminal” seria taxado com IPI mínimo, possibilitando sua produção fora da área do Pólo de Informática de Manaus.

Já foram baixadas, a propósito, normas chamadas NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul), como as de números 8528.1211 e 851219, da área do Ministério da Fazenda (pela Secretaria da Receita Federal), em solução de consulta nº 80, de 30/11/2005, da 2ª Região Fiscal da Receita Federal.

As informações justificam-se, inclusive quanto à abrangência a três Ministérios (MCT, MF e MDIC), mesmo tendo sido apenas o da Fazenda, através da SRF, o responsável pela resposta a Consulta do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas. Nessa resposta, informa o Ministério que qualquer aparelho que tenha funções de TV, ainda que possua características de monitor de computador, não pode ser considerado bem de informática.

Justificação

As informações que ora solicito visam a esclarecer o Senado Federal a respeito de pretendidas alterações, puramente semânticas, que teriam o intuito de retirar da órbita de exclusividade do Pólo Industrial de Manaus a fabricação de televisores, numa provável burla ao texto da chamada Lei de Informática.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 674, DE 2006

Requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e, no que concorre à área do MDIC, acerca de propalada alterações na nomenclatura de equipamento denominado set top box (ou conversor de sinais), que passaria a chamar-se terminal de acesso, recurso semântico que teria o objetivo de escapar do que prevê a chamada Lei de Informática.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, informações, no que tange à área afeta ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, acerca de pmpaladas alterações na denominação do equipamento atualmente conhecido como **set top box** (ou conversor de sinais), que passaria a ser chamado de Terminal de acesso, com isso fora do preceituado pela chamada Lei de Informática. Nessa condição, não seria considerado “bem de Informática”. Com o novo nome, o “terminal” seria taxado com IPI mínimo, possibilitando sua produção fora da área do Pólo de Informática de Manaus.

Já foram baixadas, a propósito, normas chamadas NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul), como as de números 8528.1211 e 851219, da área do Ministério da Fazenda (pela Secretaria da Receita Federal), em solução de consulta nº 080, de 30-11-2005, da 2ª Região Fiscal da Receita Federal.

As informações justificam-se, inclusive quanto à abrangência a três Ministérios (MCT, MF e MDIC), mesmo tendo sido apenas o da Fazenda, através da SRF, o responsável pela resposta a Consulta do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas. Nessa resposta, informa o Ministério que qualquer aparelho que tenha funções de TV, ainda que possua características de monitor de computador, não pode ser considerado bem de informática.

Justificação

As informações que ora solicito visam a esclarecer o Senado Federal a respeito de pretendidas alterações, puramente semânticas, que teriam o intuito de retirar da órbita de exclusividade do Pólo Industrial de Manaus a fabricação de televisores, numa provável burla ao texto da chamada Lei de Informática.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 675, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro seja solicitado, ao Excentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma relação com a inscrição de ocupantes de áreas demarcadas como terrenos de marinha, no Estado do Amapá.

Justificação

Esta informação é importante para a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 133/2006, de minha autoria, que trata da anistia para os ocupantes de terras de marinha, com renda familiar de até cinco salários mínimos.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – **José Sarney**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 676, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais que, além da Comissão de Assuntos Sociais, constante do despacho inicial, o PLS nº 46/01, que “acrescenta parágrafo ao art. 19 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio)”, seja examinado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senadora **Ana Júlia Carepa**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 677, DE 2006**Requer Voto de Aplauso ao Município de Borba, no Amazonas, pela realização dos festejos religiosos em homenagem a Santo Antônio.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Borba, Amazonas, pela realização da tradicional Festa em Homenagem a Santo Antônio (padroeiro da cidade), que anualmente atrai multidões de romeiros da cidade e de municípios vizinhos.

Este ano houve uma feliz coincidência: o Dia de Santo Antônio e dos festejos de Borba foi o mesmo do jogo de estréia do Brasil na Copa do Mundo da Alemanha. Os romeiros que se fizeram presentes à Festa de Borba, além das manifestações de fervor ao padroeiro da cidade, recorreram ao Santo, pedindo-lhe proteção e orando por um resultado positivo para a Seleção Brasileira, o que de fato aconteceu. Com as orações também do preparador técnico da Seleção, Zagallo, que, fervoroso devoto, carregava naquele dia, imagem do Santo Antônio.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Borba, Antonio José Muniz Cavalcante, ao Presidente da Câmara Municipal, Otilio Tadeu Linhares, e, por intermédio deles, aos demais Vereadores e à população de Borba.

Justificação

A Festa do Padroeiro de Borba, no Estado do Amazonas, é um evento religioso tradicional no Município. Todos os anos, para ali acorrem milhares de romeiros, da própria cidade e de municípios vizinhos,

de outras regiões do Amazonas e até de outros Estados.

Este ano, um fato auspicioso ampliou a dimensão da tradicional festa: o Dia de Santo Antonio coincidiu com a data de estréia do Brasil na Copa do Mundo. Com isso, como muitos testemunharam, os devotos de Santo Antonio pediram a sua proteção aos jogadores da Seleção. Foram atendidos.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 678, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado Voto de Louvor a Alfredo Cabral Neto, por sua. eleição e seu trabalho realizado como Presidente da “Politics and International Relations Society Royal Holloway” da University of London.

Justificação

A Royal Holloway da Universidade de Londres é reconhecida globalmente como uma das principais instituições de ensino superior e de pesquisa do Reino Unido, estando entre as dez mais importantes daquele país.

Em 2005, foi criada na Royal Holloway, a Politics and International Relations Society (Sociedade de Política e Relações Internacionais), a qual, em menos de um ano, assumiu uma posição privilegiada na Universidade, tornando-se uma das mais dinâmicas sociedades na Royal Holloway e na Universidade de Londres nos temas de sua especialidade. No mesmo ano de criação, ela foi premiada com o Best New Society of the Year (a Melhor Nova Sociedade do Ano) pela União dos Estudantes da Royal Holloway. A Sociedade coordena a delegação que representa a Universidade na simulação das Nações Unidas em Nova Iorque.

Essa importante sociedade temática da Universidade de Londres elegeu, em 2006, para o cargo de Presidente, o jovem Alfredo Cabral Neto, brasileiro, natural do Estado do Pará, que pretende aprofundar o trabalho da instituição no Modelo de Representação da ONU e expandir suas atividades de promoção de seminários com prestigiosos diplomatas e políticos.

Alfredo Cabral Neto nasceu em 12 de dezembro de 1983, na cidade de Belém do Pará. Estudou no Colégio Moderno, em Belém, e no Anglo, em Campinas. Aluno de pós-graduação em Ciência Política e Governo da Royal Holloway desde 2004, foi fundador da Politics and International Relations Society, tendo

participado ativamente das atividades que a levaram ao merecido destaque.

No pleito que o elegeu, Alfredo Cabral Neto defendeu a continuidade e o fortalecimento das atividades que deram destaque à entidade no plano internacional, principalmente, o protagonismo na representação simulada na ONU. Ademais, em sua gestão, que já se revela profícua, projetam-se muitas atividades que inscreverão ainda mais o nome da Sociedade entre os principais atores na discussão das relações internacionais hodiernas.

Tratando-se, portanto, de um jovem brasileiro que alcança meritória posição num cenário onde transitam grandes pensadores sociais, consideramos ser-lhe devido Voto de Louvor, registrado nos anais desta Casa e a ele endereçado.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senador **Luiz Otavio**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, por dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa, como prometi ontem, requerimento de informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ao Ministro de Ciência e Tecnologia e ao Ministro da Fazenda, relativamente ao que, para mim, é uma ameaça ao Pólo Industrial de Manaus: essa evolução tecnológica que é a TV digital passar a ser regida pelos incentivos da Lei de Informática, o que deslocaria de Manaus para outras plagas a produção de televisores. Então, aqui pergunto tudo aquilo que ontem tentei explanar no meu discurso.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, encaminho pronunciamento em que me recorro de idosos de 90 anos nas filas do INSS e artigo de **O Globo** relatando, no último dia 13, que mulher esperando atendimento no posto do INSS em Caxias morreu de infarto. Encaminho à mesa o documento de **O Globo** e o curto pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Petista do Presidente Lula, que havia prometido mundos e fundos e que continua prometendo ou dizendo que fez mundos e fundos, continua na mesma: alheio ao dramas das populações pobres, obrigadas a enfrentar filas intermináveis nos postos do INSS.

Quando o Ministro era o Deputado Ricardo Berzoini, quem sofria eram os idosos de mais de 90 anos, que ele colocou nessas filas, sem precisar!

Agora, como mostra **O Globo**, as mazelas desse Governo se ampliam.

Primeiro, leio o título da matéria:

INFARTO MATA EM CAXIAS MULHER QUE ESPERAVA ATENDIMENTO NO POSTO DO INSS

A notícia informa que uma aposentada de 48 anos, Senhora Maria Áurea Santos do Nascimento, morreu esperando o atendimento que não veio.

Ela chegou ao posto às 5h da madrugada. Às 8 horas, pegou uma senha. Às 9h30, sem ser atendida, morreu de infarto.

Leio mais um trecho da notícia de **O Globo**:

A médica do posto disse que nada podia fazer, nem dar qualquer remédio. Só mediu a pressão, que estava 17 por 11, enquanto esperava a ambulância do Corpo de Bombeiros – contou Lúcia Gomes da Silva, amiga e vizinha que acompanhava Maria Áurea.

Maria Áurea é mais um vítima dos péssimos serviços de saúde oferecidos pelo Governo Lula. Para ele, o Presidente, no entanto, tudo está bem, a julgar pelas suas repetidas falas, exaltando maravilhas sobre seu Governo.

Está na hora de o Governo Lula entender que não deve continuar proclamando como verdadeiro o que é mentira.

Está na hora, também, de a população começar a cobrar essas maravilhas que nunca conseguem ver.

O atual Governo é mazela pura. E, por isso, faço este registro, pedindo a anexação da nota de **O Globo** a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

13
Data: 09/06/2006

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Infarto mata em Caxias mulher que esperava atendimento no posto do INSS

Amiga da vítima diz que ambulância só chegou 45 minutos depois

Rosane de Souza*

• A aposentada Maria Áurea Santos do Nascimento, de 48 anos, morreu ontem, no posto do INSS de Duque de Caxias, esperando atendimento. Às 5h, ela já estava na fila da agência e, às 8h, até conseguiu pegar a senha número 4. Mas logo depois começou a passar mal. Às 9h30m, morreu de infarto.

— Ela começou a passar mal, com falta de ar e vômitos, logo depois das 8h. A médica do posto disse que nada podia fazer, nem dar qualquer remédio. Só mediu a pressão, que estava 17 por 11, enquanto esperava a ambulância do Corpo de Bombeiros — contou Carmen Lúcia Gomes da Silva, amiga e vizinha que acompanhava Maria Áurea.

Carmen enfrentou uma viacrúcis até conseguir ajuda.

Disse que correu para a rua em busca de socorro e terminou batendo na porta da 54ª DP (Belford Roxo).

— De nada adiantou a ajuda do delegado. A ambulância chegou uns 45 minutos depois que ela já tinha morrido — contou.

De acordo com o INSS, a ambulância chegou 50 minutos depois que a segurada começou a passar mal. Já os bombeiros alegaram que estavam no posto 15 minutos depois de serem chamados.

Maria Áurea era baiana de Canavieiras e trabalhou como doméstica em Ilhéus, no Sul da Bahia. Segundo seu filho, Márcio Santos, ela recebeu o auxílio-doença até março.

— Em dezembro, paguei a passagem para ela vir para o Rio, porque quem ficava com o dinheiro do benefício era a patroa. Era com esse dinheiro

que ela pagava os serviços que a minha mãe, doente, ainda prestava — contou o filho da aposentada.

Na carteira profissional de Maria Áurea, constam anotações referentes a trabalho somente de janeiro a dezembro de 2004. Ontem, ela voltou ao INSS na esperança de obter novo benefício, achando que as dores no braço esquerdo eram as mesmas, causadas por uma queda na infância, que motivaram a concessão do primeiro auxílio-doença.

— Minha mãe trabalhou dez anos como empregada doméstica, em Ilhéus, sem receber qualquer salário. Sua carteira foi assinada apenas para garantir o benefício do auxílio-doença que a patroa pagava. — disse Márcio Santos. ■

* Do Extra

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma aproximação entre as Forças Armadas e o Congresso. Está se procedendo a um diálogo frutífero e saudável entre essas instituições, com eventos que marcam essa aproximação, como a criação da Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas, na Câmara dos Deputados, e da Subcomissão Permanente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, voltada para as Forças Armadas, que V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, muito bem preside. Foi realizada uma viagem de Parlamentares, há duas semanas, à Amazônia e outra, também de Parlamentares, à Academia Militar de Agulhas Negras e às instituições de ensino do Exército.

Enfim, essa é uma tendência que considero muito positiva e extremamente necessária. Como as Forças Armadas são instituições que não podem ter nenhum viés político, nenhum caráter de política partidária, por serem instituições de Estado e não de Governo, é preciso que haja essa aproximação, porque, do contrário, vence uma certa tendência ao distanciamento entre as Forças Armadas e o Congresso, esta que é uma instituição eminentemente política, sob o ponto de vista partidário. É preciso que haja um intento, uma vontade política de aproximação, e isso é o que está se revelando ultimamente, o que considero extremamente oportuno e importante, de vez que é o Congresso que vota o Orçamento, o que deve ser feito tendo em vista as necessidades efetivas de nossas Forças Armadas. O que se tem verificado – e, repetidas vezes, isso tem sido objeto de registro de representantes das Forças Armadas – é que tem havido um declínio, um tratamento orçamentário, relativamente às Forças Armadas, que não corresponde absolutamente às necessidades e às responsabilidades da instituição no cumprimento de certas missões, que são fundamentais e exclusivas delas.

Nos últimos anos, há uma melhoria – e um crescimento em valor real – dessas dotações, caracterizando uma preocupação do Governo do Presidente Lula com a dotação das Forças Armadas. Entretanto, esse aumento está ainda muito aquém das efetivas necessidades das instituições militares nacionais. Há o atendimento na questão do reequipamento da Ae-

ronáutica, mas, computando-se as três Forças, o incremento dos recursos para as Forças Armadas tem se situado em nível muito baixo proporcionalmente às responsabilidades que possuem.

E isso corresponde, Sr. Presidente, a uma opinião que é corrente aqui, no Congresso, e entre a população brasileira de um modo geral: o Brasil não vive ameaças sob o ponto de vista da defesa. Defesa da Nação, do Território Nacional, é a principal missão das Forças Armadas; é uma missão que corresponde à necessidade da própria sobrevivência da Nação brasileira. Mas a opinião pública – refletindo-se no Congresso – constata superficialmente a ausência de ameaças sobre a soberania territorial brasileira e, com isso, tende a reduzir ou a não incrementar na medida necessária as dotações orçamentárias para as Forças Armadas.

Entretanto, as próprias Forças Armadas realizam estudos prospectivos e cenários de longo prazo no tocante às relações internacionais, aos acontecimentos e aos conflitos mundiais e constatam que, ao contrário do que corre na sociedade e no Congresso Nacional, há ameaças, sim. E é preciso que se considere com seriedade e na proporção devida o significado dessas ameaças e que se cumpra a função de dotar as Forças Armadas do necessário reequipamento para fazer frente a essas ameaças.

Claro que esses estudos prospectivos são de longo prazo, o que a opinião pública e a própria mídia não fazem, que o próprio Congresso não tem feito, pode vir a fazer agora a partir, por exemplo, da Subcomissão Permanente das Forças Armadas no Senado e desta Frente Plurissetorial. Mas o fato é que essas prospecções de prazo de vinte ou trinta anos indicam que devem crescer, nesse prazo maior e mais profundo, os riscos contra a soberania territorial do Brasil, como a cobiça sobre as reservas brasileiras, extremamente importantes na relação entre os povos e as nações nessas próximas décadas. Refiro-me às reservas de água, de biodiversidade e às próprias reservas de petróleo em solo brasileiro, que estão crescendo na medida em que a Petrobras melhora a sua competência e a sua qualificação técnica para perfurar e extrair petróleo a profundidades maiores ainda do que as já atingidas.

Então, só Forças Armadas bem equipadas é que terão condições de afastar essas ameaças – que existem – com o chamado poder de dissuasão. O poder de dissuasão é exatamente aquela condição das Forças Armadas de desestimular ou desanimar qualquer tentativa de satisfação dessas cobiças so-

bre as reservas brasileiras por meio da ocupação territorial com o uso da força. E o Congresso precisa conhecer essas previsões e as reais necessidades das Forças Armadas.

É por isso que eu digo que esse diálogo e esse encontro das duas instituições é muito saudável e muito importante. É claro que as Forças Armadas constituem corporações, e toda a corporação tende a superestimar as suas necessidades, o que é absolutamente natural. E o Congresso, o poder político, é que tem a capacidade de fazer o julgamento, conhecendo as estimativas e as propostas das Forças Armadas e as limitações da economia brasileira. A economia brasileira tem limitações e a maior delas vem exatamente das imposições do mercado financeiro internacional, que ainda tem a economia brasileira com refém. As Forças Armadas mantêm a soberania territorial, mas a soberania econômica do País ainda não foi plenamente conquistada. E é preciso conquistá-la para que possamos fazer uma distribuição interna de recursos mais adequada, tendo em vista as necessidades das Forças Armadas e dos outros setores – educação, saúde, segurança pública etc.

Sr. Presidente, as Forças Armadas também podem colaborar muito positivamente na ultrapassagem dessa limitação a que referi, que é a dos recursos, na medida em que são capazes de produzir grandes avanços na área da ciência e da tecnologia. Estão equipadas para isso e têm talentos muito importantes para o cumprimento dessa missão e a vem cumprindo de uma forma admirável, razão pela qual temos de também, por ocasião do exame do Orçamento, prestar atenção para dotá-las com os recursos necessários a aprofundar esse desenvolvimento científico e tecnológico que constitui uma das missões das Forças Armadas, ao lado, é claro, da defesa – e, dentro de um critério mais amplo, o desenvolvimento científico e tecnológico constitui defesa também.

As Forças Armadas ainda têm outras missões que não quero deixar de mencionar, como a própria missão de preservação dos valores morais, éticos, culturais, de lealdade, de fidelidade, de caráter, que os oficiais desenvolvem durante todo o seu aprendizado, em sua permanência no quadro das Forças Armadas, e as missões de paz que o Brasil exemplarmente vêm desempenhando no Haiti.

Sr. Presidente, é preciso que se fortaleça essa vocação do Brasil, que é a de ser uma potência da paz, mais do que uma potência da guerra. O Brasil, desde Rui Barbosa, em Haia, desde Afonso Arinos, do Barão do Rio Branco, sempre se notabilizou e é reconhecido

internacionalmente pela força dos argumentos dos seus diplomatas, dos seus negociadores. O Brasil negociou sempre com muita competência e muita seriedade, razão pela qual é reconhecido como uma das potências de paz, e lutamos pelo fortalecimento das instituições internacionais multilaterais, a partir da Organização das Nações Unidas, porque este é o caminho verdadeiro para a paz. É claro que as Forças Armadas têm de ver o caminho da paz por intermédio do velho ditado romano **si vis pacem para bellum**, ou seja, “se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

Entretanto, a sociedade brasileira e os quadros políticos, as lideranças políticas brasileiras, têm de atender às necessidades das Forças Armadas, que correspondem a sua segurança, especialmente no longo prazo, mas têm de pensar também nas missões de paz e na vocação brasileira para a luta pela paz por meio do reconhecimento do Direito Internacional, da justiça, da razão, enfim, no âmbito das organizações internacionais, porque essa é, como disse, uma vocação brasileira que foi afirmada, Sr. Presidente, no momento em que o Brasil decidiu politicamente aderir ao Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares. Porque, se o Brasil quisesse se preparar até a última instância para uma situação de guerra, não poderia ter aderido. Nem quero discutir se foi acertada ou não essa adesão, talvez até não tenha sido, mas o fato é que o Brasil aderiu a esse Tratado, e a sociedade brasileira corroborou, aprovou essa decisão. Ou seja, isso quer dizer que o Brasil aposta mais na razão, na justiça, no Direito Internacional, nas organizações multilaterais, enfim, num processo de paz que nasça do entendimento e da negociação do que num processo de paz que nasça do fortalecimento militar puramente, o que se daria por meio da aquisição das armas atômicas. O Brasil teria condições de desenvolver armas atômicas, evidentemente que teria; entretanto, optou pelo Tratado de Não-Proliferação, dando seqüência a uma tradição que já vinha de séculos e que foi afirmada pelas declarações de tantos dos nossos diplomatas, reafirmando o Brasil como potência de paz, e não como potência de guerra.

Ouçó, Sr. Presidente, só o aparte do Senador Augusto Botelho, e já encerro o meu discurso.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a se referiu bem à cobiça internacional em cima dos nossos bens, como a água, que vai faltar no mundo, em sua forma líquida e potável, como vimos, daqui a 25 anos; falou da nossa biodiversidade, cuja propriedade realmente não temos, já que ela não está cientificamente comprovada e catalogada

nas nossas universidades. V. Ex^a falou também sobre o petróleo. Gostaria apenas de acrescentar que estão cobijando também dois dos nossos minérios, o urânio e o nióbio, cujas reservas, aqui no Brasil, são as maiores do mundo. A reserva do urânio encontra-se em Roraima, na Raposa Serra do Sol, e a do nióbio, na região yanomami, na Cabeça do Cachorro, no Amazonas e Roraima. São os dois minérios do futuro. Quando o petróleo acabar, pelo conhecimento atual, teremos de substituí-lo pela energia nuclear – não temos outra saída. Nesse sentido, as Forças Armadas, por meio da Marinha, contribuem muito para o desenvolvimento das tecnologias de energia nuclear. Ressalte-se que a nossa forma de tornar o urânio industrial é 35% mais econômica do que as formas conhecidas pelo mundo. Então, temos de investir mais nas Forças Armadas, em armamento, em navios para a Marinha, principalmente na área de conhecimento. A nossa Embraer só existe porque o Ita já existe há muito tempo; são consequências naturais. Dessa forma, gostaria de elogiar o discurso de V. Ex^a e dizer que sou totalmente favorável à sua opinião. Temos de reequipar as nossas Forças Armadas, porque não adianta termos nossas riquezas para qualquer país chegar aqui, quando bem entender, e tomá-las de nós. Muito obrigado, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado! Eu que agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, que conhece em profundidade a realidade amazônica, onde estão os potenciais brasileiros mais cobijados. V. Ex^a muito bem salienta a importância desses minérios e muito bem salienta a importância da energia nuclear e o papel das Forças Armadas nesse contexto, haja vista que têm dado uma contribuição inestimável no IME – Instituto Militar de Engenharia, no ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica e no Instituto de Armar, da Marinha, onde as Forças Armadas têm feito progressos inestimáveis no campo da ciência e da tecnologia. Isso precisa ser considerado pelo Congresso; e, na hora do Orçamento, devem ser tomadas as decisões correspondentes às necessidades e à importância desse veio muito frutífero da atividade das Forças Armadas, essa missão tão especial que elas desempenham também no desenvolvimento científico e tecnológico.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte nobre Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pois não; ouço, com prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, quero fazer um aparte, mas dizer da minha tristeza pelo seu pronunciamento. O seu

pronunciamento me deixa triste porque, infelizmente, estou sabendo que V. Ex^a não será candidato ao Senado nas próximas eleições. Isso me deixa triste pela importância do tema que V. Ex^a traz. Quero dizer que assino embaixo do seu discurso.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a vem aqui e defende as Forças Armadas num leque amplo, geral, total e irrestrito! V. Ex^a, na verdade, está defendendo o nosso País, a nossa gente. E, ainda hoje, alguém me perguntava – e, como eu ouvia V. Ex^a falar; vai ser nessa linha que vou responder a um *e-mail* – sobre a questão do meio ambiente. Eu diria a ele que o discurso de V. Ex^a, ao defender as Forças Armadas, é tão grandioso que vai, inclusive, na direção da defesa do meio ambiente...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – (...) das nossas florestas, dos nossos minérios, das águas!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Certamente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Enfim, solicitei o aparte mais para dizer que é muito bom ouvi-lo; é bom ver pessoas como V. Ex^a que gratificam a vida pública pela forma ampla, geral e irrestrita como defendem o nosso povo, a nossa gente e o nosso País. O Rio de Janeiro e o Brasil perdem. Já conversei com V. Ex^a, que me disse que abriu mão da candidatura ao Senado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Paim. O aparte de V. Ex^a me comove e me toca muito fundo, pelo respeito que tenho ao seu desempenho, a toda sua vida política, pelas causas que abraça e pela maneira eloquente e correta com que as defende. Enfim, o aparte de V. Ex^a me toca muito e enriquece o meu discurso sobremaneira.

Sr. Presidente, essa era a mensagem que eu queria trazer, agradecendo-lhe pela tolerância e cumprimentando-o pela Presidência da Subcomissão Permanente das Forças Armadas da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As Forças Armadas muito esperam dessa Subcomissão; assim como toda a Nação brasileira confia nas Forças Armadas para a defesa da sua soberania, notadamente contra essas ameaças que, num horizonte de 25, 30 anos, podem trazer sérios problemas para o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Saturnino, infelizmente, não estou em

plenário para fazer um aparte nos moldes do dos Senadores Paim e Augusto Botelho, mas V. Ex^a traz um assunto de importância vital para a Nação brasileira. Ainda no dia 11, fui à tribuna e tentei fazer uma homenagem ao Dia da Marinha, à Batalha do Riachuelo. Pouca coisa teria a falar, porque a própria Ordem do Dia do Almirante, em São Paulo, dizia da sua grande angústia do corte de orçamento para projetos em andamento da Marinha. O que mais me doeu este ano, Senador, foi a suspensão do projeto do submarino nuclear que há muitos anos a Marinha vem buscando, por meio da tecnologia, desenvolver para a Nação brasileira, com cientistas que realmente poderiam terminar esse trabalho.

Então, V. Ex^a traz o assunto com o ardor de um velho – um velho que digo não pela idade, mas um velho Parlamentar – que conhece profundamente as angústias do País e que as acompanha de perto. E esse seu interesse pelas Forças Armadas não me surpreende, porque, com honra, V. Ex^a tem dirigido a Comissão que faz diretamente respeito aos interesses das Forças Armadas, que não foge dos interesses da Nação brasileira.

O Senador falou sobre a Amazônia. Conheço a Cabeça do Cachorro, conheço vários pelotões de fronteira e sei da juventude do Exército que lá milita e que enfrenta todas as adversidades pela vocação de servir o País e honrar a farda que veste. Então, não só cumprimento V. Ex^a, mas agradeço-lhe pela qualidade do seu discurso e a importância que ele representa.

Senadora Iris de Araújo com a palavra, por dez minutos, com a tolerância que V. Ex^a pediu, e o Senador Edison Lobão concordou.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, eu me havia preparado para falar sobre os programas sociais do Governo Lula, para falar sobre o que tenho ouvido pelas ruas em relação ao contentamento de pessoas de baixa renda que me têm passado a impressão de se sentirem, por causa deles, mais confortáveis. Essas pessoas passam um sentimento de certa plenitude, Senador Paulo Paim. Tenho ouvido isso. Tenho de ser justa nesta tribuna.

Eu me preparei para falar do aspecto positivo, mas também para falar do outro lado da moeda. No entanto, vou deixar esse pronunciamento para a próxima semana, porque, ontem, já no término da sessão, tive a oportunidade de ouvir o fim do pronunciamento do Senador Pedro Simon a respeito do PMDB. Tocou-me muito quando o Senador Pedro Simon protestou

desta tribuna contra a decisão do PMDB de não lançar candidatura própria a Presidente da República. Hoje, senti necessidade de falar sobre esse assunto, eu que sou peemedebista praticamente de nascimento: ao longo de minha formação e crescimento, estive no PMDB.

Em seu protesto, o Senador Pedro Simon, que hoje não está aqui – tenho a certeza de que terá notícia da minha fala –, citou Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Essa lembrança tocou profundamente minha alma, porque foram figuras com quem caminhei na minha juventude; eles eram mais velhos, não tão jovens como eu à época, mas aprendi muito com esses importantes políticos. Achei que tinha também de me associar à fala do meu querido amigo e Colega Senador Pedro Simon. Por isso, vim aqui juntar minha voz à daqueles que não podem mais fisicamente falar – S. Ex^a se referiu às vozes que se calaram pela morte, para dizer que o PMDB poderia estar sendo sepultado.

Muitas vezes, Sr^{as} e Srs. Senadores, os mortos falam, sim! Falam pela história que deixaram! Falam por meio de vozes que ainda ecoam nas praças públicas desde quando, juntos, lutamos pelo restabelecimento das eleições diretas. Essas vozes ecoam nos corações da militância aguerrida que continua se posicionando à espera de novas vozes, de novos comandos capazes de promover um grande levante nacional peemedebista e que, num futuro próximo, deixarão viabilizada a nossa candidatura própria a Presidente de República.

As definições do processo eleitoral brasileiro novamente colocaram o PMDB no centro do debate político. A reunião da Executiva, realizada na segunda-feira, decidiu que o Partido vai mesmo abdicar da candidatura própria à Presidência da República para permitir aos diretórios regionais a mais ampla liberdade para trabalhar alianças, tendo em vista as disputas pelos governos estaduais.

Trata-se, naturalmente, de uma posição controversa, que gera críticas e descontentamentos internos. Tenho, a propósito, recebido um número muito expressivo de *e-mails* destacando essa questão e, na grande maioria, protestando contra esse fato.

Quero deixar claro que sempre defendi e continuarei defendendo a candidatura própria à Presidência da República, pois julgo que tal procedimento é o mais apropriado para uma legenda da dimensão e da força do PMDB. Um partido que se pretende formador de idéias tem necessariamente de expor no jogo das urnas a oportunidade ímpar de difundir, junto aos 180 milhões de brasileiros, seu pensamento programático,

seus projetos para modificar a face de um país historicamente marcado por graves injustiças, por gritantes desigualdades e por condutas que maculam a imagem de seus agentes públicos.

Na verdade, este dilema de ter ou não ter candidato à Presidência persegue o PMDB desde os primórdios da retomada das eleições diretas, depois de o Partido ter comandado, com coragem e com bravura, as memoráveis mobilizações que derrubaram a ditadura militar – mobilizações das quais me orgulho de ter feito parte –, depois de mais de vinte anos de repressão, de tortura e de morte, dessa história que todos conhecemos. É igualmente verdade que, nas ocasiões em que saiu em faixa própria, não conseguiu alcançar índices de votação que fossem compatíveis com sua história e com seu prestígio. De certa forma, esses insucessos alimentaram uma corrente majoritária no Partido que, ao longo dos últimos pleitos, empurrou-nos para longe da faixa própria e para o conseqüente apoio aos presidentes eleitos por outras siglas.

Quero, com veemência, deixar claro que, se o PMDB não foi esfacelado nem destruído nos mais negros períodos da ditadura, não será agora, em pleno florescer democrático, que irá desaparecer, porque está a movê-lo a força irresistível da militância que lhe garante presença ativa no cenário nacional, atuando justamente nas comunidades onde sobrevive o Brasil real.

Diferentemente dos demais Partidos, o PMDB está enraizado no povo. Sua fortaleza estende-se por todos os Municípios do País, consubstanciando uma organização que respira a alma dos mais simples e dos mais humildes. Esse Partido palpita no mesmo ritmo dos corações dos excluídos e convive com os dramas, com as aspirações e com as esperanças dos brasileiros.

Por mais que o PMDB seja criticado pela tendência de análise admitida pela imprensa brasileira, o Partido real, na sua base, é composto por homens e por mulheres que doam o melhor de suas vidas para lutar por uma Nação de justiça e de paz. É por isso que, eleição após eleição, o Partido continua único e verdadeiramente nacional, a abranger do mais simples povoado aos centros urbanos de porte, porque foi constituído no suor das lutas, nas maratonas feitas de puro ideal e de genuíno amor ao Brasil.

Se os líderes nacionais cometem erros, nem por isso pode-se sacrificar a história de uma legenda que é, sim, responsável pelo advento do Brasil democrático e que tomou para si a tarefa de condu-

zir o País à normalidade institucional, normalidade esta que nos permite o direito de ir e vir, o direito de opinar e de difundir as idéias que geram as grandes transformações.

Concedo, com muito prazer, o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Iris de Araújo, ouço aqui seu pronunciamento e o acho muito bonito. Como é bonito vermos um Parlamentar ir à tribuna e fazer uma declaração de amor, de paixão, a seu Partido, à história do seu Partido, ao velho MDB, no qual – tenho orgulho de dizer – votei muitas e muitas vezes! Sem entrar no mérito da polêmica do PMDB, acho seu pronunciamento lindo. Em um momento tão difícil, quando a esperança que se percebe nas ruas com os Partidos diminui – é uma realidade, são fatos –, vemos V. Ex^a, com carinho, lembrar de líderes do passado, de líderes do presente, não contra ninguém, mas apontando a história, a caminhada do Partido. Como diz o poeta, esse caminho se fez caminhando, e é caminhando que a gente vai apontar o futuro. Faço deste meu aparte uma homenagem a V. Ex^a e a todos os militantes do velho MDB, a todos os militantes de todos os partidos políticos que acreditam na causa, em primeiro lugar, no programa, nas idéias, nos princípios, nessa caminhada, que é a sua caminhada. Por isso, tenho muito orgulho em fazer este aparte. Estou fazendo um aparte não à Senadora, mas a uma militante das causas populares, das causas sociais. Vou terminar só com um depoimento em torno da discussão do fator previdenciário aqui, neste plenário. Liguei para V. Ex^a, que me disse: “Paim, se depender de mim – e tomo a liberdade de falar com o Senador Maguito Vilela –, somos a favor de que haja o debate e a votação”. Aquela sua posição mostrou o compromisso com esse debate, e a população sabe o que significa o fator previdenciário. A posição firme de V. Ex^a e do Senador Maguito Vilela ajudou o encaminhamento do debate da matéria aqui. Mas eu a cumprimento, dizendo ainda que não sei se V. Ex^a voltará como Senadora ou como Deputada Federal, mas sei que voltará para o Congresso, tenho certeza absoluta. Seu Estado há de nos garantir que V. Ex^a volte, V. Ex^a que é uma militante apaixonada pelo seu Partido. No dia em que perdermos as paixões, as emoções, pelas causas que nossos Partidos representam, não estaremos no chamado bom caminho, no bom debate. Parabéns a V. Ex^a!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a por ter sentido, realmente, Senador Paulo Paim, o espírito da minha presença neste momento

no Senado para falar do PMDB. Diz muito respeito a essa caminhada que V. Ex^a acaba de mencionar. É algo que sinto, Senador Romeu Tuma, que ora preside a sessão. V. Ex^a esteve comigo. Estivemos juntos em caminhadas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estava pensando nisso agora. Como era bonito ver o povo aplaudi-la, às vezes chegando às lágrimas com os pronunciamentos de V. Ex^a!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Isso diz respeito à paixão que temos de ter pelo Partido, visto que, lá fora, muitos dependem de nós, da aprovação de projetos que passam pelas nossas mãos, que passam pelas Comissões e que temos de encarar com muita responsabilidade. Enfim, isso diz respeito à paixão que temos de ter pelos nossos Partidos, pelo ideal, pela bandeira de cada um, pelo programa partidário, que está sendo jogado no chão! Senador Paulo Paim, muitas vezes, quero subir a esta tribuna e fazer determinadas denúncias. Não vou terminar de ler este discurso, porque V. Ex^a provocou aquilo que já estava dentro de mim.

Temos de mudar nosso comportamento! O mundo político está muito arrasado, com tantas denúncias, o que nos envergonha! Na realidade, nós, que freqüentamos aeroportos e locais públicos, às vezes, sentimo-nos constrangidos, de certa forma, de dizer que somos políticos, porque percebemos no olhar do outro à nossa frente, Senador Roberto Saturnino, uma certa censura. Na verdade, penso que nos sentimos complexados em razão do momento que estamos vivendo, em que há falta de comprometimento com os partidos políticos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Senadora. Pode continuar com seu discurso.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Os partidos políticos passaram a ser utilizados, muitas vezes, como siglas para conveniência de pessoas. E isso não pode acontecer. Posso chegar aqui e dizer isso, porque, com meus erros e com meus acertos, estou no PMDB há 40 anos e tenho recebido muitos *e-mails* pedindo que eu suba aqui e me transforme numa voz peemedebista neste momento.

Ouvi, ontem, o Senador Pedro Simon – é a homenagem que presto a S. Ex^a, querido companheiro, homem que tem um trabalho extraordinário e que é referência hoje nacional – e, agora, pergunto: quando é que vamos acordar para essa grande realidade do

País, que está a pedir de nós uma mudança de comportamento, para que possamos, talvez, cobrar de nosso povo também essa mudança?

Gostaria de dar por lido esse discurso e de dizer que ele foi o desabafo de uma militante.

Muito obrigada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IRIS DE ARAÚJO.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ontem, ouvi, mais uma vez com profunda admiração, a fala do meu querido colega, Senador Pedro Simon, sobre o processo que culminou no não lançamento de candidatura própria do nosso partido à Presidência da República. Seu protesto em nome de nossos líderes: Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, tocou fundo minha alma. Vim aqui então, meu querido Senador Pedro Simon, juntar minha voz à daqueles que não podem falar mais, fisicamente. Porque, senadores e senadoras;

Os mortos falam sim! senador Pedro Simon!

Falam através da história que deixaram! Falam através das vozes que ainda ecoam nas praças públicas, desde quando lutamos juntos, pelo restabelecimento das eleições diretas. Estas vozes ecoam nos corações da militância aguerrida que continua se posicionando à espera de novas vozes, novos comandos, capazes de promover um grande levante nacional peemedebista, e que, num futuro próximo deixarão viabilizada a nossa candidatura própria à Presidência da República.

As definições do processo eleitoral brasileiro novamente colocaram o PMDB no centro do debate político. A reunião da Executiva, realizada na segunda-feira, decidiu que o partido vai mesmo abdicar da candidatura própria à Presidência da República, para permitir, aos diretórios regionais, a mais ampla liberdade para trabalhar alianças, tendo em vista as disputas pelos governos estaduais.

Trata-se, naturalmente, de uma posição controversa, que gera críticas e descontentamentos internos.

Quero deixar claro que sempre defendi e continuarei defendendo a candidatura própria à Presidência da República, enquanto procedimento que julgo o mais apropriado para uma legenda da dimensão e da força do PMDB.

Um partido que se pretende formador de idéias tem necessariamente que expor no jogo das urnas, a oportunidade ímpar de difundir junto aos 180 milhões de brasileiros o seu pensamento programático. De di-

fundir seus projetos para modificar a face de um País historicamente marcado por graves injustiças, por gritantes desigualdades e por condutas que maculam a imagem de seus agentes públicos.

Na verdade, este dilema, de ter ou não ter candidato à Presidência, persegue o PMDB desde os primórdios da retomada das eleições diretas, depois de o partido ter comandado com coragem e bravura as memoráveis mobilizações que derrubaram a ditadura militar depois de mais de 20 anos de repressão, tortura e morte. É igualmente verdade que nas ocasiões em que saiu em faixa própria não conseguiu alcançar índices de votação que fossem compatíveis com a sua história e com o seu prestígio. De certa forma, tais revezes alimentaram uma corrente majoritária no partido que ao longo dos últimos pleitos nos empurrou para longe da faixa própria e para o conseqüente apoio aos presidentes eleitos por outras siglas.

Quero, com muita veemência, deixar claro que se o PMDB não foi esfacelado nem destruído nos mais negros períodos da ditadura, não será agora, em pleno florescer democrático, que irá desaparecer. Isto porque está a movê-lo a força da militância que lhe garante a presença ativa no cenário nacional, atuando iustamente nas comunidades onde sobrevive o Brasil real.

Diferentemente dos demais partidos, o PMDB está enraizado no povo. A sua fortaleza estende-se por todos os municípios do País, consubstanciando uma organização que respira a alma dos mais simples e mais humildes. Este partido palpita no mesmo ritmo do coração dos excluídos, e convive com os dramas, as aspirações e as esperanças dos brasileiros.

Por mais que o PMDB seja criticado pela tendência de análise admitida pela imprensa brasileira, o partido real, na sua base, é composto por homens e mulheres que doam o melhor de suas vidas para lutar por uma Nação de justiça e de paz. É por isso que, eleição após eleição, o partido continua único e verdadeiramente nacional, a abranger do mais simples povoado, aos centros urbanos de porte, porque foi constituído no suor das lutas, nas maratonas feitas de puro ideal e genuíno amor ao Brasil.

Se os líderes nacionais cometem erros, nem por isso pode-se sacrificar a história de uma legenda que é, sim, responsável pelo advento do Brasil democrático, e que tomou para si a tarefa de conduzir o País à normalidade institucional. Normalidade esta, que nos permite

o direito de ir e vir, o direito de opinar e de difundir as idéias que geram as grandes transformações.

No caso específico destas eleições, creio sinceramente que perdemos a grande oportunidade de acolher os bons ventos que sopravam do Sul, através das pré-candidaturas do Governador Germano Rigotto e do Senador Pedro Simon, autênticas reservas morais, num País tão carente de dirigentes que professem de maneira genuína a ética e a honestidade.

Mas os erros e o desfecho das definições do PMDB não podem nos levar à descrença e à atitude de “chutar o balde”. Outra vez é hora de levantar a cabeça, dar a volta por cima e mergulhar nas ruas para que obtenhamos expressivas vitórias nos Estados e para que, no próximo pleito, tenhamos todas condições de disputar com sucesso a sonhada Presidência da República.

E é por tudo isso que neste momento dirijo-me especialmente ao meu companheiro de lutas partidária, Senador Pedro Simon, meu fraterno amigo e autor do contundente discurso proferido na sessão de ontem:

Senador Pedro Simon, o PMDB seria ainda mais vitorioso em sua trajetória se não tivesse tantas divergências, mas eis aí mais um componente de suas características: um partido amplo, que acolhe diversificadas tendências e que exerce ao máximo a sua democracia. Nosso partido se compara à mitológica “Fênix” cuja capacidade está em renascer das cinzas.

Quero, portanto, conclamar o PMDB a superar esta fase de desavenças e partir firme para as urnas com a mensagem que nos une a todos:

a defesa da mais veemente ética na política,

a luta pelo crescimento com a geração de emprego e renda,

o combate a esta farra dos juros altos e à montanha de impostos que sufocam os mais pobres e atrofiam a produção.

E, naturalmente, a batalha incessante pela educação de qualidade, pelo atendimento digno na rede pública de saúde e pela evolução dos programas sociais para uma política consistente que garanta a criação de oportunidades de trabalho para todos os brasileiros em nossa determinação de viabilizar a mais ampla cidadania.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A Mesa atenderá a V. Ex^a A parte em que V. Ex^a falou do coração foi vibrante.

Queria apenas cumprimentar o jornalista Franklin Martins por vê-lo novamente entre nós e lhe desejar boa sorte na nova empresa em que passa a trabalhar.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco ouvia atentamente as palavras do Senador Roberto Saturnino, do Rio de Janeiro – com apartes, inclusive, do eminente Senador do Rio Grande do Sul –, a respeito das nossas Forças Armadas. Não tenho dúvida de que as Forças Armadas brasileiras merecem de sobra todos os encômios que aqui ouvimos. Eu próprio tenho freqüentemente usado a tribuna do Senado para reivindicar em favor delas porque entendo que cumprem fielmente o seu papel, mas não são, todavia, ajudadas pelo Governo Federal na medida do seu merecimento e das necessidades técnicas das suas funções constitucionais.

Mas, Sr. Presidente, não temos tido, todos nós, o mesmo reconhecimento e o mesmo carinho para com as polícias militares brasileiras – e a Polícia Federal também. Ainda ontem eu fazia uma prévia do discurso que pretendia pronunciar hoje sobre a Polícia Militar do meu Estado, o Maranhão.

Estamos vivendo um momento de violência que se espalha por todas as latitudes do território brasileiro. Ai de nós não fosse a presença da polícia militar de cada Estado tentando conter esta onda maléfica, malfazeja, deletéria aos melhores e mais sagrados interesses da segurança do nosso povo.

Sr. Presidente, no registro das lutas pela nossa independência, foi significativa a participação do Maranhão nos embates que então se travaram. As batalhas pelas causas nacionais compõem a história do meu Estado, desde a sua criação, notadamente nos episódios das invasões francesa e holandesa. Sempre se destacam, nas obras que preservam a historiografia brasileira, a coragem e o destemor dos que viviam naquelas terras nordestinas e amazônicas, reagindo, ao lado de índios, às invasões dos estrangeiros.

As grandes potências eram seduzidas pelos relatos de franciscanos e capuchinhos, no início do século XVII, que apresentavam as novas terras “como um paraíso terrestre”, ou pelas narrativas do capitão Simão Estácio Silveira, que descrevia “o céu saudável, as águas puras, o chão fértil da terra”.

Está em um trecho enciclopédico:

“...Os conflitos de interesses, mas sobretudo de sentimentos, entre brasileiros natos e

brasileiros por adoção tomaram toda a primeira metade do Século XIX. O nativismo foi radical. São Luís foi invadida pela agitação, ao sabor dos fatos políticos. A plebe, caboclos e escravos não se limitavam a assistir aos acontecimentos, mas tomavam parte em muitos deles. De 1838 a 1840, a sociedade estremeceu na grande convulsão da Balaiada...”

E foi a 17 de junho de 1836, nesse ambiente conturbado, que a Província criou o Corpo de Segurança Pública com o aproveitamento das antigas milícias – sementes de proveitosa colheita –, que deram estatuta legal ao que viria ser a Polícia Militar do Maranhão.

Pertence à história os sucessivos fatos políticos que, de igual modo, marcaram os maranhenses, no último século, como um povo que exige e luta pela liberdade, justiça, ordem e progresso.

A convivência dessa Polícia Militar com a sociedade maranhense sempre transcorreu da melhor maneira possível. A população do meu Estado, da capital e de todas as cidades interioranas, reconhecem que os Batalhões, Companhias Independentes e os Esquadrões de Polícia Montada da nossa Polícia Militar, com os seus sete mil policiais militares distribuídos por todo o território maranhense, nas diuturnas ações ostensivas de combate à violência e à criminalidade, esforçam-se, com destemor, para dar fiel cumprimento às suas elevadas missões. E lhes dá apoio e solidariedade, confiante em que, no Maranhão, ao contrário do que ocorre em algumas outras comunidades, os fora-da-lei jamais alcançarão a audácia de desafiar a ordem pública.

A Polícia Militar do Maranhão é formada por oficiais da sua Academia, nível de curso superior, e seu contingente de patente inferior submete-se, antes da efetivação, a um Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Em parcerias públicas e privadas, são mantidos programas de caráter social que favorecem as lutas contra as drogas e a violência, além dos que têm como público alvo as crianças e adolescentes da rede de ensino.

Permita-me, Sr. Presidente, inserir nesta fala, como se meu fosse, o trecho de uma publicação que destaca o mais de século e meio da história da Polícia Militar do Maranhão, a cujos integrantes, na pessoa do seu Comandante Geral, Cel. Antonio Pinheiro Filho, cumprimento pelo transcurso de data tão importante para o nosso Estado, almejando que dêem curso à eficiência e correção com que vêm desempenhando suas nobres e difíceis missões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui Governador do Estado do Maranhão. Quando ali cheguei, logo percebi que a Polícia Militar, e também a Polícia Civil, esse conjunto do aparelho de segurança do Estado, precisava ter a melhor atenção do seu Governador. Cuidei, então, de dotar todo o corpo policial de um fardamento adequado, que lhe conferisse dignidade a partir daí, e o armamento necessário ao cumprimento de suas tarefas. Além disso, as viaturas que naquela época faltavam foram adquiridas, para que a polícia tivesse meios e modos de se locomover com a rapidez necessária.

Não satisfeito, Sr. Presidente, criamos a Academia de Polícia, que hoje forma os nossos oficiais de nível superior. Dei à Polícia toda a atenção que ela merecia. Compareci, pessoalmente, como Governador, a todas as solenidades na capital e no interior, prestigiando e elevando o nosso corpo policial, seguro de que, procedendo assim, eu estaria ajudando àqueles brasileiros do Maranhão a manter a segurança dos meus conterrâneos.

E não me arrependi disso. Muito pelo contrário. Saí do Governo do Estado e recebi a visita do General do Exército inspetor das polícias militares, que me foi dizer que a polícia do Maranhão, naquele momento, era uma das melhores polícias do Brasil. Fiquei orgulhoso em saber disto, que os meus conterrâneos policiais inscreviam-se entre os melhores do Brasil no cumprimento do seu dever.

Ouçó, com muito prazer, o eminente Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Edison Lobão, quero me somar ao seu discurso. Falamos, hoje, das Forças Armadas, e V. Ex^a entra não em uma questão específica, mas em uma questão nacional, voltada para o interesse do Estado, da população dos Estados. V. Ex^a, na verdade, está fazendo uma homenagem, da tribuna, a todas as Polícias Militares e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Faz uma homenagem à Polícia Civil. E faz uma homenagem também, Sr. Presidente Romeu Tuma – V. Ex^a que é especialista nessa área e um dos nossos orientadores nesse debate – à Polícia Federal. Essa é uma homenagem justa. Há casos de policiais que não podem colocar suas fardas no varal, para não correrem o risco de serem identificados e ficarem sabendo que ali mora um policial, um defensor do nosso povo e da nossa gente. Falamos tanto em combater a violência... e V. Ex^a aqui foi muito feliz nesse sentido. Vamos combater a violência, sim, mas é preciso dar a essa categoria uma estrutura salarial, de moradia,

de dignidade de vida, de armamento, de veículos, suficiente para que possam efetivamente fazer sua função, que é defender nossas vidas, sendo eles os nossos escudos. Por isso, o meu aparte é mais para cumprimentar V. Ex^a, que já foi outras vezes à tribuna levar essa preocupação. Quando falamos em violência, temos a tendência sempre de olhar para o nosso filho, para o nosso amigo, para o nosso vizinho, para o estudante, para o advogado, mesmo para os sem-teto ou para os sem-terra, que estão ali perto da violência, mas nos esquecemos da violência contra o policial, que é a mais direta de todas, porque ele é um alvo. Os bandidos sabem que, se derrubarem o policial, podem agredir o cidadão que está do outro lado da rua, ou quem sabe até atrás do policial, cumprindo, enfim, o dever com sua família. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a. Gostaria muito que seu discurso ficasse na Casa como uma grande homenagem a todos os policiais militares, a todos os policiais civis e, naturalmente também e com certeza, à Polícia Federal. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Concluo, Sr. Presidente, agradecendo antes a participação do Senador Paulo Paim, cuja sensibilidade para as questões sociais deste País é reconhecida em todo o Brasil. O Senador Paulo Paim não foi Governador ainda. Sê-lo-á seguramente no futuro, mas S. Ex^a já tem a sensibilidade daqueles que exerceram cargo executivo para julgar com competência as necessidades de corporações como as de segurança em nosso País.

A homenagem que, hoje, faço à Polícia Militar do Maranhão, que completa 170 anos de existência, de fundação, de fato se estende a todas as polícias militares do Brasil, às polícias civis e, sem dúvida nenhuma, à Polícia Federal que cumpre muito bem o seu papel.

Sr. Presidente, concluo dizendo que a violência se espalha por todos os recantos deste País e, por isso, ela também existe desafortunadamente em meu Estado. Mas, no Maranhão, ela seguramente é menor do que em outros Estados da Federação brasileira, seja pela índole pacífica do nosso povo, seja pela presença física de nossos policiais nas ruas e em todas as cidades, garantindo a segurança do povo maranhense.

Portanto, os meus cumprimentos à Polícia Militar do meu Estado, o Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Edison Lobão, permita-me associar-me às homenagens que V. Ex^a presta à Polícia Militar do

Maranhão. Lembrei-me dos princípios da Revolução Francesa: liberdade igualdade e fraternidade. Aqueles revolucionários não se esqueceram de criar uma força pública em defesa dos princípios da revolução. Então, esse é um desígnio claro que V. Ex^a menciona ao Plenário.

Hoje é um dia especial, Senador Paulo Paim! Interessante que a calma do Plenário traz à discussão assuntos bastante importantes, que falam com a alma da sociedade. E o Senador Edison Lobão traz, com clareza, a preocupação com a sua Polícia, que também é nossa, de cada Estado.

A Revolução Francesa entendeu que, por bem, deveria haver uma força pública para defender os interesses da sociedade. E V. Ex^a repete aqui, com ênfase, com dedicação e com conhecimento de causa, a mesma idéia. O Senador César Borges também foi Governador e sabe o que representa isso.

Quero cumprimentá-lo!

Peço, por favor, ao Presidente Lula: não se esqueça de que Vossa Excelência tem o compromisso de enviar a esta Casa a regulamentação das atividades e dos novos quadros da Polícia Federal. Vossa Excelência tem um compromisso com o Ministro da Justiça, que já declarou que se não for enviado ao Congresso Nacional tal regulamentação, S. Ex^a abandona o cargo, em razão dos princípios que procura defender da Polícia Federal.

Cumprimento V. Ex^a e peço-lhe desculpas por interrompê-lo na saída da tribuna.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a, na verdade, homenageia o meu discurso com a sua participação. E V. Ex^a exerce, neste momento, a Presidência do Senado Federal, é o maior conhecedor neste País de todo esse sistema de segurança policial brasileiro. Portanto, o que V. Ex^a faz para nós passa a ser dogma.

V. Ex^a se lembra do episódio da Revolução Francesa, seus princípios – *liberté, égalité, fraternité*. Tudo isso vem, de fato, já da época de Jesus Cristo, mas foi incorporado pela Revolução Francesa para efeito da segurança do povo daquela grande Nação.

Muito obrigado a V. Ex^a também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma; Sr^{as} e Srs. Senadores, eu

gostaria, hoje, de falar a respeito da integração da América do Sul, dos avanços na direção do Mercosul.

Considero importante assinalar o encontro havido ontem, aqui, em Brasília, entre o Presidente Alan García, eleito do Peru, e o Presidente Lula, do Brasil.

Trata-se da primeira visita ao exterior feita pelo Presidente do Peru, logo após a sua eleição. Importante foi a sua manifestação de boa vontade no sentido de estreitar relações com o Brasil e de ver com bons olhos as iniciativas brasileiras para promover a maior integração econômica do nosso continente. Também foi importante a disposição demonstrada pelo Presidente Lula de mediar um melhor entendimento entre o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o Presidente Alan García, do Peru, em vistas das divergências publicamente expostas por ambos recentemente.

Desejo fazer um breve registro de alguns fatos novos na integração sul-americana, que não receberam a devida atenção no Brasil; em especial, a entrada da Venezuela no Mercosul, decidida em reunião no final de maio, realizada em Buenos Aires. A Venezuela tornou-se membro pleno do bloco e, dentro de no máximo quatro anos, terá adotado uma tarifa externa comum, fazendo, assim, parte da união aduaneira. Desde agora, negociará conjuntamente com os demais membros do Mercosul. Isso é decorrência, evidentemente, da adesão à união aduaneira.

A partir deste momento, a Venezuela integrará a delegação no Mercosul em negociações comerciais para o estabelecimento de áreas de livre comércio ou para a troca de preferências tarifárias com outros países ou grupos de países; negociará conosco, em bloco, numa eventual retomada das negociações da Alca, ora interrompidas; participará das negociações birregionais Mercosul-União Européia, também interrompidas, para a formação de uma área de livre comércio; participará dos entendimentos com a Índia e com a União Aduaneira do Sul da África, que estão em andamento e que visam a estabelecer áreas de livre comércio.

Convém colocar esse acontecimento em perspectiva. Falava-se muito, e ainda se fala, em risco de isolamento do Brasil. Temia-se que a não-concretização da Alca e do acordo de livre comércio com a União Européia nos levassem ao isolamento comercial e econômico. O temor era exagerado. O nosso comércio com os países desenvolvidos continua crescendo (cresceu 60% entre 2002 e 2005), apesar de não termos estabelecido áreas de livre comércio com eles. Os acordos

que nos propunham europeus e norte-americanos eram muito desiguais: propiciavam pouco acesso adicional a mercados nas áreas em que o Brasil é competitivo (agricultura e indústrias tradicionais, por exemplo) e faziam muitas exigências em áreas delicadas, como o tratamento dos investidores estrangeiros, serviços, licitações públicas e patentes.

Com o impasse na Alca, Washington lançou-se à busca de acordos bilaterais de livre comércio no modelo da própria Alca. Alguns latino-americanos aceitaram a proposta. O México já está no Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) desde 1994. O Chile e alguns países centro-americanos também fizeram acordos do mesmo tipo. Mais recentemente, Colômbia e Peru concluíram negociações de tratados semelhantes, ainda pendentes de ratificação.

O Presidente Alan García, ontem, declarou que o Peru estaria caminhando no sentido da ratificação do tratado de livre comércio com os Estados Unidos. Disse ainda que seria um enorme avanço e que era uma satisfação um acordo nessa direção com o Brasil. E ele considera importante que esse acordo se inicie por aqui.

Além de ampliar o acordo de livre comércio entre Brasil e Peru, que contempla um número limitado de produtos, com a inclusão do setor de serviço e regras para investimentos, ele ainda tocou em questões práticas como a conclusão dos três corredores bioceânicos que permitirão ao Brasil alcançar o Oceano Pacífico e, ao Peru, atingir o Atlântico; a expansão dos investimentos da Petrobras, que já explora petróleo em dois campos no Peru, sem os riscos de a empresa ser substituída por outra companhia. Disse ele que o Peru não vai deslocar nenhuma companhia petroleira para manter a Petróleos de Venezuela S.A., como fez a Bolívia. Além disso, disse que tratou com o Presidente Lula sobre a necessidade de concluir a interligação entre o Peru e o norte do Brasil por meio de rodovia e trecho ferroviário, que teriam o financiamento brasileiro e a construção por companhias nacionais, uma ligação que ajudaria o fornecimento de elementos do Peru a Manaus pela metade dos custos atuais, além de ter visto com entusiasmo as propostas de cooperação tecnológica do Brasil no que diz respeito às áreas de produção de *biodiesel* e de etanol.

O Brasil não ficou para trás. Por meio do Mercosul, o nosso País firmou acordos de livre comércio com a Colômbia, Peru e Equador. Foi criada, ademais, com grande participação brasileira, a Comunidade Sul-

Americana de Nações (Casa), futuro bloco econômico continental, com população de 350 milhões de habitantes e PIB de US\$2,6 trilhões.

Assim, a maior parte da América do Sul, com destaque para Argentina, Brasil e Venezuela, prefere tomar outro caminho. Com a entrada da Venezuela, o Mercosul passa a representar cerca 3/4 do PIB da América do Sul. Argentina, Brasil e Venezuela não rejeitam o comércio crescente com os desenvolvidos, obviamente, mas não querem aceitar acordos que interfiram com a autonomia nacional na condução de políticas estratégicas, essenciais para o desenvolvimento. Essa é, aliás, uma das preocupações centrais do projeto de lei que estabelece um mandato negociador, normas e diretrizes para as negociações comerciais bilaterais, regionais e multilaterais, de minha autoria, já aprovado no Senado. Na terça-feira passada, ele foi aprovado sem emendas, com parecer cuidadoso e muito bem feito do Relator, o Deputado Dr. Rosinha, do Estado do Paraná, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, tendo o projeto passado também pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer do Deputado Júlio Redecker.

Cabe destacar que o Presidente da Venezuela teve atuação direta na conclusão das negociações de Buenos Aires, acelerando um processo que ainda poderia ter durado alguns meses. O presidente manteve contato telefônico, por diversas vezes, com os negociadores em Buenos Aires, demonstrando grande interesse em resolver, rapidamente, os pontos pendentes. Manifestou, depois, publicamente, a sua satisfação com a entrada da Venezuela no Mercosul.

O Brasil precisa agora, em conjunto com a Argentina, dar mais atenção às reivindicações dos países menores do Mercosul. Um passo nessa direção foi dado na forma como se definiu a entrada da Venezuela no nosso Mercado Comum. Paraguai e Uruguai terão um prazo três anos maior do que a Argentina e o Brasil para alcançar o livre comércio com o novo membro do bloco. A Venezuela, por seu turno, dará acesso total e imediato aos principais produtos de exportação do Paraguai e do Uruguai.

Mais medidas devem ser tomadas para preservar os países menores e aprofundar o Mercosul. Por exemplo, deve-se evitar o uso protecionista, dentro do bloco, de barreiras não tarifárias ou da legislação *anti-dumping*. Outro exemplo: é preciso caminhar no sentido

de transformar a união aduaneira em um verdadeiro mercado comum, com livre circulação de capital e trabalhadores, ou seres humanos.

O Mercosul atravessa dificuldades de vários tipos, mas elas podem ser superadas. Uma coisa parece clara: há um enorme potencial de expansão. Apesar dos problemas, o comércio intrabloco tem crescido a taxas elevadas nos anos recentes e continua em expansão em 2006. No período janeiro-maio, as exportações de mercadorias do Brasil para a Argentina, nosso segundo parceiro comercial depois dos Estados Unidos, cresceram 17% em valor. As exportações do Brasil para o Mercosul também cresceram 17% sobre igual período de 2005. As nossas importações da Argentina aumentaram 15% nesse período. As importações oriundas do Mercosul, 12,5%. A expansão das importações será ainda maior se a economia brasileira conseguir crescer, como se espera, a taxas adequadas ao longo dos próximos anos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de colocar em relevo algumas idéias expostas pelo Embaixador Rubens Barbosa no seu artigo intitulado “A Alca não é mais uma opção”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** no dia de hoje. Ele pergunta:

Teria sido melhor para o Brasil negociar a área de livre comércio hemisférica, ao invés de ajudar a inviabilizá-la?

Autoridades norte-americanas, em recentes reuniões na Fiesp, deixaram claro que os EUA só terão interesse em retomar os entendimentos da Alca, com vista a concluir um acordo de livre comércio (ALC) hemisférico, se o modelo for o do Nafta, isto é, o dos acordos firmados com Canadá e México e, ultimamente, com os países centro-americanos (Cafta) e com a Colômbia e o Peru, na Comunidade Andina de Nações. O que significa negociar um acordo de livre comércio nos moldes da Nafta?

– A aceitação de acesso limitado ao mercado dos EUA pela imposição de cotas e outras restrições tarifárias (picos tarifários) e não-tarifárias para produtos considerados sensíveis pelas autoridades norte-americanas;

– a exclusão do exame das normas de *antidumping* e subsídios, remetido à Rodada multilateral de Doha;

– inclusão de regras e marcos regulatórios que vão muito além das obrigações que o Brasil já assumiu na OMC e, em diversos aspectos, tolem a capacidade do Governo

de respaldar medidas de apoio ao desenvolvimento.

Em investimentos, os acordos consagram a eliminação de requisitos de desempenho, inclusive de exportação, e o acesso ao mercado sem presença comercial – ou seja, empresas americanas poderiam ter acesso a esses mercados sem precisar fazer nenhum investimento local.

Em solução de controvérsias se aceita o questionamento do Estado pelo investidor, segundo o qual o investidor privado de ambas as partes tem o direito de iniciar ação legal contra o governo hospedeiro, caso julgue que tenha ocorrido violação das obrigações assumidas no acordo de investimentos ou mesmo de autorização de investimento.

Em propriedade intelectual, os dispositivos dos ALCs ampliam a base de proteção estabelecida pela OMC em TRIPs: aumentam os prazos de proteção, incorporam novas categorias de objetos protegidos e introduzem disciplinas para cumprimento e fiscalização das obrigações legais. Quanto a normas ambientais e trabalhistas, os países se comprometem a adotar altos níveis de proteção interna, o que em si é positivo, mas, por outro lado, se obrigam a aceitar a vinculação do eventual descumprimento a sanções comerciais ou multas (de pelo menos US\$15 milhões).

Sr. Presidente, requeiro sejam transcritas, na íntegra, como parte do meu pronunciamento, as observações do Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, que faz, neste seu artigo, um balanço importante das dificuldades que teríamos, hoje, se insistíssemos em caminhar na direção da Alca, colocando razões pelas quais é importante que prossigamos nos nossos esforços para uma maior integração com os países do Mercosul e da América do Sul.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

A Alca não é mais uma opção

Rubens Barbosa

O Mercosul é nosso destino e a Alca, nossa opção já foi a doutrina oficial. Hoje o destino é incerto e a opção deixou de existir.

Teria sido melhor para o Brasil negociar a área de livre comércio hemisférica, ao invés de ajudar a inviabilizá-la?

As autoridades norte-americanas, em recentes reuniões na Eesp, deixaram claro que os EUA só terão interesse em reformar os entendimentos da Alca, com vista a concluir um acordo de livre comércio (ALC) hemisférico, se o modelo for o do Nafta. Isto é, o dos acordos firmados com Canadá e México e, ultimamente, com os países centro-americanos (Cafta) e com a Colômbia e o Peru, na Comunidade Andina de Nações. O que significa negociar um acordo de livre comércio nos moldes do Nafta?

A aceitação de acesso limitado ao mercado dos EUA pela imposição de cotas e outras restrições tarifárias (picos tarifários) não é suficiente para produtos considerados sensíveis pelas autoridades norte-americanas.

A exclusão do exame das normas de antidumping e subsídios, remetido à Rodada multilateral de Doha.

O que importa agora é como defender o interesse comercial do Brasil

inclusão de regras e marcos regulatórios que vão muito além das obrigações que o Brasil já assumiu na OMC e, em diversos aspectos, tolhem a capacidade do

governo de respaldar medidas de apoio ao desenvolvimento.

Em investimentos, os acordos consagram a eliminação de requisitos de desempenho, inclusive de exportação, e o acesso ao mercado sem presença comercial — ou seja, empresas americanas poderiam ter acesso a esses mercados sem precisar fazer nenhum investimento local.

Em solução de controvérsias, se aceita o questionamento do Estado pelo investidor, segundo o qual o investidor privado de ambas as partes tem o direito de iniciar ação legal contra o governo hospedeiro, caso julgue que tenha ocorrido violação das obrigações assumidas no acordo de investimentos ou mesmo de autorização de investimento.

Em propriedade intelectual, os dispositivos dos ALCs ampliam a base de proteção estabelecida pela OMC em TRIPS: aumentam os prazos de proteção, incorporam novas categorias de objetos protegidos e introduzem disciplinas para cumprimento e fiscalização das obrigações legais. Quanto a normas ambientais e trabalhistas, os países se comprometem a adotar altos níveis de proteção interna, o que em si é positivo, mas, por outro lado, se obrigam a aceitar a vinculação do eventual descumprimento a sanções comerciais ou multas (de pelo menos US\$ 15 milhões).

Os países membros do Mercosul não têm nenhum regime preferencial consolidado negociado com os EUA (o SGP é um regime de preferências concedido pelos países desenvolvidos a empresas dos países em desenvolvimento) e, por isso, não têm incentivo maior para fazer concessões importantes sem obter ganhos concretos em acesso a mercado no maior mercado do mundo.

Com a crescente onda protecionista do Congresso norte-americano, tornar-se-ia muito difícil negociar um acordo equilibrado do Brasil-Mercosul com os EUA, pois, nas áreas de interesse dos setores afetados pelas restrições, os grupos de pressão nos EUA não permitiriam nenhuma concessão.

Por outro lado, na prática, o fim da vigência em julho de 2007 do Trade Promotion Authority (autorização do Congresso para o Executivo negociar acordos de comércio) torna inviável a negociação de um acordo de livre comércio com o Brasil ou com o Mercosul antes das próximas eleições presidenciais norte-americanas.

Pelas dificuldades domésticas e externas nas negociações com o Mercosul, o governo de Washington parece ter perdido o interesse em levar adiante a negociação da Alca. Por outro lado, o governo brasileiro, sem a perspectiva de ganhos concretos nos produtos que estão afetados pelas atuais medidas restritivas (açúcar, algodão, têxteis, camarão, etanol, sucos, fumo, açúcar em pó etc.), também se desinteressou de avançar as negociações nos termos propostos pelos EUA.

Quais as consequências para o Brasil da não-negociação da Alca do ângulo comercial?

As exportações brasileiras pouco ficarão afetadas, visto que 68% das importações feitas pelos EUA entram com tarifa zero ou muito próxima de zero. Poderá haver desvio de comércio e perda da competitividade dos produtos brasileiros pela margem de preferência mais favorável concedida por México, Chile, Colômbia e Peru aos EUA em relação aos acordos firmados por esses países com o Mercosul.

Em resumo, uma análise realista da situação atual das negociações hemisféricas deve levar em conta:

- A impossibilidade de negociar um acordo equilibrado e reciprocamente vantajoso, baseado no modelo Nafta;

- as dificuldades políticas no Congresso norte-americano para negociar um acordo comercial importante com o Brasil-Mercosul;

- o avanço dos acordos bilaterais que os EUA estão assinando com os países do Hemisfério;

- e a perspectiva de a Rodada de Doha terminar, na melhor das hipóteses, com resultados comerciais pouco significativos do ponto de vista dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, pela pouca participação dos países desenvolvidos, em especial os EUA e a União Europeia, de fazerem concessões mais amplas notadamente ao acesso a mercados, ao apoio doméstico e a subsídios para exportação.

- A inclusão da Venezuela como membro pleno do grupo sub-regional pode ser fator de inviabilização de acordo de livre comércio do Mercosul com os EUA dentro ou fora do contexto da Alca.

O que importa agora é ter no defender o interesse comercial do Brasil, num quadro negocial negativo. De imediato, propõe a abertura de negociações com os vizinhos para obter, pelo menos, a equalização das tarifas concedidas aos EUA e o fim do tratamento com a participação do setor privado na discussão. Uma abertura transparente, despolitizada de uma nova estratégia para as negociações comerciais, tendo como foco os reais interesses do Brasil no Mercosul e nas relações econômicas com os EUA.

Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador nos EUA e na Grã-Bretanha.

Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador nos EUA e na Grã-Bretanha.

García quer parceria entre Petrobrás e Petroperu

Denise Chrispim Marin
BRASÍLIA

O presidente eleito do Peru, Alan García, afirmou ontem que vai promover uma parceria entre a Petrobrás e a Petroperu, que seu país estará aberto aos investidores brasileiros e que vai destinar ao Brasil todo o gás que venha a ser descoberto em novas jazidas.

Em conversa de cerca de duas horas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, García assinalou que deverá levar adiante a ratificação do Tratado de Livre Comércio (TLC) firmado entre Peru e Estados Unidos, mas afirmou que pretende obter um acordo similar com o Brasil, mesmo sabendo dos obstáculos impostos pelo Mercosul.

"Vejo com complacência a hegemonia positiva que uma grande economia exerça sobre o resto do continente para promover sua integração", afirmou García, depois do encontro, numa clara disposição de manter um alinhamento econômico-comercial com o País.

"Estamos a caminho da ratificação do TLC com os Estados Unidos. Mas, eu veria

com enorme simpatia ter um TLC com o Brasil. Devíamos começar por aqui."

Durante a conversa com Lula, García propôs a ampliação do acordo de livre comércio entre Brasil e Peru, que hoje contempla um número limitado de produtos, com a inclusão do setor de serviços e de regras para investimentos. Mas tocou em questões bastante práticas.

A primeira delas, a conclusão dos três corredores bioceânicos que permitirão ao Brasil alcançar o Oceano Pacífico e ao Peru atingir o Atlântico. A segunda, a expansão dos investimentos da Petrobrás, que já explora petróleo em dois campos no Peru; sem os riscos de a empresa ser substituída por outra companhia.

"O Peru não vai deslocar nenhuma companhia petroleira para meter a Petróleos de Venezuela (PDVSA), como fez a Bolívia", declarou antes do encontro com Lula, referindo-se ao risco de a estatal venezuelana assumir as unidades de exploração e de refino de gás da Petrobrás naquele país.

García, que é desafeto do presidente venezuelano, Hugo Chávez, ainda tratou com o presidente brasileiro da necessidade de concluir a interligação entre o Peru e o Norte do Brasil, por meio de uma rodovia e de um trecho ferroviário que teriam financiamento brasileiro e construção por companhias nacionais. Essa ligação permitiria, segundo ele, o fornecimento de alimentos do Peru a Manaus pela metade dos custos atuais.

O presidente peruano ainda respondeu com entusiasmo às propostas de cooperação tecnológica do Brasil nas áreas de produção de biodiesel e do etanol. •

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a terá atendida, na forma regimental, sua solicitação de transcrição.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Romeu Tuma. Em seguida, falará o Senador Marco Maciel.

Enquanto o Senador Romeu Tuma se dirige à tribuna, gostaria de anunciar a presença, nas galerias da Casa, de três pediatras queridas do sistema público do meu Estado: a Dr^a Ana Paula, a Dr^a Débora Maia e a Dr^a Catarine Zardo.

Posteriormente, o Senador Antonio Carlos Magalhães fará uso da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna com um pouco de tristeza. Em março deste ano, pedi a transcrição, nos Anais desta Casa, de artigo de autoria do Dr. Miguel Srougi, que V. Ex^a conhece bem, professor pós-graduado pela Harvard Medical School, nos Estados Unidos, e, naquela ocasião, concursado e nomeado como professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Entre outras análises, todas elas muito judiciosas e consistentes, o Dr. Srougi expunha o que chamou de suas “angústias” em relação ao Sistema Único de Saúde, o SUS, por ele entendido como um “sistema injusto e perdulário”.

E que motivos levaram a esse entendimento?

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, segundo as metas do Projeto Milênio, patrocinado pelas Nações Unidas, basta a aplicação anual de US\$110 por habitante para que qualquer país possa resolver simultaneamente, em menos de uma década, os problemas da fome, da mortalidade materna e infantil e das doenças transmissíveis, flagelos que assolam todo o Terceiro Mundo. Ocorre, porém, que o

Brasil já gasta, por habitante, o equivalente a US\$124 anuais, sem que ninguém, nem mesmo o mais “convicto otimista”, como diz o Dr. Srougi, possa “achar que as coisas estão bem, ou irão ficar bem”.

Estão evidenciadas, portanto, a partir desse raciocínio simples, graves suspeitas de má gestão, de desperdício e de falta de foco na ação governamental, sendo que nem mesmo os programas mais bem-sucedidos têm escapado ilesos quando entram em jogo os interesses aparelhistas do Governo Federal – que mais e mais se utiliza dos cargos da área de saúde para encastelar seus protegidos políticos. Nesse jogo de interesses, por incrível que pareça, nos deparamos até com a desativação de programas de primeira linha, sob a única alegação de que esses programas constituem iniciativas de governos passados.

Não é uma surpresa, portanto, que os jornais noticiem a ida de um contingente, Senador Jefferson Péres, de 79 cidadãos brasileiros, oriundos do Município de Abreu e Lima, em Pernambuco. E falava eu com o Senador Marco Maciel, que, quando Governador do Estado de Pernambuco, criou esse Município, que tem o nome de um general que se aliou a Bolívar na revolução, à época. Chávez, que queria formar a Frente Bolivariana, homenageou, então, a cidade. E esses cidadãos brasileiros foram transportados até a cidade de Caracas, em avião especialmente fretado pela Venezuela, a fim de serem operados de catarata às custas do governo daquele País.

Chamo a atenção aqui: cirurgias de catarata! Veio um avião da Bolívia para levar 79 brasileiros. Preocupou-me esse fato, Senador Antonio Carlos Magalhães, e eu quis saber como é que um avião estrangeiro, ou não, pousa, em nome de governo estrangeiro, em território brasileiro, com ou sem autorização. Pesquisei e obtive resposta elegante da Aeronáutica.

Alerto para o fato de que a catarata é uma doença que, nos estágios mais avançados – V. Ex^a, como médico, sabe muito melhor que eu –, somente se revolve com a cirurgia, sob pena de incapacitar o doente de ver e, em consequência, de levar uma vida produtiva e normal. Mas o que tem o Coronel Chávez, Presidente da Venezuela, a ver com esse assunto no Brasil? A pretexto de quê, e a serviço de quais interesses o Sr. Hugo Chávez se proporia a oferecer essa ajuda ao Governo brasileiro? Seria apenas por espírito humanitário?

Meu Deus do céu! Ajuda humanitária para o Brasil, do Chávez, para levar pessoas para se submeterem a cirurgias de catarata!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a faz um discurso muito eficiente, como sempre. V. Ex^a é um grande Senador. Mas eu só justificaria esse avião para tratamento de catarata fora do Brasil – o que em qualquer Estado do Brasil, na minha Bahia ou no Amazonas do Senador Jefferson Péres, é uma bobagem, principalmente em São Paulo – se o avião levasse o Lula, que não enxerga nenhum problema, para fazer a operação lá. Talvez assim houvesse motivo para vir o avião do Chávez.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas, se ele tiver a mesma visão do Presidente Chávez, corremos um risco maior ainda, Senador Antonio Carlos.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tem toda razão. É tentativa de ingerência nos assuntos internos do Brasil da parte de um Chefe de Estado que não respeita sequer normas comezinhas de convivência internacional, e tão acintosamente interfere nas eleições, no processo eleitoral de outros países, como acaba de fazer no Peru. É esse candidato a ditador chamado Hugo Chávez que tenta interferir no Brasil também. Já financiou escola de samba. Agora está fazendo essa demagogia de operar catarata, como se o Brasil precisasse disso. É claro que isso deveria ter sido impedido! Senador Romeu Tuma, eu sugiro, mais objetivamente, chamarmos aqui os Ministros da Saúde e das Relações Exteriores não como convidados, mas convocados, para nos darem explicações a respeito dessa indébita interferência do Sr. Hugo Chávez em nosso País. Dispensamos o Sr. Hugo Chávez, que está torrando os bilhões de petróleo que a Venezuela está auferindo graças à alta do produto no mercado internacional e não cuida nem dos problemas do país dele, onde se pratica o mais descarado assistencialismo, sem enfrentar os problemas básicos da pobre e infeliz Venezuela. Portanto, vamos convocar os Ministros. Subscreverei o requerimento, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Serei signatário como V. Ex^a e agradeço as suas palavras. Não tem nada de humanitário e, sim, de humilhação ao Brasil essa interferência tão inusitada e tão mal explicada do Governo Hugo Chávez.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Romeu Tuma, eu comparto da preocupação de V. Ex^a, mas penso que talvez estejamos atirando num alvo que não seja o correto. Acho que deveríamos perguntar como é que um País do tamanho e com a potência do Brasil precisa que pessoas com essa deficiência visual

tenham de fazer essa operação na Venezuela. Mais grave do que a ação de qualquer Presidente de outro país – como os Estados Unidos, que já deram muito apoio aqui; inclusive, há algum tempo, um navio ficou parado em um porto brasileiro, fazendo cirurgias –, mais do que se preocupar com aqueles que vêm ajudar, seja qual for a intenção, nós temos de nos preocupar com o fato de que não conseguimos fazer essas coisas aqui dentro. A Índia, hoje, tem um sistema em série para curar catarata e glaucoma. Lá, são feitas cirurgias em questão de minutos e por um valor baixíssimo em multidões inteiras. E nós passamos a vergonha de ver um avião estrangeiro pousar aqui para buscar pessoas a fim de fazerem a cirurgia fora e depois trazê-las de volta. Comparto da sua preocupação, mas acho que não basta criticarmos quem faz esse ato com intenções que, obviamente, desconhecemos, mas devemos fazer uma crítica séria a todos nós neste País por não conseguirmos atender às necessidades essenciais do nosso povo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Permita-me, Senador Romeu Tuma, mas discordo um pouco do Senador Cristovam Buarque. Preocupa-me, sim, e muito a ingerência de uma pessoa como Hugo Chávez no Brasil. A minha preocupação é a de muitos Senadores, talvez da maioria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Até porque, Senador Cristovam Buarque e Senador Jefferson Péres, não houve nenhuma reação do Governo, absolutamente nenhum protesto. Está certo que o avião foi autorizado pela Aeronáutica, mas foi tratado diretamente com o Prefeito da cidade para que essas pessoas fossem levadas. Há um processo de mutirão, que apreendi a ver nas universidades de São Paulo, tanto na Escola Paulista, que é federal, quanto na Faculdade de Medicina de São Paulo. E já vi V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, falar, desta tribuna, da cirurgia de glaucoma realizada em seu Estado e no Brasil, até porque se dedica imensamente a atender os deficientes de visão nesta Casa. Fui com os professores das duas universidades, que trabalham, Senadores Jefferson Péres, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Magalhães, gratuitamente. Há filas enormes em fins de semana, no sábado e no domingo, para não prejudicar o atendimento normal da escola nem trazer conseqüências para o trabalhador. E atendem centenas. São seiscentas pessoas, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a é médico e sabe. Repentinamente, o Governo mandou cortar o programa pelo SUS, que dava uma ajuda, apesar de vários médicos fazerem essa cirurgia gratuitamente, o que foi feito pelo então Ministro José Serra. Quer dizer, por que interromper um trabalho que é importante para

o País, porque foi feito por um adversário político, hoje candidato, em detrimento da sociedade?

Por isso, Senador Cristovam Buarque, trago esse problema. O Governo não pode ser insensível, porque a sociedade precisa disso. Imagine uma pessoa ficar dependendo de um país estrangeiro, Senadora Heloísa Helena, para se submeter a uma operação e não perder a visão. Provavelmente, em poucos dias, ele perderá, ou porque precisa se recadastrar no Ministério da Saúde, ou junto ao Prefeito ou não sei quem mais, a fim de ser inserido em uma lista pela qual poderá ou não receber tratamento.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já vou terminar. Só vou conceder um aparte à Senadora Heloísa Helena e solicitar que V. Ex^a publique por inteiro o meu pronunciamento.

Senadora Heloísa Helena, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a ainda tem mais dois minutos, e mais um.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Romeu Tuma, não tive oportunidade de acompanhar todo o pronunciamento de V. Ex^a. Mas, por vários outros pronunciamentos, pela convivência na Casa, sei da preocupação de V. Ex^a também em relação aos problemas de saúde. É até bom que também esteja presidindo o Senador Augusto Botelho, que sabe que, no hospital onde trabalhava, faz-se cirurgia de catarata. Trata-se de uma cirurgia muito especial na vida de uma pessoa. Se essa máquina de filmar – o olho humano é como se fosse uma máquina de filmar – não está com o cristalino tão límpido assim, ou seja, se passa a ser opaco, se opacifica, ele não transmite à retina, que é a estrutura que avisa ao cérebro que ela está vendo, e a pessoa não vê. Então, é algo muito importante para a pessoa que tem a possibilidade de reconquistar a visão pela cirurgia. Eu até brinco sempre que, se tivesse a honra de chegar ao Palácio do Planalto, não mandariam no meu Governo nem o Bush nem o Hugo Chávez. Não tenho problema algum em relação às relações que podem ser estabelecidas com outros países. Queríamos nós que todos os países pudessem produzir tecnologia e conhecimento para trocar experiência. Olhem que coisa maravilhosa a produção de Cuba em relação ao vitiligo – uma das únicas no mundo! Então, se um país não produz conhecimento nem tecnologia numa determinada área, é muito importante que, pelo menos, tenha relações soberanas com países que desenvolvam tal conhecimento, principalmente na área da saúde. Até aí está tudo muito bem, não há problema algum! Queríamos nós que as nossas crianças ou jovens pudessem entrar em qual-

quer outro país para fazer um tratamento. O problema em relação aos aviões que vieram da Venezuela fazer o transporte – convenhamos – não tem nada a ver com relações solidárias; não tem nada a ver!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É de humilhação, Senadora!

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E o pior não é isso, o pior é que o Estado brasileiro, o sistema de saúde do Estado brasileiro está absolutamente preparado para fazer esse procedimento. Existem milhares de médicos no Brasil preparados para isso. É um absurdo para o Ministério da Saúde e uma aberração para Minas Gerais e para Belo Horizonte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para São Paulo também!

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Imaginem para São Paulo! É para Alagoas! Mas qual é o problema? Os pacientes ficam na fila e não têm o atendimento. Há incompetência do Ministério da Saúde. Se eu fosse do Ministério da Saúde, imediatamente faria uma recomendação, por meio de uma portaria, dizendo o seguinte: Se querem levar os nossos pacientes para fazer a cirurgia, está tudo muito bem. Agora, é uma demonstração de incompetência do Governo brasileiro. Uma cirurgia como essa, com tantos médicos capacitados do País para fazê-la, ter que vir um avião da Venezuela para levar os pacientes!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Setenta e nove!

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Então, convenhamos que há um misto de relações políticas demagógicas, porque levar daqui pacientes para terem a cura de uma doença em um outro país, nós aplaudiríamos de forma entusiasmada. Bem-vindo o país que disponibiliza o seu conhecimento e a sua tecnologia para atender um ser humano, uma vida de outro país; e um país que não tem a tecnologia teria a humildade de mandar as pessoas que estão precisando para outro país. Agora, convenhamos que essa atitude tem um misto de “relações diplomáticas demagógicas” – nada de relações diplomáticas tem. E as instituições, especialmente o Ministério da Saúde, que é de uma incompetência geral, tinham a obrigação até de prestar um esclarecimento público. Se estão indo para lá porque aqui não está sendo feito, porque as pessoas estão ficando nas filas, ou porque as pessoas estão demorando muitos meses para conseguir uma cirurgia, é uma demonstração de incompetência do Ministério da Saúde. Agora, parece uma sina, porque nunca vi nada igual. Esse Ministério da Saúde é uma coisa impressionante! Quem é da área de saúde fica mais constrangido ainda, porque toda vez que se pergunta qual é o Ministério que vai para a negociata, ele é colocado lá. É uma coisa tenebrosa! Não

ouvi todo o pronunciamento de V. Ex^a nem o do Senador Jefferson Péres, porque eu já cheguei depois. Mas me lembrei do que senti quando vi aquela cena. Portanto, não se trata de relações diplomáticas soberanas, não se trata de um gesto de generosidade, e não nos falta humildade para entender que outro país poderia fazer as cirurgias. Não se trata disso. Agora, realmente é escandaloso, é uma aberração porque uma cirurgia como essa, com tantas pessoas capacitadas e preparadas para fazê-la no País, é uma cirurgia que marca muito a vida de uma pessoa que tem a possibilidade de a ela se submeter, marca muito, muito, de forma especial, e o Ministério da Saúde não diz nada! Concordo com a proposta – fui chegando e ouvi do Senador Jefferson Péres – de convocar o Ministério da Saúde, porque aí aproveitamos e falamos de outras coisas também, de pessoas que, às vezes, passam um ano e meio para conseguir fazer um determinado exame de uma doença crônico-degenerativa, de uma doença cardiovascular; os problemas gravíssimos de malária, leishmaniose na região de V. Ex^a, e outros problemas igualmente graves no Nordeste e em outras regiões do País. Portanto, podemos aproveitar tudo para discutir essa questão da saúde no Brasil. Peço desculpas por haver-me prolongado no aparte a V. Ex^a, mas quero dizer ao Senador Jefferson Péres que compartilho do entendimento da importância de que o Ministro venha para que façamos um debate sobre o sistema de saúde no nosso País.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem ler o meu discurso vai pensar que a senhora que ditou. Obrigado, Senadora.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não cabe mais praticamente o meu aparte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço licença ao Presidente para conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a dispõe de tempo para concluir o seu discurso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Logo no início do aparte da Senadora Heloísa Helena, discordei da colocação de S. Ex^a. Mas S. Ex^a, evidentemente, no decorrer do seu aparte, colocou perfeitamente o assunto como todos nós pensamos. De maneira que um aparte não cabe mais, a não ser para felicitar V. Ex^a, por trazer esse assunto à baila, e, ao mesmo tempo, os Senadores Jefferson Péres e Heloísa Helena pelos apartes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador, porque, como médico, o aparte de V. Ex^a tem uma importância muito grande.

Sr. Presidente, não falarei mais, mas se V. Ex^a permitir, concederei o aparte ao Senador João Tenório.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Pois não, pode conceder.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Tuma, tive a oportunidade, há alguns anos, de conhecer o interior da Venezuela, quando estive numa cidadezinha chamada Barquisimeto, que fica bem no centro do país. Só quem teve oportunidade de conhecer aquela região pode ter a convicção da miséria em que vive aquele país. Sou de uma região pobre, o Nordeste, e conheço as porções mais pobres da minha região, que é o agreste nordestino, talvez a mais pobre do País. Mas, comparando aquela região nossa com a do interior da Venezuela, é uma coisa absolutamente dramática a situação em que vive o pessoal de lá. Então, é incompreensível que um país como o Brasil, que tem centros de excelência extraordinários, não possa desenvolver procedimentos superiores ao de um país que tem um estado social como o daquele que tive a oportunidade de conhecer. Isso é um proselitismo político da pior qualidade, que envolve um atendimento com objetivos meramente politiquês. Acho que a Senadora Heloísa Helena colocou com muita precisão essa revolta diante do fato de um país como o Brasil, que tem centros de excelência em São Paulo, Minas e Brasília, ter de se submeter a um constrangimento desse tamanho. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço, Srs. Senadores, e sinto-me muito feliz, porque penso que é um assunto que deve ter chocado muito toda a Nação brasileira.

Senador Jefferson Péres, aguardo o seu requerimento para assiná-lo com V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em março deste ano, pedi a transcrição, nos Anais desta Casa, de artigo de autoria do Doutor Miguel Srougi, médico pós-graduado pela *Harvard Medical School*, nos Estados Unidos, e – naquela ocasião – Professor Titular recém-empossado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Entre outras análises, todas elas muito judiciosas e consistentes, o Doutor Srougi expunha o que chamou de suas “angústias” em relação ao Sistema Único de Saúde, o SUS, por ele entendido como um “sistema injusto e perdulário”.

E que motivos levaram a esse entendimento?

Veja, Sr. Presidente, que, segundo as metas do Projeto Milênio, patrocinado pelas Nações Unidas, basta a aplicação anual de 110 dólares por habitante para que qualquer país possa resolver simultaneamente,

em menos de uma década, os problemas da fome, da mortalidade materna e infantil e das doenças transmissíveis, flagelos que assolam todo o Terceiro Mundo.

Ocorre, porém, que o Brasil já gasta, por habitante, o equivalente a 124 dólares anuais, sem que ninguém, nem mesmo o mais “convicto otimista”, como diz o Doutor Srougi, possa “achar que as coisas estão bem, ou irão ficar bem”.

Estão evidenciadas, portanto, a partir desse raciocínio simples, graves suspeitas de má gestão, de desperdício e de falta de foco na ação governamental, sendo que nem mesmo os programas mais bem sucedidos têm escapado ilesos quando entram em jogo os interesses aparelhistas do Governo Federal – que mais e mais se utiliza dos cargos da área de Saúde para encastelar seus protegidos políticos. Nesse jogo de interesses, por incrível que pareça, nos deparamos até com a desativação de programas de primeira linha, sob a única alegação de que esses programas constituem iniciativas de governos passados.

Não é uma surpresa, portanto, que os jornais noticiem a ida de um contingente de 79 cidadãos brasileiros, oriundos do município de Abreu e Lima, em Pernambuco, até a cidade de Caracas, na Venezuela, em avião especialmente fretado pela Venezuela, a fim de serem operados de catarata, às custas do governo daquele País.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, a catarata é uma doença que, nos seus estágios mais avançados, somente se resolve com a cirurgia, sob pena de incapacitar o doente de ver e, em consequência, de levar uma vida produtiva e normal. Mas o que tem o Coronel Chávez, Presidente da Venezuela, a ver com esse assunto? A pretexto de que, e a serviço de quais interesses o senhor Hugo Chávez se proporia a oferecer essa ajuda ao Governo brasileiro? Seria apenas por seu espírito humanitário?

Até o final da década de 1990, o Brasil sofria com um déficit gigantesco na capacidade de tratar cirurgicamente as pessoas acometidas de catarata. Com o advento do programa de mutirão, implementado no governo Fernando Henrique Cardoso, pelo então Ministro da Saúde, José Serra, o número anual de intervenções saltou de 65 mil para mais de 300 mil, sendo a necessidade total estimada em patamar ainda maior, da ordem de 500 mil operações por ano, conforme opinião do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO). Esse desempenho fez com que fosse tratada grande parte da demanda reprimida e derrubou as filas de espera, nos hospitais, desde os grandes centros urbanos até as cidades mais afastadas da Amazônia.

Tudo mudou, no entanto. Sob o pretexto de uma atualização na estratégia de atenção aos pacientes de catarata, o Ministério da Saúde, em fevereiro de 2006,

aboliu os mutirões e os hospitais foram proibidos de atenderem livremente a demanda.

Segundo matéria publicada por Ricardo Westin, no jornal **O Estado de S. Paulo**, os hospitais precisam, a partir de agora, de apresentar um projeto, com o nome dos pacientes, às respectivas secretarias estaduais ou municipais de saúde. Superada a etapa, o projeto é levado ao Ministério, que somente então libera a verba. É claro que, além do tempo perdido na burocracia, os diversos níveis da máquina acabam impondo cortes e limitações aos quantitativos.

Foi assim que, segundo o CBO, a partir da adoção desse novo sistema, 60 mil pessoas deixaram de ser atendidas no País, apenas entre março e maio deste ano, número que representa 80% dos brasileiros que demandaram atendimento cirúrgico naquele período. Até fevereiro, o Hospital de Olhos de Sorocaba fazia uma média de duzentas cirurgias por mês; em maio, foram só 11. O Hospital da Unicamp ainda está operando, mesmo sem receber do Governo Federal, bancando os custos com recursos próprios; mas não se sabe por quanto tempo poderá fazê-lo – conforme afirma a Doutora Denise Fornazari, coordenadora do Núcleo da Cegueira.

Diante de tal quadro, não é surpresa que o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, pouco tempo após humilhar o Brasil, aconselhando e apoiando a expropriação das refinarias e das jazidas de gás da Petrobrás, na Bolívia, volte a fazê-lo, custeando a ida dos nossos conterrâneos pernambucanos a Caracas. Ele, de fato, parece capaz de agir; ao menos, com maior resolutividade do que o Ministério da Saúde e o SUS, que, apesar de terem em mãos um programa de primeiríssima qualidade – os mutirões – e contar com o corpo excepcionalmente bem qualificado de cirurgiões-oftalmologistas brasileiros, prefere embarrear o atendimento aos doentes, via burocracia, por incompetência e por despeito. E por que motivo? Por terem sido, os mutirões, iniciados na gestão do ex-Ministro José Serra, conforme já mencionei.

E não foi o mutirão da catarata a única vítima dessa espécie sórdida de irresponsabilidade. Em seu artigo, no **Estadão** de sexta-feira passada, 9 de junho, o próprio ex-Ministro lista decisões e atitudes do Governo Lula que prefiguram, em seu conjunto, um verdadeiro desmonte da área de saúde.

Um primeiro exemplo desse desmonte, é a falta de avanços no Programa de Saúde da Família e na distribuição gratuita da cesta básica de medicamentos, via Estados e Municípios, programa que foi trocado pelo das farmácias populares, um sistema que é pago pelo contribuinte e sai mais caro para o Governo, mas traz consigo inegáveis vantagens no campo eleitoral, tais como a contratação de pessoal. De fato, calcula

Serra que, com os recursos que o Governo gasta com a farmácia popular, seria possível mais que dobrar a distribuição gratuita de medicamentos.

Outras evidências do desmonte são o abandono da luta pela disseminação dos genéricos, e das etapas previstas para o desenvolvimento do Cartão Único da Saúde; o loteamento de cargos para apaniguados políticos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na Agência Nacional de Saúde, que fiscaliza os planos de saúde, e na Fundação Nacional de Saúde, que combate as endemias; o esquecimento do programa brasileiro de Aids, considerado o melhor do mundo; a descontinuidade da “guerra” para a quebra de patentes dos medicamentos considerados estratégicos; o sucateamento das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos sérios; a paralisação dos investimentos nas reformas e na reequipagem dos hospitais, que contaram com 1 bilhão de reais do Bid e do Bird, durante o Governo FHC; e o desinteresse, até mesmo, com programa de treinamento de auxiliares de enfermagem, o Profae, que é financiado com recursos do Bird.

O que dizer mais, Senhor Presidente? O que fazer para repor um mínimo de racionalidade e de civismo na administração da saúde nacional? Para todas essas áreas passaremos a contar com o auxílio do Presidente Chávez? Vamos encaminhar nossos doentes até Caracas, em vãos fretados pelo governo venezuelano, por incapacidade e por falta de lucidez e de grandeza política de nossas lideranças setoriais?

Aliás, segundo informações prestadas pela Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica, o avião que levou os pacientes pernambucanos possuía autorização de sobrevôo do nosso território. Já parece um avanço. Mas, de toda forma, a mim causou estranheza a revelação, por parte da mesma fonte, de que o evento foi combinado diretamente entre a Prefeitura Municipal de Abreu e Lima e o governo da Venezuela.

Está parecendo, Sr. Presidente, que o Sr. Chávez já opera como liderança brasileira, tratando diretamente com as instâncias municipais, sem o cuidado, sequer, de se fazer acompanhar das autoridades da Aeronáutica brasileira.

Não estaria o Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, como que “terceirizando” a Federação, transferindo para um governo estrangeiro a sagrada e inalienável responsabilidade constitucional de garantir a todos os brasileiros a assistência à saúde?

Ademais, além de prover cuidados médicos a brasileiros, por que o Coronel Chávez tem liberdade de interlocução até mesmo com a menor instância desta nossa República?

É o que tinha a dizer – ou talvez, a questionar –, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a terá seu pedido atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Antonio Carlos Magalhães; a seguir, o Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me saem da cabeça, como tão cedo não devem sair da cabeça de nenhum brasileiro com um mínimo de responsabilidade com os destinos de seu país, as imagens dos atos covardes, selvagens e criminosos do Movimento de Libertação dos Sem-Terra, atentando contra a integridade física de funcionários indefesos e encurralados, praticamente emboscados em seu próprio local de trabalho, as instalações e equipamentos de um dos símbolos mais sagrados da democracia em qualquer país civilizado do mundo, que é o Parlamento, por maiores que sejam os erros de muitos dos que o compõem.

Já está comprovado que houve premeditação nos crimes da gigantesca quadrilha. Os integrantes do Primeiro Comando da Capital, aliás, embora aparentemente com outros objetivos, agem de maneira idêntica, planejando com antecedência cada uma de suas ações criminosas. O ataque à Câmara não foi, pois, um ato impensado, o que nem por isso deixaria de ser uma abominável excessência, mas um ato deliberado de insanidade coletiva, de comando identificado, com o apoio logístico do PT e, por conseguinte, do próprio governo de que é braço direito para tudo o que tem acontecido de ruim no País, incluindo os atos de corrupção que todos os dias aponto desta tribuna, desde janeiro de 2002.

Chocou-me pela violência e pela imagem emblemática da instituição depredada e ofendida, a Câmara Federal, como, de igual forma, me chocou, também na semana passada, o pânico das criancinhas da Escola Henrique Foréis, no Morro da Fazendinha, no Rio de Janeiro, baleadas por traficantes em troca de tiros com a polícia, dentro da sala de aula, mas a bárbara invasão e a depredação criminosa das instalações da Câmara Federal para mim não foram surpresas. Temo o pior.

A quadrilha de Bruno Maranhão, ele até bem pouco membro da Executiva Nacional do PT, Partido dos Trabalhadores, e amigo íntimo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já havia invadido, neste Governo, as instalações do Ministério da Fazenda. Em que deu essa invasão? O Presidente de República, com as câmeras da televisão mostrando para o Brasil e para o mundo sua conduta infantil e irresponsável, já não havia posto o boné deles na cabeça, como que os apoiando, e revelando a absurda e inaceitável identidade de um chefe de Estado, despreparado, é bem

verdade, mas de um chefe de Estado que tem cabeça apenas para usar bonés, com grupos que agem como autênticos fora-da-lei?

Assim agiu o presidente. Pena que o PCC também não tenha boné, porque, se tivesse, com certeza o Presidente da República também o estaria usando. Seu Governo, em dezoito meses, já não liberou para a Anara, a malfadada Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária, comandada, nada mais, nada menos, que por Bruno Maranhão, R\$5,6 milhões? É o governo financiando a subversão, é o Brasil assistindo ao Presidente da República financiar, com o dinheiro do contribuinte, a subversão em toda a parte, nas terras invadidas e também no Congresso Nacional. Não é possível se continuar nessa posição. O presidente é também um fora-da-lei como esses que invadiram o Congresso Nacional.

Temo o pior. Tem de haver um freio, Sr. Presidente, para os excessos dos movimentos rurais, cujas reivindicações, das mais legítimas, aliás, e para as quais o Presidente Lula pouco tem ligado, não podem ser alcançadas na marra como se diz popularmente. Invadem-se propriedades privadas, ocupam-se e danificam-se instalações públicas, agredem-se funcionários, e o Governo do PT insiste em dizer que não enxerga nada.

Realmente não enxerga. Ele, sim, deveria estar na Venezuela, já que não acredita nos médicos nem na medicina brasileira e é responsável pelas agruras que todos sofrem no SUS.

A passividade com que o Governo assiste à escalada da baderna e da violência equivale na prática a uma cumplicidade inaceitável. Ontem, foi a Câmara dos Deputados; amanhã, quem pode garantir que não será o Senado Federal; depois, os Tribunais e até os próprios jornais e televisões? O Brasil não pode continuar mergulhado nessa noite tenebrosa do PT.

Há dois versos do poema “Bandido Negro”, de Castro Alves, de que gosto muito e que, numa hora destas, de alguma forma me trazem uma certa esperança. O Poeta dos Escravos disse em seu famoso poema: “Toda noite tem auroras/raios – toda a escuridão”.

Sr. Presidente, tenho esperança no Brasil. Como dizia um grande pensador, a esperança é a aurora que desponta na noite de tempestade. Espero, Sr. Presidente, que, nesta noite de tempestade tenebrosa que vivemos, surja a aurora, e o Brasil possa renascer nos seus valores éticos, nos valores que, realmente, possam comandar a Administração Pública dentro da seriedade e não da roubalheira que existe, comandada pelo Palácio do Planalto. Agora vai ser o leilão do PMDB e o leilão dos outros partidos para que se faça uma reeleição, que as pesquisas podem dizer que existe, mas não acredito, porque acredito firmemente na integridade do povo brasileiro, na vontade de mudar

o estilo de governo, perpetrado por esse homem que deveria honrar a democracia, mas a desonra com a sua atuação no Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Jefferson Péres e, em seguida, o Senador Augusto Botelho, por cessão do Senador Marco Maciel.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me espanta que o Presidente da República, candidato à reeleição, esteja bem nas pesquisas. Se a eleição fosse hoje, Sua Excelência se elegeria em primeiro turno.

Senador Augusto Botelho, tenho a impressão de que o povo brasileiro está ficando anestesiado, indiferente a tudo no campo da política, porque acha que são todos iguais, que política é isso mesmo, que o “valerioduto” não tem importância, que os petistas fizeram o que todos fazem, que o Lula sabia, sim, mas os outros não são melhores do que o Lula. É uma postura que preocupa, pois é um povo que está perdendo o senso ético, o sentimento de cidadania e levando a política no vai-da-valsa. É um povo que se mobiliza por causa de um jogo de Brasil e Croácia e não vem às ruas protestar contra isso.

Ontem, fiquei indignado na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, Senador Marco Maciel. Comissão de Assuntos Econômicos, terça-feira, a Diretoria do Banco Central toda naquela Comissão, convidada por nós para debater a política monetária e a política cambial deste País: seis Diretores do Banco Central, inclusive o Presidente Henrique Meirelles. E havia cinco Senadores na Comissão, Senador Marco Maciel. Havia mais diretores do Banco Central que Senadores para debater assunto da mais alta relevância. Por quê? Porque havia um jogo de futebol à tarde, Senador, e a reunião era de manhã. O Congresso já estava vazio, como está hoje, Senadora Heloísa Helena, dez Senadores aqui presentes, porque estamos em Copa do Mundo.

Senadora Heloísa Helena, sou torcedor de futebol, torcedor apaixonado do Botafogo, do Rio de Janeiro, desde criança. Adoro futebol. Agora, os três Poderes semiparalisados, esvaziados, por causa de partidas da Copa do Mundo! É um pouco demais, Senadora. Que País é este? É por isso que o Lula está aí, lá em cima. Eu não me surpreendo com isso não.

Ontem, a Câmara dos Deputados não obteve **quorum** para votar, está parada. O Fundeb está aqui parado no Senado. A pauta bloqueada por seis medidas provisórias, mas, mesmo que não houvesse medida provisória, Senadora Heloísa Helena, não estariam votando nada hoje, não, porque estão com os olhos postos na Alemanha e, por isso, não devem trabalhar. Eu não conheço outro país do mundo – pode ser que exista – que fique paralisado por causa do campeonato mundial de futebol. Não conheço, duvido que isso aconteça em outros países. Entusiasmar-se, ligar a televisão, torcer, sofrer com uma partida, sim, mas o País semiparalisado... Se o Brasil ganhar vai ser feriado nacional; se o Brasil perder, uma tragédia. Mas que País é este, meu Deus do céu?

Olha, é difícil. Às vezes, fico extremamente pessimista ao pensar neste País, Senadora Heloísa Helena, ao pensar se o povo brasileiro vai ter energia, responsabilidade, seriedade para mudar isso, para mudar este País. Parece que não. O importante mesmo é a Copa do Mundo. Valerioduto, mensalão, absolvição de mensaleiros pela Câmara dos Deputados, pagamento de convocação extraordinária, como fez ontem... Derrubaram a liminar, Senadora Heloísa Helena, vão pagar o nosso extraordinário, que estava bloqueado pela Justiça. Deviam ter deixado bloqueado.

Vem à tona mais um escândalo: as dezenas de milhares de reais que Deputados gastaram com as verbas indenizatórias, Senadora Heloísa Helena, neste primeiro semestre em publicidade. Essa tal verba indenizatória de R\$15 mil reais por mês que um Parlamentar ganha, R\$15 mil por mês para gastar em publicidade, em aluguel, não sei... Eu não recebo, não quis receber, não quero, vou poupar os cofres públicos, em oito anos de mandato, R\$1,4 milhão, que é quanto custa aos cofres públicos cada Senador e Deputado em oito anos por essa verba indenizatória. Eu gostaria de poder doar; não posso, apenas não estou recebendo, fica aí nos cofres públicos.

É por isso que o povo não respeita a classe política, acha que todos são iguais. Portanto, um pelo outro, botem o Lula; pelo menos os outros bebem uísque e Lula bebe cachaça; os outros são de classe média, pelo menos Lula vem da classe pobre, então é melhor que fique o Lula por aí mesmo.

Este Governo nega o aumento aos aposentados e Lula recebe R\$4,2 mil de aposentadoria, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque foi preso trinta dias durante o regime militar. Porque foi preso trinta dias durante o regime militar, Senadora Heloísa Helena, o Presidente recebe uma pensão de R\$4,2 mil por mês até o fim da vida. Eu não receberia nem que ficasse um ano preso pelo regime militar! Por que é que o País tem de me pagar até o fim de minha vida R\$4,2 mil?

É porque a polícia dos militares me prendeu durante 30 dias? Está aí, ninguém protesta contra isso, Lula é o tal, vai ficar mais quatro anos.

E vai ficar mais quatro anos como, Senador Antonio Carlos Magalhães? Com o PT enfraquecido, reduzido, desmoralizado, dependendo desse PMDB que vai ao Palácio, agora, mais uma vez, negociar cargos, Senadora Heloísa Helena?

Estão lá negociando cargos – é o que os jornais dizem. Já estão pedindo diretoria dos Correios, dizem os jornais, Senadora! O Presidente da República recebe um Partido para isso?!

E vai ficar dependendo desse Partido quatro anos, do fisiologismo do Congresso! O que esse Presidente vai fazer em quatro anos sem poder realizar as reformas de que o próprio País precisa, porque vai ficar na barganha, na troca de favores, com essa “banda podre” do Congresso, de Senado e de Câmara, políticos da pior espécie que tem este País?! É este o Brasil, é esta a perspectiva deste País!

Olhe, Senadora, é de desanimar! Vou continuar lutando enquanto voz tiver, enquanto tiver mandato, com ou sem mandato. Mas ver um País anestesiado, prostrado, sem reagir... Ver o PT de São Paulo recandidatar todos os “mensaleiros” e dizer “o povo que julgue”! Então, o PT não julga os seus corruptos? Então, o meu Partido sabe que os companheiros são corruptos, eu os candidato e digo “o povo que julgue”! Que partido é este? Eu começo a ter muita preocupação, realmente, com este País. Um povo que só se mobiliza pela Copa do Mundo e não liga ao que fazem de errado os políticos neste País?! É difícil continuar acreditando neste País.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres. Sei que V. Ex^a, assim como eu e como muitos desta Casa, vai continuar lutando. Nem temos paciência de que roubem dinheiro público nem deixamos que eles roubem também nossa esperança.

Enquanto o Senador Augusto Botelho dirige-se à tribuna, aproveito para fazer um esclarecimento sobre a questão da ação na Justiça. Fomos nós que entramos com a ação na Justiça para suspender o segundo pagamento da verba da convocação extraordinária – e o P-SOL decidiu que não vai receber. É importante esclarecer isso, devido ao tumulto que se instalou na Casa com as servidoras e com os servidores, mais uma vez. Como fizeram da outra vez, de forma canalha, já nos estão responsabilizando de impedir que os servi-

dores e as servidoras da Casa recebam os recursos por terem trabalhado em período de férias.

Então, apenas deixo esclarecido que a ação que ganhamos na Justiça e que agora foi derrubada não tem relação alguma com as servidoras e com os servidores da Casa. Refere-se a Deputados e a Senadores.

Portanto, os servidores da Casa devem-se mobilizar para receber o que têm direito, porque o P-SOL não tem nenhuma ação contra servidor da Casa, não teve nem jamais terá.

Peço desculpas ao Senador Augusto Botelho, que já está na tribuna. Já que o Senador Jefferson Péres falou sobre isso, aproveitei para dar os devidos esclarecimentos.

Concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo regimental, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, a soberania de um País se constrói, isto é certo, por seu progresso material e bem-estar humano. Nenhum Estado é soberano se é pobre e atrasado: de um lado incapaz de produzir internamente os bens e serviços necessários a uma sociedade moderna; de outro, desprovido de poder de troca para obter, pelo comércio internacional, esses mesmos bens e serviços. Tampouco é soberano se não oferece condições de vida digna para os seus cidadãos. Para se afirmar a soberania faz-se necessário, portanto, um esforço nacional nos dois sentidos do desenvolvimento: o econômico e o humano.

Mais que desenvolvimento, entretanto, a soberania precisa ser assegurada pela capacidade de um país fazer respeitar seus interesses na área internacional, marcada, até mesmo em nosso tempo de paz globalizada, pelo conflito entre os diversos Estados-nação, nem que seja por questões puramente comerciais. A afirmação dos interesses de um país no concerto das nações é tarefa, primordialmente, de seus serviços diplomáticos, mas não apenas destes; há que se ter uma capacidade mínima de dissuasão contra a tentativa de contestação pela força dessa soberania.

Refiro-me, naturalmente, à necessidade de uma efetiva capacidade de defesa nacional, sobretudo em país de extenso território, com uma vocação histórica para um papel importante no mundo, como é o nosso querido Brasil. As riquezas naturais do País já constitui por si um motivo de cobiça por parte de outros; à medida em que formos capitalizando mais realizações e conquistas materiais e humana, mais susceptíveis seremos de rivalidade e de inveja.

E é preciso considerar, nos dias de hoje, além dos países legitimamente reconhecidos, com os seus objetivos nacionais, os grupos de interesses que se articulam por

meio do terrorismo internacional. Portanto precisaremos sempre, para a garantia de nossa soberania contra as ameaças de uns e de outros, de uma estrutura profissional de defesa e, para isso, temos as nossas Forças Armadas, com papel muito bem definido na Constituição.

Vejamos, agora, uma conquista da nacionalidade, como a da auto-suficiência do petróleo. Pouquíssimos países atingiram essa condição e o Brasil o conseguiu por sua própria capacidade de desenvolvimento tecnológico, na atuação competente da maior empresa nacional, a Petrobras. É bem devido o regozijo de todos os brasileiros por essa realização. Entretanto, cabe lembrar que a maior parte desse petróleo, que nos granjeou, afinal, a independência das importações, é retirada da plataforma continental, em pleno mar. Esse fato, que em muito engrandece o feito tecnológico, implica também certo grau de fragilidade, pois o mar sempre foi território de corso e de pirataria.

Thomas Hobbes sentenciou que um homem somente pode afirmar como seu aquilo que outro não vem e lhe toma. Quer dizer, só se é dono daquilo que se pode defender. O petróleo não é ou não será de fato nosso se não podermos protegê-lo do ataque de potências estrangeiras, ou de facções terroristas. Como a maior parte das regiões de produção se encontra no mar, precisamos de uma Força Naval em condições de patrulhar o nosso litoral, nossa zona econômica exclusiva e nosso mar territorial, para afastar os riscos de perda dessas riquezas tão duramente conquistadas.

Infelizmente, assim como as outras Forças Armadas, nossa Marinha de Guerra se encontra sem as mínimas condições de cumprir sua missão constitucional. Segundo matéria do **Correio Braziliense**, do dia 30 de maio, nossa Força Naval teria, nos últimos cinco anos, desativado 21 navios e 9 aeronaves. Relatório interno da Marinha apresenta dados mais graves: metade dos navios e submarinos se encontraria fora de operação e, no horizonte de 20 anos, se nada mais for feito, nossa esquadra simplesmente se extinguirá.

É bem compreensível que, no quadro atual de aperto orçamentário, ditado pela necessidade de contenção do gasto público, fonte do processo inflacionário que nos consumiu por muito tempo, as prioridades sociais prevaleçam sobre as necessidades de defesa nacional. Afinal, o Brasil não está envolvido em nenhum conflito bélico permanente ou potencial imediato com outros países e urge concentrar esforços na retomada do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais e sociais.

Contudo, Sr^a Presidente, não me parece sensato abandonar de todo as funções da defesa nacional, sucateando o equipamento das Forças Armadas e as impedindo de aprimorar o seu pessoal. Este precisa estar sempre capacitado para responder às ameaças externas,

provavelmente executadas com uso de material moderno e sofisticado. No caso da necessidade de proteger as plataformas de produção ou perfuração de petróleo no mar, a Marinha tem de poder enfrentar eventuais piratas ou, pelo menos, dissuadir grande parte dos que intentarem qualquer agressão. Não pode continuar à mingua.

Há um fato agravante, ligado precisamente à questão do petróleo produzido na plataforma continental. Trata-se da existência de previsão legal do pagamento de *royalties* à Marinha, no caso desse tipo de lavra mineral. Previsão legal esta que não está sendo cumprida em decorrência do contingenciamento do Governo, dos repasses de verba. Isso quer dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam bem, que a Marinha tem direito a receber recursos que estão sendo sistematicamente negados pela administração econômica.

O fundamento legal desse direito começa já pela Constituição Federal, que inclui, em seu art. 20, inciso V, os recursos naturais da Plataforma Continental e da zona econômica exclusiva entre os bens da União. O §1º do mesmo artigo assegura à União, Estados e Municípios participação no resultado da exploração do petróleo, ou gás natural, nos respectivos territórios, incluindo explicitamente a Plataforma Continental e zona econômica exclusiva.

O Governo, portanto, ao reter verbas dos *royalties* da Marinha, não somente descumpra a lei como expõe um bem nacional a risco imenso de incidentes desagradáveis. O Comandante daquela Força, o Almirante-de-Esquadra Roberto Guimarães de Carvalho, em artigo publicado em diversos jornais de alcance nacional, dia 28 de maio último, expôs, com admirável serenidade, a situação de fato dramática que enfrenta, diante do problema de cumprir o seu dever constitucional em condições operacionais mínimas.

Com seu conhecimento técnico e sentido patriótico, compreendendo as restrições orçamentárias do Estado, o Almirante Carvalho apresenta uma solução de custo relativamente baixo, nada ambiciosa: a construção ou aquisição de navios—patrulha para a função de guardar o mar e defender as plataformas de petróleo.

Fontes da Petrobras citadas, mas não nomeadas na imprensa teriam relatado o desconforto daquela empresa com a situação, sobretudo porque a Petrobras paga integralmente o tributo à Agência Nacional de Petróleo e não recebe a proteção que o Estado deve a suas empresas e cidadãos.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Augusto Botelho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com todo prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Serei breve, nobre Senador Augusto Botelho. Não pretendo interromper o seu discurso. Aliás, um discurso não somen-

te bem tecido, bem construído, mas igualmente muito oportuno. Quero dizer que não é por outra razão que V. Ex^a desfruta de grande conceito nesta Casa, embora seja este o primeiro mandato no plano federal, que lhe foi conferido pelo povo do Estado de Roraima. . O seu pai – Sylvio Botelho – foi Deputado Federal, aliás, um excelente Parlamentar. V. Ex^a citou duas questões muito importantes: primeiro, que não podemos descurar, em que pesem outras vicissitudes que o País atravesse, sobretudo no campo social, de alocarmos recursos para as Forças Armadas, que cumprem um papel, além do definido na Constituição Federal, também uma destacada ação no desenvolvimento científico e tecnológico do País, no campo de assistência social e, por que não dizer, na formação dos seus quadros. As Forças Armadas concorrem para a elevação da condição educacional do nosso povo por meio de excelentes escolas, escolas de bom nível, escolas de primeiro mundo. Não podemos deixar de reconhecer o papel das Forças Armadas e, em consequência, da necessidade de fornecer-lhes os recursos indispensáveis ao cumprimento da sua função constitucional. Em segundo lugar, V. Ex^a mencionou uma questão muito séria, do não-repasse dos recursos devidos. V. Ex^a situa o caso da Marinha, a força mais antiga do País, criada com a chegada da Família Real, há dois séculos, em 1808. Para que cumpra bem a sua tarefa, inclusive na defesa do mar territorial brasileiro, das ZEEs – Zoneamento Ecológico-Econômico e possa trazer a sua contribuição no campo do conhecimento da nossa plataforma continental e do mar territorial, onde, ainda, há muito a pesquisar e explorar, é bom lembrar que a Marinha, com mais recursos, certamente, poderia contribuir na alavancagem do seu projeto, que desenvolve em Aramar, com relação à construção de submarino nuclear e na busca de novas tecnologias no campo da energia nuclear. Ninguém pode deixar de reconhecer que o mundo do séc. XXI vai demandar cada vez mais energia, e o Brasil vai ter que pensar na utilização de outras fontes, posto que não podemos continuar dependendo exclusivamente da hidroeletricidade, da utilização de fontes não-renováveis, como é o caso do petróleo, e de outras tantas. Daí por que cumprimento V. Ex^a pelo discurso e faço votos para que a palavra de V. Ex^a, uma pessoa séria, competente, seja ouvida pelo Governo Federal e este adote as providências compatíveis com o apelo que V. Ex^a dirige. Enfim, essas manobras diretas ou indiretas de contingenciamento dos recursos devidos por força da Constituição e da lei certamente provocam uma descontinuidade de programas essenciais ao País. Recentemente, o Governo vetou, na íntegra, o projeto que descontingenciava em torno de apenas R\$600 milhões para o desenvolvimento científico-tecnológico do País. E veja, esses recursos não oriundos do Orçamento

da União são contingenciados a pretexto de manter o superávit primário. Os recursos advêm do recolhimento por empresas privadas que antes eram estatais e que, por ocasião da sua privatização se estabeleceu em diferentes leis aprovadas pelo Congresso Nacional, algumas até, se não estou equivocado, leis complementares que determinavam que um quantitativo das receitas auferidas pelas empresas que iriam operar área de energia, telefonia, etc., fosse aplicado no desenvolvimento científico-tecnológico. Daí por que surgiu o Fundo Verde-Amarelo e outros tantos que deviam estar cumprindo essa função. Não quero mais interrompê-lo, cumprimento-o e renovo-lhe os votos para que o Governo, enfim, ouça o apelo de V. Ex^a, posto que interpreta o sentimento da nação, não tenho dúvida em afirmá-lo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a está fazendo um discurso muito apropriado, mas dois pontos são relevantes. Não adianta haver 300 mil homens nas Forças Armadas se o Governo não dá condições para que elas possam atuar nos seus diversos campos. Tenho uma tese no sentido de que as Forças Armadas deveriam também atuar do ponto de vista público, sobretudo em relação à segurança interna do País, uma vez que dificilmente elas atuam do ponto de vista externo. Esse é um ponto. O segundo é que isso só existe porque aqui também somos lenientes e não aprovamos o Orçamento impositivo, porque, se o aprovássemos, estaríamos em outras condições e não estaríamos de pires na mão, inclusive as Forças Armadas, a pedir ao Senhor Lula que descontingencie recursos para que elas possam atuar. Eles são contingenciados justamente para que as Forças Armadas sejam cada vez mais dependentes, embora mais fracas. Ele gosta das Forças Armadas fracas! E só não vê quem não quer que as Forças Armadas, hoje, estão muito lenientes também – não quero dizer subservientes. Elas devem pregar a Constituição antes do próprio Presidente da República. E, em relação ao o contingenciamento? Ninguém luta por ele. Refiro-me ao projeto do ano 2000, do Orçamento impositivo, que eu fiz, que passei na Comissão e que não vejo sequer passar por outra instância. V. Ex^a tem absoluta razão, mas, na hora em que as Forças Armadas tiverem recursos para atuar e, ao mesmo tempo, um orçamento impositivo, a Nação será outra, e o Presidente não terá esse poder de cooptar Parlamentares e até militares.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Ex^a

Tenho certeza de que, quando o Orçamento for impositivo, não vai acontecer o que ocorreu com o

Projeto Aramar. Nós o consideramos um projeto de submarino, mas, na verdade, lá está sendo desenvolvida a tecnologia para dominarmos o processo nuclear. Se não, nossos netos e bisnetos, quando acabar o petróleo, vão fazer o quê? Vão ter que entregar nosso urânio aos países que detêm tecnologia para comprar o próprio combustível. Ou seja, vão fazer como fazem com o nosso minério de ferro: mandamos para eles uma tonelada de ferro e compramos um relógio pelo preço de duas toneladas de ferro.

Isso não pode acontecer mais. Temos que desenvolver o conhecimento nuclear para que possamos, no futuro, usufruir de um bem que Deus colocou dentro do nosso País.

Agradeço muito o aparte de V. Ex^a.

Sr^a Presidente, falta pouco para eu encerrar.

Fontes da Petrobras citadas, mas não nomeadas pela imprensa, teriam relatado o desconforto daquela empresa com a sua situação, sobretudo porque a Petrobras paga integralmente o tributo à ANP e não recebe a proteção que o Estado deve às suas empresas e cidadãos. Somente quem já passou o período de duas semanas isolado numa plataforma perdida no meio do mar, sem possibilidade de avistar o litoral, pode perceber como é frágil uma unidade dessas e o temor que se sente das inconstâncias do mar e das ações dos homens mal intencionados.

Pelas razões aqui expostas, venho a esta tribuna insistir, Sr^a Presidente, que o Governo precisa cumprir a lei e repassar os *royalties* que pertencem por direito à Marinha do Brasil. Desejo também solicitar a transcrição nos Anais desta Casa do artigo do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, para que fique registrada sua reivindicação equilibrada e serena pela obediência à legislação.

A saga da conquista da auto-suficiência em petróleo não pode ser desprezada nem pelos detratores, que a querem diminuir com os argumentos mais distorcidos, nem pelo desleixo dos dirigentes da Nação, que deixam vulnerável nossa riqueza à avidez estrangeira ou ao oportunismo terrorista.

De nada adiantará todo esse desenvolvimento, esse anúncio de tempos melhores para o País e para o povo, se não pudermos assegurar a soberania nacional sobre o mar. Que se passe a fazer imediatamente as transferências devidas.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

DIA 28/05/06 - PÁG.: NET

Serviço de Relações Públicas da Marinha

Tendências e Debates

Auto-suficiência em petróleo e a Marinha

Possibilitar que a Marinha possa patrulhar a nossa "Amazônia Azul" é um dever do Estado. Talvez a Petrobras possa ajudar

Roberto de Guimarães Carvalho

O BRASIL todo comemora, com fundadas razões, a auto-suficiência na produção de petróleo: enfim, para justo orgulho de todos os brasileiros, produzimos mais do que consumimos! Essa conquista compõe páginas que enriquecem a própria história recente do Brasil. Seja a heróica visão do estadista que decidiu, em contexto de difíceis circunstâncias políticas e econômicas, pelo "O Petróleo é Nosso"; seja a vibrante epopéia da Petrobras; seja a confiança dos governos, que, por mais de cinco décadas, jamais deixaram de investir nesse segmento; ou, por fim, seja pela mística de uma calada torcida de todo o povo brasileiro para que essa meta fosse alcançada. O fato incontestável é que o Brasil venceu. O Brasil conseguiu. A Marinha se junta ao mutirão nacional de orgulho por essa vitória. Contudo, a consciência do dever constitucional a obriga a reflexões de ordem estratégica sobre esse fato, considerando que um percentual bastante significativo da produção de petróleo -cerca de 85%- é realizado nas águas da nossa "Amazônia Azul", e que visões prospectivas anunciam a descoberta de novas jazidas no mar. O direito do mar (Convenção da Jamaica), ao mesmo tempo em que concede ao Estado costeiro o direito de explorar os recursos vivos e não-vivos do solo, subsolo e da camada líquida da sua zona econômica exclusiva (ZEE), reconhece o direito à livre navegação internacional nas ZEE. Isso significa que qualquer país pode deslocar uma força naval para operar nas proximidades das áreas marítimas onde se localizam as nossas plataformas de exploração de petróleo sem nenhum constrangimento de ordem jurídica, embora possa haver de ordem política. Daí ser o mar, por excelência, o cenário próprio para o surgimento de crises internacionais de natureza político-estratégica. Tais crises, quando mal conduzidas, podem escalar para conflitos armados que sempre interessam aos mais fortes ou, mesmo quando bem manobradas, tendem a sujeitar os mais fracos a aceitar as condições impostas pelos mais fortes. No caso em apreço, ou seja, para evitar crises no cenário marítimo ou para poder enfrentá-las com a cabeça erguida, caso elas ocorram, a existência de uma Marinha com capacidade crível de dissuasão é o único recurso plenamente satisfatório. Outro aspecto que não pode ser negligenciado é o das denominadas "novas ameaças", entre as quais, além dos crimes transnacionais e ambientais, está incluído o terrorismo internacional. Plataformas de exploração de petróleo são alvos potencialmente tentadores para ações terroristas. Assim, além da capacidade de dissuasão já mencionada, a Marinha necessita ter uma outra capacidade, qual seja, a de poder patrulhar de forma permanente todo o imenso mar que nos cerca, incluindo, prioritariamente, as áreas marítimas de exploração de petróleo. Para tal tarefa, em tempo de paz, o navio-patrolha é o meio adequado. Somente um navio pode, além de detectar e identificar, interceptar as embarcações que estejam navegando nas nossas águas jurisdicionais. Pode ainda, utilizando o Grupo de Visita e Inspeção (GVI) e a Guarnição de Presa (GP), que fazem parte da sua tripulação, inspecionar e, se for o caso, obrigar a demandar o porto nacional mais próximo daquelas que estiverem infringindo as nossas leis, entregando-as às autoridades competentes para as providências posteriores.

Prover à Marinha os meios e os recursos necessários para que ela possua uma capacidade de dissuasão com credibilidade é, sem dúvida, um dever do Estado -e para isso existem os royalties. Possibilitar que a Marinha possa, efetivamente, patrulhar a nossa "Amazônia Azul" também é um dever do Estado. Mas talvez a Petrobras possa ajudar. Como? Tornando-se, mais do que já é, uma efetiva parceira da Marinha, celebrando com ela um acordo administrativo que permita o repasse de recursos extra-orçamentários diretos para a Marinha e, portanto, fora do alcance dos contingenciamentos do Orçamento, para que a Força Naval possa implementar o seu projeto de navios-patrolha a serem construídos no país. Tais recursos seriam uma pequena parcela dos pesados investimentos feitos pela Petrobras -e que continuariam a ser investimentos, só que voltados para a proteção e a segurança do imenso patrimônio que não é só daquela empresa, já que também pertence a todo o povo brasileiro. Pode parecer um sonho, mas a vitória que estamos comemorando também era um sonho que se transformou em realidade. Orgulhem-se e saudemos a auto-suficiência do petróleo, sem descuidar, porém, da responsabilidade de protegê-la e defendê-la.

ROBERTO DE GUIMARÃES CARVALHO, 67, almirante-de-esquadra, é o comandante da Marinha.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, que será atendido na forma do Regimento.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Marco Maciel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão e que, como todos sabemos, é candidata à Presidência da República. Peço a V. Ex^a que considere os dois momentos do meu pronunciamento. No primeiro momento, vou encaminhar um requerimento que eu gostaria que V. Ex^a colocasse em votação, se possível, ainda nesta tarde. Explico o requerimento com a leitura da sua justificativa, que é simples, pois apenas faz uma homenagem a um militante das causas populares.

Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso a Abdias do Nascimento pelo título de doutor **honoris causa**, que lhe vai ser concedido hoje à tarde, às 17 horas, pela Universidade de Brasília.

Escritor, escultor, pintor, Abdias do Nascimento é um dos maiores defensores da cultura e da igualdade para as populações afrodescendentes do País. Intelectual negro de grande importância para a reflexão e a atividade sobre a questão da inclusão do negro na sociedade brasileira.

Nascido em 1914, teve uma trajetória longa e produtiva, contando hoje 92 anos. Desde poeta (com o Grupo Hermandad, com o qual viajou de forma boêmia por toda a América do Sul), até ativista do Movimento Negro, foi ator, criando, em 1944 – veja V. Ex^{as}: em 44, e eu nasci em 1950 –, o Teatro Experimental do Negro. É também escultor. Após a volta do exílio (1968 a 1978), insere-se na vida política. Foi Senador – e um brilhante Senador – nesta Casa. Além de colaborar fortemente, tornando-se, portanto, um ícone para o Movimento Negro, ele foi fundamental para a criação do Movimento Negro Unificado em todo o País.

Só vou ler parte de um pronunciamento que fez, que está sendo divulgado também fora do Brasil.

Diz Abdias:

A comunidade negra tem que ser fiel a si mesma, fiel a seus antepassados, fiel à história de nossas lutas, e não se deixar emprenhar pelo ouvido ao ficar escutando mensagens derrotistas, que se prestam a tirar a força, a energia, o ímpeto que o negro tem que lutar para conquistar seus direitos. É preciso dar continuidade à grande luta de Zumbi dos Palmares. O direito está a nosso favor. Os orixás

estão nos prestigiando e nos amparando. É nossa beleza. É nosso futuro.

Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, na verdade, estou encaminhando dois requerimentos, por uma questão de justiça a Abdias Nascimento, mas faço também – e este não preciso justificar porque V. Ex^a conhece – nos termos do art. 222, voto de aplauso à UnB, na figura do Reitor Timothy Martins, pela concessão do título de doutor **honoris causa** a Abdias Nascimento, hoje, dia 14 de junho, às 17 horas.

Solicito a V. Ex^a que dê o devido encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Submeterei à votação agora os dois requerimentos, aproveitando o fato de V. Ex^a ainda se encontrar na tribuna.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 679, DE 2006

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, Requeiro voto de aplauso a Abdias do Nascimento pelo Título de Doutor **Honoris Causa** concedido pela Universidade de Brasília.

Escritor, escultor, pintor Abdias do Nascimento é um dos maiores defensores da defesa da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil. Intelectual negro de grande importância para a reflexão e atividade sobre a questão do negro na sociedade brasileira. Nascido em 1914, teve uma trajetória longa e produtiva.

Desde poeta (com a Hermandad, grupo com o qual viajou de forma boêmia pela América do Sul), até ativista do movimento negro, ator (criou em 44 o Teatro Experimental do Negro), escultor. Após a volta do exílio (68-78), insere-se na vida política (foi senador), além de colaborar fortemente – tornando-se portanto, um ícone para o Movimento Negro – para a criação do Movimento Negro Unificado (78).

“A comunidade negra tem que ser fiel a si mesma, fiel a seus antepassados, fiel à história de nossas lutas, e não deixar-se emprenhar pelo ouvido ao ficar escutando mensagens derrotistas, que se prestam a tirar a força, a energia e o ímpeto que o negro tem para lutar por seus direitos. É preciso dar continuidade à grande luta de Zumbi dos Palmares. O direito está a nosso favor. Os orixás estão nos prestigiando e nos amparando. É nossa beleza É nosso futuro.”

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 680, DE 2006

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, Requeiro voto de aplauso à Universidade de Brasília – UNB, na figura do Reitor Timothy Martin Mulholland pela concessão do Título de Doutor **Honoris Causa** para Abdias do Nascimento no dia 14 de junho às 17:00 h.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Registro que se trata de personalidade que nos honra a todos que trazemos nas veias a luta e a esperança das negras e dos negros guerreiros.

Em votação os dois requerimentos de V. Ex^a.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os dois requerimentos de V. Ex^a.

Serão encaminhados os votos de aplauso tanto ao Sr. Abdias quanto ao Reitor da Universidade de Brasília.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

E continua V. Ex^a, Senador Paulo Paim, com a palavra pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Tenho certeza de que o evento que será realizado hoje na UnB fará o devido registro dessa decisão do Senado da República numa singela homenagem tanto à UnB como ao nosso grande Abdias.

Sr^a Presidente, volto, mais uma vez, a um tema que me trouxe à tribuna desta Casa segunda, terça, quarta e me traria amanhã se não fosse feriado e me traria sexta e me trará segunda, trará terça, quarta e me trará quinta, se necessário, até que votemos aqui a MP que reajusta os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Mais uma vez gostaria de dizer que não há nenhuma dúvida de minha parte quanto à votação da MP que trata do reajuste dos aposentados e pensionistas, a qual, provavelmente, ocorrerá na semana que vem.

Anuncio a este Plenário, Senadora Heloísa Helena, que tive o cuidado de falar, inclusive, com as Centrais Sindicais, todas as confederações, tanto de aposentados e pensionistas, como as confederações dos trabalhadores.

Depois citarei uma por uma, mas já permito o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. O que estou falando, V. Ex^a já percebeu, é sobre o reajuste que entendo tenham direito os aposentados e pensionistas, que não ganham – quero sempre enfatizar isso – mais do que seis ou sete salários mínimos. Quer di-

zer, 6,7% de reajuste aprovado na Câmara e que eu espero que o Senado referende.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Eu não me canso de louvar a sua coerência. V. Ex^a tem sido coerente em toda a sua atuação nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Fico feliz em vê-lo tomar uma posição como essa, que eu também vou tomar. Mais de uma vez estivemos juntos em várias campanhas que V. Ex^a teve, às vezes, até a audácia de comandar. E essa é uma delas, agora em favor dos aposentados. Já estivemos juntos em relação às etnias; já estivemos juntos no salário mínimo, com relação a que, aliás, nunca fizeram aquilo que desejávamos. Mas, de qualquer maneira, fomos parte importante para se chegar a esse salário mínimo. De modo que V. Ex^a só merece o meu louvor, o meu aplauso. Eu me sinto feliz em ver no Senado um homem com a sua coerência, a despeito de problemas partidários ou ideológicos. V. Ex^a é um símbolo na luta pelos trabalhadores brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu aproveito o gancho que V. Ex^a dá, porque me lembra a luta dos US\$100, o que unificou, de forma suprapartidária, a nós todos. V. Ex^a pelo PFL, nós pelo PT, e tantos outros setores.

Porque eu falo isso? Aproveito o gancho de V. Ex^a. Outro dia me perguntaram: “Paim, a luta dos US\$100 lá atrás chegou em dois momentos, mas agora avançamos um pouco mais em relação a dólares”. Eu não fujo, inclusive, do debate do dólar. O que é um salário mínimo ideal, se considerarmos a OIT, a referência internacional em dólares? Quinhentos dólares. Ora, se qualquer um de nós, naquela oportunidade, Senadora Ana Júlia, propusesse US\$500, mandariam nos prender: “Prendam-nos, porque devem estar com problemas que exigem tratamento de cabeça”.

O que fizemos? Este é um debate tranqüilo que faço em qualquer lugar. Nós propusemos US\$100. E me perguntavam à época: quando chegar a US\$100, qual será o caminho? Serão US\$200. E quando chegar a US\$200? Serão US\$300. Este é o objetivo nosso. Do contrário, não há razão para termos sido ampla maioria, inclusive Constituintes. Fizemos a Constituição para quê? Porque queremos construir o salário mínimo ideal. Isto é uma meta, um objetivo. Isso estamos construindo sempre.

Agora ninguém de nós apresentou salário mínimo em dólares porque o proíbe a legislação. Apresentamos salário mínimo em reais. A referência internacional que a OIT usa é o dólar, e não poderia ser outra.

Portanto, fico muito tranqüilo quanto a este debate. Alguns se fazem de desentendidos e dizem que a luta terminou. O que é isso? Senadora Ana Júlia, temos uma meta na reforma agrária, por exemplo. Tudo bem,

digamos que tenhamos atendido um milhão de famílias. A luta terminou? Não, a luta é para atendermos 1,5 milhão ou 2 milhões. Esse é o processo.

Quanto à taxa de juros, se ela for de 20% e eu disser que o ideal é diminuirmos três pontos, para que vá para 17%, por exemplo, qual será a outra meta? Que vá para 15%. Como ouvi na fala de V. Ex^a, a meta depois é que vá para 12%. E a meta é que seja um juro equilibrado no País, com o qual possamos efetivamente sustentar a economia, reativando o mercado interno e gerando mais postos de trabalho, porque sabemos que taxa de juros não gera emprego. Mas são metas. E alguns, de forma, eu diria, malandra – não me estou referindo aqui a algum político –, tentam distorcer a campanha que fazemos com objetivos claros, definidos. Perguntaram-me nestes dias: “qual a nota que o senhor daria para um governo bom, excelente?” Digo que não há governo excelente. Senadora Heloisa Helena, se V. Ex^a um dia for Presidente da República e me perguntarem isso, por melhor que for o seu governo, não lhe darei mais que oito ou nove sempre, porque penso que V. Ex^a sempre pode produzir mais. Senão, estarei na contramão da história, dizendo que não aprendemos e que não temos competência para fazer sempre mais. O objetivo é avançar sempre e chegar próximo ao ideal, porque ao ideal sabemos que nós, humanos, não chegaremos nunca.

Então, é nessa linha e nessa ótica que volto ao meu discurso. Por que entendo que é mais do que justo darmos 16,7% de reajuste? Aqui eu dizia antes que conversei, por exemplo, com o Presidente da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Tenho aqui uma carta em que ele faz um apelo emocionado para que o Senado aprove os 16,7% para que aqueles trabalhadores – no caso, aposentados e pensionistas –, que trabalharam a vida toda, que ganham até, no máximo, repito, seis a sete salários mínimos, tenham o mesmo reajuste dado ao mínimo porque eles têm uma defasagem – está aqui a tabela, que vou deixar aqui, e o discurso é público – que chega hoje a 71,86% dos seus vencimentos.

Eu fui falar com as centrais sindicais essa tarde. Na Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, falei com o Sr. Canindé Pegado; na Central Única dos Trabalhadores – CUT, com o Sr. Wagner Gomes; na Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias – CNTI e na Nova Central, com o Sr. José Calixto Ramos; na Confederação Nacional do Comércio, com o Sr. José Carlos Schulte; na Confederação Geral dos Trabalhadores – CGTB, com o Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira. Falei com cada um deles. Na Central Autônoma dos Trabalhadores – CAT, falei com o Sr. Paulo Roberto Nascimento; na Força Sindical, com o Sr. João Carlos

Gonçalves. O que eles me disseram? Interagimos junto ao Executivo em tudo o que for possível. Agora, a bola está com o Congresso Nacional, que vai dar a última palavra. E tomara que o Congresso Nacional consiga ampliar e dar exatamente os 16,7%.

Então, que fique claro que não há ninguém no movimento sindical... Até porque, Senadora Ana Júlia, não poderia ser diferente. Calculem V. Ex^{as} se fosse verdadeiro o contrário, o Movimento Sindical dizer: Não, Congresso, embora vocês vão apontar as fontes – porque tenho todas as fontes –, não devem dar aumento para aposentados, porque não queremos. Só se esse líder sindical, aí sim, estivesse numa condição de “ladeira abaixo”, o que não é o caso.

Todos me disseram, todos. Não houve uma confederação nem uma central que não dissesse que “a bola está com o Congresso”. Se o Congresso entender que é possível estender o que foi assegurado ao salário mínimo para os aposentados, como foi na Câmara, terá nossas palmas.

Então, que fique claro: ninguém do movimento sindical é contra o reajuste dos aposentados e pensionistas. É que nem aquela história: eu era sindicalista há muitos anos e negociava com os empregadores. Pois bem, chegou um momento em que eu fui ao máximo, não houve acordo; nós tivemos que instalar o dissídio coletivo, e a Justiça concedeu mais. Qual é a minha posição? Palmas para a Justiça. Ela deu mais do que eu tinha conseguido até aquele momento. E o Congresso pode fazer essa justiça.

Senadora Ana Júlia, concedo um aparte a V. Ex^a, que é uma conhecedora desse tema e que o trata com muita competência.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Eu queria fazer o registro exatamente quando V. Ex^a disse que, se nós conseguirmos baixar mais ainda a taxa de juros, conseguiremos mais recursos para investimento, para o reajuste dos aposentados. Então, isso é fundamental. Ontem, fizemos um debate na Comissão de Assuntos Econômicos com toda a diretoria do Banco Central. E sempre se tenta dizer que quem defende que se baixem os juros... Que aqui parece ocorrer o contrário: quem é da base de apoio do Governo... E isso não tem nada a ver.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É um equívoco.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – É um equívoco, porque, até onde eu sei, a Fiesp, a CNI, todos os empresários deste País...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os trabalhadores.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – ...e os trabalhadores defendem que se baixem mais os juros. É

lógico que ninguém defende inflação. Nenhum sindicalista defende a inflação. Ninguém é louco de defender a inflação. Sabemos que são os mais pobres que perdem com a inflação, porque não têm como se defender dela. Mas o que discutimos ontem com a diretoria do Banco Central é que existem outros parâmetros importantes também quando se vai discutir o controle da inflação. O Banco Central colocou que olha a questão do mercado de trabalho, mas eu digo que deveria olhar com mais atenção, com peso maior a questão da geração de emprego. A última taxa de crescimento do primeiro quadrimestre mostrou o seguinte: foi fundamental o consumo interno. Isso mostra que programas sociais – não me refiro a uma pequena distribuição, mas a programas verdadeiros, significativos, políticas públicas que atingem o povo, como o reajuste do salário mínimo, que já passou dos US\$100, mencionado aqui por V. Ex^a – têm permitido uma distribuição de renda maior e um consumo maior do povo. Isso é normal e nos mostra o espaço que existe. Então, quanto menores os juros, com certeza, mais recursos vamos ter para investimento no povo, na geração de emprego e distribuição de renda. Isso mostra que podemos distribuir e crescer. Existe aquela história de que o bolo precisa crescer para depois ser distribuído. Não. Está comprovado que, distribuindo, também crescemos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Júlia. Como é bom fazermos este debate tranquilo, porque não dá a impressão de que quando advogamos uma causa estamos contra alguém. Nós não estamos contra ninguém. Estamos a favor da causa, do princípio, dos objetivos, da construção, da caminhada, do aprendizado, para dizer que podemos avançar na linha de garantir mais qualidade de vida para o nosso povo, para a nossa gente, especialmente, no caso deste pronunciamento, para os aposentados, pensionistas e idosos. Isso alguns não entendem.

Por isso, Senadora Ana Júlia, quando V. Ex^a traz a debate o juro, eu me sinto também gratificado. Toda vez que se diz que alguém está a favor da diminuição dos juros, diz-se que essa pessoa está contra alguém. Por que contra? Não posso estar a favor? Estou a favor de que se diminua a taxa de juros. Sou a favor da melhoria da qualidade de vida dos aposentados e pensionistas, não sou contra ninguém. Então, com tranquilidade, eu faço esta exposição.

Senadora Heloísa Helena, não quero abusar do tempo, mas desejo falar da nossa querida Varig. Achei importante o que foi divulgado sobre a decisão da Corte de Falências de Nova Iorque, que prorrogou em até mais oito dias – se não me engano, dia 21 de junho – a liminar que evita o arresto dos aviões da Varig.

A decisão da Justiça nova-iorquina deve-se à informação dada pelo juiz que trata do caso no Brasil, durante audiência, de que a Varig obteve outra oferta, que se somará à do consórcio dos trabalhadores. Apesar da insistência dos arrendadores e do clima tenso, a empresa brasileira recebeu mais um prazo para construir esse grande entendimento.

A decisão americana deve-se, em especial, ao esforço do juiz brasileiro, em sintonia com a corte americana. No decorrer desses oito próximos dias, deve ser apresentada mais uma oferta de US\$400 milhões, valor que se somará ao do consórcio dos funcionários. Com isso, estaríamos viabilizando a nossa Varig.

Informo que a empresa negou hoje que vai cancelar vôos internacionais nos próximos dias. Sei que há a preocupação de algumas embaixadas e consulados em relação a esse quadro, mas acreditamos numa saída possível e viável.

A empresa afirma que está negociando uma forma de acerto das dívidas com os credores e que alguns vôos estão sendo cancelados, mas que os que não estão cancelados apresentam total segurança. A frota da companhia é composta de sessenta aviões, sendo que quarenta e dois estão operando normalmente.

Quero reafirmar o nosso apoio à Varig. Tenho certeza de que vamos encontrar uma saída positiva, que traga benefícios ao conjunto da população deste País e, principalmente, às dezoito mil famílias envolvidas diretamente na negociação da Varig.

Concluo, Sr^a Presidente, na linha que iniciei, pedindo que sejam registradas nos Anais da Casa as duas cartas que recebi da Cobap, fazendo apelo aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras para que aproveamos a emenda dos 16,7%, que garantirá o reajuste aos nossos milhões e milhões de aposentados e pensionistas de forma direta.

Aliás, V. Ex^a lembrava, como relembro agora, que não é nem reajuste, mas uma redução das perdas, que estariam em 71,25% e ficariam em torno de 60% se assegurarmos essa diferença de mais 11%, já que 5% estão assegurados.

Vamos trabalhar todos de forma muito tranquila e solidária, dialogando muito com o Executivo, para que não só o projeto seja aprovado, mas também para que seja evitado o veto.

Era isso, Sr^a Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º,
do Regimento Interno.)*

COBAP

Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas.

Brasília, 09 de junho de 2006.

AOS NOSSOS ILUSTRES SENADORES, REPRESENTANTES DO POVO BRASILEIRO

OS MILHÕES E MILHÕES DE BRASILEIROS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS DO RGPS, CLAMANDO POR JUSTIÇA E EQUIDADE SOCIAL, PEDEM O APOIO DESSA CASA LEGISLATIVA PARA QUE SEJAM ATENDIDAS AS SUAS REIVINDICAÇÕES, ENTRE OUTRAS:

- ✓ **GARANTIR O SALÁRIO MÍNIMO CONSTITUCIONAL QUE ATENDA AS NECESSIDADES BÁSICAS DA FAMÍLIA COM ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, LAZER E PREVIDÊNCIA SOCIAL**
- ✓ **APOIAR A MEDIDA PROVISÓRIA 288, COM OS DESTAQUES APROVADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS QUE, SOLIDÁRIOS E CONSCIENTES, APROVARAM O MESMO ÍNDICE APLICADO AO SALÁRIO MÍNIMO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, INDEPENDENTE DO VALOR.**

DIGNIDADE E RESPEITO – É O QUE CLAMAM OS 24 MILHÕES DE BRASILEIROS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

ESTAS SÃO MEDIDAS IMEDIATAS QUE CONSIDERAMOS ESSENCIAIS E JUSTAS PARA A COMPOSIÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS, IDOSOS E DOS TRABALHADORES EM GERAL, PROMOVENDO-SE, ESSENCIAL E PRIORITARIAMENTE, A ERRADICAÇÃO DA POBREZA E A DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, CONCRETIZANDO O QUE PARA NÓS É MAIS DO QUE ESPERANÇA, É RESPEITO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, RESPONSÁVEIS PELO SUSTENTO DE MAIS DE 70 MILHÕES DE BRASILEIROS SABERÃO RECONHECER E APOIAR, NO MOMENTO CERTO, AQUELES QUE SE COMPROMETERAM COM A CAUSA DO SEGMENTO

Hermélio Soares Campos
Presidente em exercício

AO ILUSTRE E FIEL DEPUTADO ARANALDO FARIA DE SÁ - AMIGO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL

Muito nos orgulha dizer a V. Exa. "Obrigado e Parabéns", em nome dos milhões e milhões de aposentados e pensionistas deste País que, como dissemos, retribuirão, no momento certo, àqueles que empenharam seu voto em favor desses brasileiros que, bem ou mal, depositaram uma exasperada esperança no atual Governo, pois assim dizia o líder máximo eleito para comandar a Nação.

Aos aposentados e pensionistas, beneficiários do INSS, o discurso tinha um foco claro e um compromisso com as lideranças dos aposentados, **recuperar, mesmo que aos poucos, as perdas acumuladas frente ao salário mínimo.**

Este foi o primeiro ponto de debate e a primeira bandeira que o movimento dos aposentados, liderado pela COBAP, buscou para dialogar com o governo, que se apresentou surdo às reivindicações, mudo ao diálogo e cego às condições subumanas que se encontram os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

Nossas perdas, todos sabem, superam a casa dos 60%. Oportuno lembrar que duas reformas da previdência ocorreram, em 1998 com a Emenda Constitucional nº 20 e em 2003, com a EC 41. Elevaram-se os tetos, aumentou-se a contribuição, sem que um único centavo tenha sido repassado aos beneficiários.

Por isso, o mínimo que pode ser dado de reajuste para os benefícios previdenciários, de modo a garantir seu poder de compra, seu valor real e a garantia constitucional da irredutibilidade é o igual percentual de **16,67% A TODOS OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.**

Não se diga ser deficitário o sistema previdenciário. O superávit da Seguridade Social cresceu em 2005. A ANFIP, em documento expedido por ela, apresenta, para o ano de 2005 um superávit de **56,9 bilhões de reais.** Mais do que isso, a Seguridade Social continua sendo utilizada como instrumento do ajuste fiscal das contas públicas. A DRU subtraiu mais de **32 bilhões** de receitas de contribuições sociais. Mesmo depois desse desvio bilionário, sobraram **24,8 bilhões.**

Lembremo-nos, como já apontado nessa Casa Legislativa, há uma dívida histórica da União, nunca paga, prevista para respectiva auditoria pela Lei nº. 3.807/60, bem como pela Lei 8.212/91. Uma medida urgente, por nós reivindicada, é o instrumento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o quanto é devido pela União.

Por óbvio que, em qualquer orçamento, mesmo o caseiro, retirar tal monta, só levará a uma conclusão: **faltarão dinheiro e, com isso, haverá déficit,** mas não pela primazia destas contribuições, qual seja, **pagar benefício!!!**

A COBAP não se rendeu. Não aceitou o acordo proposto pelo Governo, em respeito ao segmento que legitimamente representa. Contribuímos para a construção da Previdência Social e da Nação. **Dignidade e respeito**, é o que clamam os milhões e milhões de aposentados e pensionistas, responsáveis pelo sustento de mais de 70 milhões de brasileiros.

Este é o fundamento que norteia a Constituição brasileira - *dignidade da pessoa humana*. Também o é a **erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais**. A indignação dos beneficiários, não só com este governo, mas com todos aqueles que trataram-nos como cidadãos de segunda classe, jogados à miserabilidade, tem de chegar ao fim. É o que esperam os mais de 24 milhões de brasileiros, beneficiários do RGPS, capazes, com sua organização, não só em ano eleitoral, mas a cada dia, de decidir e lutar por novos rumos a serem dados à Nação.

Por final, esperamos prosseguir contando com o seu apoio na oportunidade da VOTAÇÃO DA EMENDA DO SENADOR PAULO PAIM À MP 291 e ver concretizada nessa Casa do Povo, a esperança que ainda temos em ver cumpridos os preceitos constitucionais do bem-estar e da justiça social.



Hermélio Soares Campos
Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, que será atendido na forma do Regimento.

Passo a palavra à Senadora Ana Júlia e, em seguida, ao Senador Tião Viana.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senadora.

Quero iniciar o meu pronunciamento fazendo um registro elogioso e saudando os sindicalistas José Lopez Feijó, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e Luiz Cláudio Marcolino, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, minha categoria, que estão editando a **Revista do Brasil**, uma revista muito interessante, com qualidade nas suas matérias.

Quero parabenizar esses sindicatos, que se preocupam não só com a melhoria da qualidade de vida das suas categorias, mas também com o oferecimento à sociedade de uma revista de qualidade. Vejo aqui,

inclusive, uma conterrânea paraense, Lourdes Barreto, numa matéria muito interessante sobre a grife Daspu e a ONG Da Vida. A Daspu é uma grife, criada pela ONG Da Vida, que, com muita responsabilidade social e muita irreverência, é sustentada por prostitutas.

A Maria de Lourdes Barreto faz parte da ONG Da Vida e é do Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém, que buscam dignidade.

Sei que isso não é fácil, mas elas buscam dignidade e elas têm direito de buscar seus direitos, sua dignidade.

Eu gostaria, então, de saudar o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Bancários de São Paulo por essa bela revista.

Algo que tem me chamado a atenção nas pesquisas eleitorais é que o Presidente Lula, salvo as pesquisas no auge da crise, sempre liderou a corrida sucessória. Agora, pelas últimas pesquisas, o Presi-

dente livra uma dianteira enorme sobre o segundo colocado, o ex-Governador de São Paulo.

Segundo dados da CNI-Ibope, o Presidente tem 48% das intenções de voto, o ex-Governador tem 19%, a Senadora Heloísa Helena tem 6%, o Senador Cristovam Buarque tem 1% e outros candidatos não pontuaram. É lógico, é claro, é evidente que o cenário político deve e vai ser alterado, porque pesquisa é retrato de momento e não significa que os percentuais vão se repetir. Mas também é evidente – e fica cada vez mais evidente – que os números do Presidente Lula são muito sólidos, principalmente quando se referem a uma parcela da sociedade brasileira. É o Presidente Lula, inclusive, que apresenta a menor taxa de rejeição entre, pelo menos, os três principais concorrentes.

A avaliação do desempenho do Presidente e também do desempenho, como um todo, do Governo tem melhorado a cada levantamento estatístico. Isso é uma realidade. Tudo isso tem sido comentado seguidamente. É verdade! Como costume dizer, pesquisa não determina, mas, como é feita em base científica, aponta-nos rumos, com certeza absoluta.

Porém, há um aspecto que chama atenção de forma realmente muito significativa: a fidelidade impressionante demonstrada nas faixas de público de mais baixa renda. Isso é mais do que fidelidade. Não é fidelidade, mas carinho, uma identificação do povo, uma ligação extremamente forte entre o povo mais pobre e o Presidente da República e o Governo do Presidente Lula. As pessoas se vêem refletidas na pessoa do Presidente Lula. Só isso pode justificar índices tão robustos. O povo pobre deste País sabe que o Governo Lula fez, e continua fazendo, muito para melhorar sua vida. O povo mais pobre deste País, ao mesmo tempo o povo mais simples, mais sincero, mais honesto, é extremamente grato àqueles que lutam por seus direitos e melhoram sua vida.

Vou citar alguns dados do Programa Bolsa-Família. Dizer que é uma continuidade de programas, Senador Paulo Paim, sinceramente, é miopia. O programa atingia uma parcela muito pequena da sociedade na administração anterior; atualmente, é política pública. Vejam bem, são mais de 9 milhões 240 mil famílias atendidas. Entre as crianças beneficiárias do programa, 94% fazem três refeições por dia. Sabemos o quanto é importante para nossas crianças fazer três refeições por dia; é fundamental, inclusive, para o desenvolvimento intelectual, a fim de que possam competir em igualdade de condições com os filhos daquelas pessoas que podem dar alimentação sem precisar de qualquer tipo de política pública na área social.

O salário mínimo, Senador Paulo Paim – e é impossível falar dele sem lembrar de V. Ex^a e de tan-

tos outros –, com esse reajuste, que foi o maior dos últimos 20 anos, que proporcionou o maior poder de compra dos últimos 25 anos, é responsável também pelo crescimento do consumo interno. O crescimento no País não foi baseado, no último quadrimestre, nas exportações, e sim no consumo interno. Pois bem, o salário mínimo está colocando mais alguns bilhões de reais no bolso de milhões e milhões e milhões de trabalhadores.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia mais de R\$10 bilhões para os agricultores familiares do País. Isso é distribuição de renda. Como V. Ex^a disse ainda há pouco, um milhão de famílias a mais está tendo acesso a recursos, a crédito e a assistência técnica, o que é uma revolução no campo. Se juntarmos isso às últimas medidas normativas do Governo com relação à regulamentação fundiária na Amazônia – quem possui até 100 hectares vai receber o título, e quem possui até 500 hectares vai poder utilizá-la com tranquilidade –, tudo isso, além de trazer paz ao campo, permitirá maior distribuição de renda e maior acesso dos agricultores familiares aos programas de crédito.

Além disso, o Programa Luz para Todos tem beneficiado milhões de pessoas. Portanto, é fácil entender por que os índices do Presidente Lula não param de melhorar.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Júlia Carepa, este fim de tarde, início de um feriado – haverá votação apenas na próxima terça-feira –, está sendo muito rico para um debate tranquilo e do mais alto nível, envolvendo Senadores e Senadoras. Eu tomo a liberdade de dizer a V. Ex^a que, em minhas campanhas para Deputado Federal e, depois, para o Senado Federal, usei sempre o mesmo *slogan*. Eu dizia: “Fizemos muito, mas temos ainda muito por fazer”. Eu mostrava que tudo aquilo que fizemos ainda é pouco, inclusive em meu mandato, e que temos que produzir muito mais. V. Ex^a segue exatamente a mesma linha. O que V. Ex^a aponta, em relação ao Presidente Lula, segue a linha do segundo mandato: fez muito, mas há muito por fazer. É nessa linha da construção, da distribuição de renda, de que é possível avançar ainda mais, que V. Ex^a sustenta o seu pronunciamento, incluindo – não há como não falar, eu também usei o termo ontem – o salário mínimo. Em aumento real, o último aumento foi, sim, o maior dos últimos 25 anos. V. Ex^a tem o direito legítimo, como lutadora que é, de trazer este debate, apontando os caminhos. Eu gostaria de fazer apenas um acréscimo. Se me perguntassem qual é a nota do meu mandato, eu pediria que não me

dessem mais que oito. É um exagero. No entanto, se quiserem me dar menos, é legítimo. Mas, para mim, não pode ser mais do que oito. Eu sonho em avançar e produzir mais. É a postura de cada governante, de cada um de nós, pelo compromisso que temos com o povo. Parabéns pelo equilibradíssimo pronunciamento, que demonstra que estamos avançando.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Paulo Paim. O aparte de V. Ex^a vem inclusive ao encontro do que ainda vou registrar.

Peço à Presidência mais dois minutos, para que possa concluir o discurso.

Abordando essas situações, um dado permite entender por que os índices do Presidente Lula não param de melhorar. É um dado que merece maior atenção e que derruba teorias eleitorais que afirmavam que o voto do povo mais pobre é mais volúvel, mais passível de mudança, mais volátil. Essa tese está indo para o espaço. Os votos do ex-Governador são menos consistentes do que os do Presidente Lula. Sei que é cedo para falar, mas, como registrei desde o início, pesquisa é apenas o retrato de um momento, e tenho certeza de que haverá mudanças com relação a esses dados. Contudo, parece-nos uma visão justa de que pelo menos a população mais pobre já escolheu. Há fortes indícios de que esse povo já sabe quem é seu candidato.

Parece que o alto baronato empresarial, os donos do sistema financeiro, também já escolheram seu candidato: o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. E o candidato do povo mais pobre, do povo trabalhador, cada vez mais, é o Presidente Lula.

Isso foi divulgado na imprensa. Inclusive a pesquisa em um fórum de empresários, em que 93% deles vota no ex-Governador.

Senador Paulo Paim – e isso vai inclusive ao encontro do que V. Ex^a disse –, eu me animo muito a pensar que um programa de governo que invista mais ainda no povo, no mercado interno e em infra-estrutura possa baixar de forma mais acelerada a taxa de juros. O Brasil pode, sim, crescer 5%, 7%, 8%, até 10%, mas é preciso que adotemos essas medidas, e elas precisam ser adotadas logo, pois quanto maior a taxa de juros, mais gastamos pagando os juros da dívida, e menos em investimento, em infra-estrutura, em políticas públicas, em programas sociais. É possível desenvolver um programa que avance nesse sentido.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Ana Júlia Carepa, gostaria de fazer uma breve observação ao raciocínio que V. Ex^a faz de que o Presidente Lula está na frente, portanto, ele vai ganhar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Eu não disse isso.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Assim sendo, V. Ex^a concorda que Aécio Neves vai ganhar em Minas e que José Serra vai ganhar em São Paulo porque os dois também estão na frente. Acredito que é muito cedo ainda para uma decisão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Senador Eduardo Azeredo, fiz questão de registrar, e acredito que todas as pessoas ouviram, as Senadoras, os Senadores e a população que nos assiste pela televisão e que nos ouve pela rádio, que pesquisa é o retrato de um momento. Tenho certeza de que os dados se alteram e que isso não significa que o Presidente Lula vai vencer a eleição.

Fiz aqui uma análise – e não poderia deixar de fazê-la – sobre os dados de pesquisas em relação aos setores da sociedade brasileira que têm confirmado o voto no Presidente Lula, cada vez mais. E isso é real!

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Muito bem, Ana Júlia!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Então, pesquisas mostram o candidato escolhido pelos trabalhadores, pelo povo mais pobre – pelo menos grande parte desse povo mais pobre. Isso é verdadeiro. Por isso, não dá para não enxergarmos essa realidade.

Se tivermos condições de liberar um espaço maior ainda para os investimentos sociais, para os investimentos de base, para os investimentos de infraestrutura, o Brasil vai crescer mais e mais, distribuindo renda. Estamos mostrando que, ao distribuir renda, é possível haver crescimento, mesmo a uma taxa menor. Ao comparar-se o período de 1999 a 2003 com o de 2004 a 2006, é possível observar-se que a taxa de crescimento dobrou. Dobrou! Assim, liberando-se mais investimentos, o País crescerá mais e haverá maior distribuição de renda.

E o povo mais pobre, mais humilde, mais simples, esse povo brasileiro maravilhoso, é extremamente agradecido a quem não o esquece e a quem luta por seus direitos. Por isso, enquanto os formadores de opinião estão atônitos, atarantados, confusos e desorientados, o povo brasileiro demonstra, cada dia mais, que está decidido, mais convicto, mais esclarecido.

Realmente, não será fácil a tentativa que sempre se fez de manipular o voto do nosso povo. Para mim, “sapato alto” é uma coisa terrível. Mas não posso deixar de dizer que tem sido essa a faixa da população que tem se mostrado fiel, carinhosa e identificada com o Presidente, com o Governo Lula.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Senador, vou pedir a V. Ex.^a que seja breve porque a Presidenta, Senadora Heloísa Helena, tem sido bondosa comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Darei todo o tempo necessário porque aproveito e testo a minha tolerância também. Pode ter o tempo que V. Ex.^a entender necessário.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço, Senadora Ana Júlia. Gostaria apenas de contribuir com essa sua linha de raciocínio sobre a manipulação do eleitorado brasileiro. Hoje, sem sombra de dúvida, vemos que há uma convicção formada por parte da grande mídia nacional, principalmente da mídia escrita, daqueles jornalistas mais intelectualizados, a respeito de fatos sobre os quais o País tomou conhecimento de maio para cá, tais como o mensalão, o ocorrido no Palácio do Planalto, capitaneado por José Dirceu, homem de toda a confiança do Presidente Lula, a forma antidemocrática do Ministro da Fazenda ao quebrar o sigilo bancário do caseiro, uma pessoa do povo. Então, todos aqueles que conseguem entender a realidade brasileira, os fatos que vieram à tona, sabem que não houve nenhuma deturpação. Todos nós tomamos conhecimento desses fatos, inclusive por meio do Duda Mendonça, que, aqui no Senado, disse que recebeu dinheiro lá fora para o pagamento da campanha do Presidente Lula, contrariando qualquer legislação. Muitos membros do PT choraram naquele dia. A manipulação existe, Senadora Ana Júlia, e agora é inverso, é o Presidente Lula se aproveitando dos mais carentes, dos mais necessitados, mas, lamentavelmente, menos informados, pois não têm acesso à grande mídia, à leitura, aos articulistas diversos que escrevem diariamente sobre a realidade do Governo, realidade já levada à Justiça pelo Ministério Público Federal, que denunciou a formação de quadrilha interna no Governo para se perpetuar no poder. Assistimos estarrecidos, aí sim, a essa manipulação do eleitorado. Verificamos, com muito receio, a utilização de programas assistencialistas como o Bolsa-Família, que faz parte de programas importantes, criados no passado, mas que agora foram expandidos de forma a cooptar o eleitorado, dentro daquela expressão de Hélio Bicudo, segundo a qual Lula é o coronel do século XXI que dá com uma mão o dinheiro do Bolsa-Família para tomar o voto com a outra. A manipulação ocorre talvez pela falta de informação daqueles que trabalham diuturnamente para sobreviver duramente na nossa sociedade e que não têm condições de ler jornais como a **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **O Globo** e outros. A manipulação vem exatamente por parte do Governo. Daí o resultado: o Presidente em campanha 24 horas,

fazendo proselitismo político em todos os seus pronunciamentos, armando um verdadeiro comício em cada atitude do Governo e dizendo que não é candidato. Manipulação existe hoje por parte do Governo, e lamentavelmente com sucesso – tenho que reconhecer. Sou temeroso sobre o futuro do País por conta disto: porque a realidade vai sempre vir à tona. Esperamos com ansiedade o programa eleitoral gratuito, para que a verdade possa ser colocada, na esperança de que a população, hoje ludibriada, seja esclarecida. O processo eleitoral servirá para isso. Senão, lamentavelmente, vamos ver o eleitor manipulado para eleger o Presidente, que não correspondeu às aspirações do povo brasileiro.

Agradeço o aparte que V. Ex.^a me concede.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Muito obrigada, Senador, mesmo discordando, mas também testando meu nível de tolerância, que, na verdade, testamos todo dia, principalmente quando se está numa Casa democrática. Isso é natural.

Essa idéia de que sempre o povo pobre não sabe pensar, não sabe escolher... O Fernando Henrique, no programa do Jô Soares, só faltou chamar o povo pobre de burro! Então, o povo já está cansado de ouvir essa lengalenga de que o povo mais pobre, mais humilde, não tem capacidade de perceber quem está realmente fazendo mais por ele.

Imagino uma mãe – e sou mãe – que vê seu filho comer três vezes ao dia, o quanto isso lhe causa impacto, porque, antes, ele não comia nada, ou ele comia dependendo de favores, talvez.

Fui ao lançamento do Pronaf Mulher e vi mais de trinta mulheres receberem financiamento para a agricultura, independentemente dos seus companheiros, dos seus maridos. E isso é algo novo. Hoje, a titulação de terra é feita, se for um casal, no nome do homem e da mulher. São essas as diferenças que a população começa a perceber. Os erros que aconteceram – V. Ex.^a sabe, e já falei por diversas vezes que reconheço todos os erros – foram graves, sim, e obrigou a base militante do nosso Partido a grandes mudanças, por meio das urnas.

Isso nos dá uma lição grande. Não estamos aqui falando que só existem acertos. Eu mesma tenho posições críticas. O que estamos dizendo é que muito está sendo feito. O que me anima muito é que, se pudermos ter um programa que aponte na direção, de mais investimentos, de menos juros, de mais investimentos no mercado interno, de mais infra-estrutura, haverá mais geração de empregos e maior distribuição de renda. Isso é o que está acontecendo.

A avaliação dos números hoje mostra que o povo sabe muito bem. E achar que o povo é burro porque

ele não lê alguns órgãos da imprensa escrita, sinceramente!... Alguns até eu prefiro que não entrem na minha casa porque lixo não deve entrar na nossa casa. Eu não dou dinheiro para comprar lixo, Senador Tião Viana. Então, acho que quem manipula a informação, como eu vejo, e aqui quero fazer a ressalva de que são alguns órgãos de imprensa, porque grande parte deles coloca a informação, mesmo que discordemos, de forma justa. Mas há alguns que têm manipulado, e chegou ao ponto de um jornal como **O Estado de S. Paulo** – que é um jornal considerado conservador –, fazer um editorial condenando aquela matéria absurda daquela revista semanal, que rasgou todos os princípios de jornalismo.

Então é essa análise que eu gostaria de deixar aqui ao povo. E vou continuar fazendo com que este País avance cada vez mais na direção daqueles que mais precisam.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, pelo tempo que entender necessário.

A Mesa é democrática. Eu desapropriei a Mesa do Senador Tião Viana hoje.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, a Senadora Ana Júlia já usou bem da tribuna, mas desejo cumprimentá-la, discordando de sua avaliação de que as eleições já estão bem encaminhadas. Vamos ter, agora, sim, o início do processo de eleições para que a população seja bem informada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que venho a esta tribuna para comentar a inauguração que a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) fez na última semana, na Usina Hidrelétrica de Irapé, no rio Jequitinhonha. Já em fase de comissionamento das máquinas, quando são identificadas as necessidades de reparo, a obra foi inaugurada pelo Governador Aécio Neves, na última semana, e estará totalmente concluída em dezembro deste ano. Irapé será capaz de gerar energia suficiente para abastecer um milhão de moradores das regiões norte e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Tenho ainda satisfação pessoal porque foi na época em que eu era Governador de Minas Gerais que efetivamente o processo de construção dessa usina se iniciou. Os estudos de viabilidade técnica, ambiental e econômica do aproveitamento hidrelétrico de Irapé se realizaram ainda em 1990. Em 1997, já durante a minha gestão como Governador de Minas, conseguimos a concessão da licença prévia do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Copam) para a realização da obra.

E a participação vitoriosa da Cemig na licitação de sua concessão se deu em dezembro de 1998.

Naquele período, foram também concluídas as Usinas Hidrelétricas de Nova Ponte e Miranda, iniciadas em governos que me antecederam. Realizamos ainda as obras da Usina Hidrelétrica de Igarapava, a primeira a ser construída em consórcio com a iniciativa privada, a qual tive a oportunidade de inaugurar, em dezembro de 1998.

A Hidrelétrica de Irapé, merecidamente batizada de Presidente Juscelino Kubitschek, está localizada entre os Municípios de Berilo e Grão Mogol. Com capacidade instalada de 360 MW, a usina gerará mais de 1,8 milhão MWh ao ano. A Cemig e o Governo de Minas estão investindo mais de R\$ 1 bilhão na construção da usina. Também é importantíssimo acrescentar que, no período de realização das obras, 8 mil empregos diretos e indiretos foram criados na região, uma das mais carentes de Minas Gerais.

Atualmente, a usina tem 400 empregados que serão reduzidos para cerca de 15, uma vez que os equipamentos são automatizados, de última geração e poderão ser operados a partir da sede central da Cemig.

Voltando aos testes de geração, esses serão iniciados com a máquina 1. Já em julho, será feita a sincronização das três máquinas. No mesmo mês, serão feitos os testes de giro com a máquina 2 e, em agosto, com a máquina 3. As obras civis também estão concluídas, assim como os acessos à usina. Ambos portanto entregues à população em julho.

Para o Brasil, o funcionamento da Usina de Irapé irá melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos, regularizando a vazão do principal rio da região. Também ampliará o intercâmbio de energia elétrica com outras regiões do País, além de melhorar a estabilidade dos sistemas de transmissão e distribuição.

Para os Municípios carentes do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, entretanto, o pleno funcionamento da hidrelétrica vai ainda gerar receitas importantes. Os Municípios de Cristália, Botumirim, Grão Mogol, Turmalina, José Gonçalves de Minas, Berilo e Leme do Prado, que terão parte de suas terras inundadas com a formação do reservatório, deverão receber, anualmente, R\$ 5,6 milhões em **royalties** pela exploração dos recursos hídricos em seus territórios. Essa cota será dividida entre as cidades, que poderão até quadruplicar suas receitas.

Mais que isso! Os Municípios conseguiram aumentar a arrecadação do Imposto sobre Serviço (ISS), e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além da oferta de emprego. Esses re-

curso serão aplicados em saneamento, saúde, educação e turismo.

Em muitos locais, o desenvolvimento tem se refletido no aumento do número de empreendimentos, como hotéis e restaurantes.

A Cemig também está fazendo muito mais. As 632 famílias ribeirinhas que foram deslocadas para a construção da Usina de Irapé já foram reassentadas em fazendas da região, conquistando melhores condições de vida. O projeto de relocação obedeceu aos critérios acertados com o Ministério Público e com a própria população. Quem teve as suas terras inundadas ganhou em média 60 novos hectares, providos de casa, energia, água, TV, telefone e serviços de transporte escolar. Para a transferência das famílias, a Cemig também providenciou construções necessárias do ponto de vista urbano, creches, postos de saúde, postos telefônicos, escolas e comércio, além da assistência técnica agrícola.

A construção da barragem de Irapé seguiu o Plano de Controle Ambiental, com o propósito de gerar o menor impacto possível para o meio ambiente. A comunidade dos sete Municípios atingidos está sendo estimulada à preservação pela educação ambiental. Professores recebem treinamento especializado e tornam-se multiplicadores. Antes de fechar as comportas, todos os cuidados ambientais foram tomados com a captura de animais e sua relocação.

A rica diversidade cultural do Vale do Jequitinhonha também foi preservada por meio de um trabalho iniciado pela Cemig e coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Importante ressaltar ainda a implantação de Centros de Referência que vão promover o resgate cultural do Vale, guardando documentos obtidos durante a construção da usina.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer da importância de um projeto dessa magnitude para a população do meu Estado e para o setor energético brasileiro. Um projeto, como pude lembrar, iniciado em outros governos. No Governo Hélio Garcia, a concessão; construção no meu Governo; obras iniciadas no Governo Itamar Franco e concluídas agora pelo Governador Aécio Neves.

Projeto, portanto, que, com o empenho de tantas gestões, se transformou em realidade e que outro Governo do PSDB, sob o comando de Aécio Neves, entrega ao Brasil e a Minas Gerais.

Sr^a Presidente, aproveitando esses minutos que restam, quero dizer de outra importante inauguração também realizada em Minas Gerais e que diz respeito ao meio ambiente, ao tratamento dos esgotos da capital mineira, Belo Horizonte. Os esgotos estão agora 100% tratados com a conclusão e inauguração da Estação

de Tratamento de Esgoto do Onça, que é a segunda estação de tratamento de esgoto da capital mineira. Esse também é um projeto que vem num caminhar de vários anos. Todo o trabalho de captura de esgotos, de canalização, de melhoria da região de Belo Horizonte foi feito. Tivemos, no passado, o projeto Prosam, em que foram aplicados US\$ 300 milhões na busca de melhores condições de saneamento para a cidade até chegar a essa construção pela Copasa, empresa de saneamento de Minas Gerais, entregue agora à população. Portanto, Belo Horizonte fica com o tratamento primário de esgoto em 100%. É muito importante essa observação porque vem devolver ao rio das Velhas, que é afluente do rio São Francisco, melhores condições de limpeza para que ele não fique tão poluído, como lamentavelmente já chegou a ocorrer.

É bom comemorarmos aqui, do ponto de vista da hidrelétrica, essa Usina de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, a região mais pobre de Minas, com benefício para a população, para as cidades ribeirinhas. Considerando a região metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista principalmente o meio ambiente, destacamos a importância do saneamento que traz essa estação de tratamento de esgoto.

Ainda hoje, Sr^a Presidente, estávamos reunidos na Comissão Mista discutindo a lei do saneamento e é importante que tenhamos rapidamente uma solução para essa questão a fim de que esse enfrentamento seja efetivo, dando condições aos Municípios, aos Estados de desenvolver um programa mais abrangente na área do saneamento. São necessários bilhões de reais para enfrentar esse problema. Precisamos de uma lei clara que respeite a titularidade dos Municípios, que têm sob a sua responsabilidade essa questão, mas que, mediante convênios com empresas estaduais, poderão continuar cumprindo a sua missão de dar à população melhores condições ambientais.

Esperamos que, na próxima semana, sob a presidência do Senador César Borges e com a relatoria do Deputado Júlio Lopes poder avançar um pouco mais, votando o projeto dessa importante lei de saneamento, que vai possibilitar a várias cidades brasileiras ter a sua estação de tratamento do esgoto, como ocorre em Belo Horizonte, onde, como eu disse, acaba de ser inaugurada a Estação Ribeirão do Onça. O caso de Belo Horizonte é um bom exemplo porque a Prefeitura, dirigida pelo PT e o Governo, pelo PSDB, caminham bem nessa questão de saneamento. A empresa de saneamento do Estado tem participação acionária da Prefeitura de Belo Horizonte, que indica pessoas para participar da gestão da empresa.

Esse, portanto, é um dos caminhos que temos para enfrentar o problema do saneamento, que no

fundo está relacionado com a saúde da população brasileira.

Quero ainda falar da infra-estrutura, assunto que me trouxe tantas vezes a este plenário, buscando e cobrando soluções. Na verdade, faço hoje um registro positivo, mostrando que nem sempre estamos apenas criticando. Cumprimento o Ministro Paulo Sérgio Passos, que, cumprindo o que havia acordado, publicou a decisão de continuar as obras de duplicação da importante rodovia Belo Horizonte – Brasília. A abertura da licitação deverá ocorrer em julho.

Faço esse cumprimento com toda naturalidade porque acredito ser exatamente dessa maneira que poderemos ter um avanço no Brasil. Cumprimento o exemplo da obra encaminhada.

É evidente que esse é apenas um ponto. Ainda falta muito, Senador Tião Viana – tenho que soprar e morder. Na verdade, estou soprando porque a obra é importante; mas, por outro lado, existem muitas e muitas outras BRs que ainda precisam de obras em todo o Brasil. Espero que essa seja apenas o início de uma série de outras obras importantes de que o País precisa.

Sr^a Presidente, eram esses os fatos importantes relativos ao meu Estado, Minas Gerais, que eu tinha de comunicar hoje às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, fatos esses que têm repercussão nacional na área de hidrelétricas e do saneamento como um todo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Vice-Presidente do Senado, que hoje teve a cadeira desaproprada, gentil e delicadamente, por mim.

V. Ex^a dispõe do tempo que considerar necessário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal um assunto que julgo de muita relevância.

Trata-se do anúncio feito nos últimos dez dias nos Estados Unidos de uma vacina que trará proteção efetiva contra a segunda doença que mais mata mulheres no mundo. Falo do câncer. As mulheres têm, como primeira causa de morte, o câncer de mama; em segundo lugar, o câncer do colo do útero. São 288 mil mulheres que morrem todos os anos em decorrência do câncer do colo do útero. O Brasil perde 8 mil mulheres vítimas do câncer do colo uterino. É como se 80 aviões Boeings cheios de mulheres caíssem todos os anos. Infelizmente, as ações de controle e prevenção ainda estão aquém das expectativas e dos direitos à

proteção que as mulheres deveriam ter contra essa doença evitável.

Todos sabem que o câncer do colo uterino, em 99% dos casos, é causado por um vírus chamado **Human Papilloma Virus**. Na cultura popular, é conhecido como doença da crista de galo. São pequenas verrugas na região genital que levam, no decorrer dos anos – algumas linhagens do vírus –, ao desenvolvimento do câncer de colo uterino. É uma doença que maltrata, que mutila, que traz fortíssimos danos às mulheres, especialmente na idade reprodutiva.

O Governo americano desenvolveu a vacina por meio de instituições científicas e de pesquisa. Houve um estudo multicêntrico em todo o planeta. A Universidade de Campinas participou de uma área. O Instituto Butantã, em São Paulo, participou da pesquisa de outra linhagem da vacina. Duas vacinas estão sendo produzidas hoje; uma já foi liberada para o consumo humano nos Estados Unidos, a outra está em fase de liberação final.

As vacinas atingem as quatro linhagens de vírus mais comuns: as linhagens tipo 6, 11, 16 e 18, que são as grandes causadoras desses transtornos. Uma é produzida pelo Laboratório Merck Sharp & Dohme e outro pela Glaxo Smith Kline. Então, uma protege as quatro linhagens; as outras, apenas duas linhagens. O Instituto Butantã, de São Paulo, atua e está numa fase final de testes em animais, para depois entrar na fase humana, fabricando uma vacina própria, nacional, para proteger as mulheres contra as linhagens dos vírus 16 e 18.

Então, o Brasil tem uma grande oportunidade de causar um fortíssimo impacto de saúde pública em sua população feminina, adotando essa vacina de imediato. Penso que o Governo brasileiro deveria fazer uma reunião especial, interministerial, com a participação da Secretaria Especial da Mulher, do Ministério da Saúde e dos órgãos de ação social, e assumir como emergente, de maneira definitiva, essa decisão de proteger todas as nossas mulheres na faixa etária de 9 a 26 anos contra o câncer de colo de útero. Seria uma grande medida e uma inestimável contribuição que se daria à saúde da mulher. É evidente que aquelas que já foram contaminadas, que são portadoras do vírus, continuarão a ser monitoradas no exame preventivo a cada dois, três anos, fazendo o chamado Papanicolau, os testes de prevenção e proteção, para ver se terão o risco ou não de desenvolver a doença. Não havendo a contaminação, o Governo pode perfeitamente promover a vacinação. Por isso, adotou a faixa etária de nove anos. Isso não quer dizer que as mulheres nessa faixa etária tenham vida sexual. Não! É porque, antes de se iniciar a vida

sexual, a vacina é um forte avanço de proteção, muito mais eficiente, à adolescente brasileira, para que, quando ela iniciar a vida sexual, seja protegida definitivamente em relação ao HPV.

Mais importante ainda, Senador Paulo Paim, é considerar que essa doença é inaparente nos homens. Muitas vezes, eles não sabem que são portadores do HPV. Apenas um teste com corantes específicos vai mostrar pequenas lesões fluorescentes, no teste de coloração, que vão dizer que ele é portador. Senão, ele não saberá, porque a doença é inaparente. O homem é um transmissor. Então, aqueles que não adotam, na vida íntima, proteção efetiva, com o uso do preservativo, vão ser transmissores e vão veicular a doença aos milhares Brasil afora.

Em alguns países, essa doença já contaminou 75% das mulheres que têm vida sexual ativa com mais de um parceiro. É muito forte a prevalência do **Human Papilloma Virus** na comunidade mundial, em homens e em mulheres. Nas mulheres, a implicação é direta com o câncer de colo de útero; nos homens, há algumas dúvidas em relação a danos efetivos que venham a causar, como o câncer de pênis e alguns outros, mas não há nada confirmado de maneira segura.

Então, o fundamental é uma medida de proteção dessa natureza que vai ser o primeiro grande passo para que a mulher brasileira seja protegida. Secundariamente, novas formas de terapêutica virão, para que aquelas que já foram infectadas tenham uma interrupção do risco do desenvolvimento do câncer de colo do útero. Vale lembrar que muitas ficam sabendo serem portadoras do câncer de colo de útero em exames na gravidez e, como consequência, elas têm de interromper a gravidez. O câncer de colo de útero causa grandes danos à mulher.

Assim, estamos diante de um momento distinto da saúde pública brasileira, com o anúncio dessa vacina no plano internacional. O Brasil participou dos estudos multicêntricos. Espero que o Ministro da Saúde possa, imediatamente, assumir o compromisso de incorporar essa vacina ao calendário de proteção à adolescente brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Tenho certeza de que V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, na Presidência desta sessão do Senado Federal, vai manifestar o interesse de que o Ministro tenha conhecimento dessa posição, que sei que não é somente minha, mas sua e de todos os Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. Bloco/PT – AL) – Pois não. Mas gostaria de saudar, com

entusiasmo, o pronunciamento do doutor, do médico, Senador Tião Viana. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, quando fiz meu pronunciamento, falei de duas cartas que recebi da Cobap, representando todos os Estados do País, e não fiz a leitura do nome do Presidente da Cobap*, Hermélio Soares Campos*, que me ligou aqui, corretamente. Ele assina as duas cartas em nome de todas as entidades dos aposentados do País que representa, uma em cada Estado. Está anexado, inclusive, o nome do Presidente e, claro, de cada federação estadual. Então, faço questão de reiterar o nome dele: Hermélio Soares Campos, Presidente da Cobap.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Será registrado, conforme sua solicitação.

Não há acordo para deliberação da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão
Prazo final: 4-7-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

Prazo final: 6-7-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2006*(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 9-8-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2006*(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.*

Relator revisor:

Prazo final: 11-8-2006

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, DE 2006*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de sete-

centos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica

Relator revisor:

Prazo final: 21-8-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, DE 2006*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 23-8-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe*

sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

27

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

28

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Comple-

mentar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal*.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, pelo tempo que entender necessário. Até que o Senador Tião Viana ou o Senador Alvaro Dias, membros da Mesa, assumam a Presidência, não deixarei ninguém... porque hoje estou nos meus testes de tolerância e darei todo o tempo necessário.

Com a palavra V. Ex^a, Senador César Borges, pelo tempo que julgar necessário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a é sempre muito tolerante e, hoje, demonstra essa tolerância por excelência, dando tempo para que os Srs. Senadores possam se expressar desta tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Eu sou mesmo. Muito obrigada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero comentar, Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, que estivemos no sábado, em Belo Horizonte, participando de um seminário promovido pelo Instituto Tancredo Neves, que é um Instituto de

Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do Partido da Frente Liberal, tratando da infra-estrutura no nosso País – infra-estrutura energética e infra-estrutura de transportes.

Na primeira discussão, com relação à infra-estrutura energética, tivemos como palestrante o Deputado, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, José Carlos Aleluia; com relação ao segundo painel, sobre a infra-estrutura de transportes, tivemos como palestrante o Deputado Eliseu Resende.

Em ambas as palestras, ficou bastante clara e demonstrada a total incapacidade deste Governo de enfrentar as carências brasileiras para suprir as nossas necessidades nesse setor tão importante para que o País retome o crescimento econômico, para que volte a crescer em condições de ter uma infra-estrutura à altura de um País que se pretende moderno e que deseja ocupar um lugar de destaque no cenário internacional.

Não há como o País se desenvolver sem infra-estrutura.

No setor de energia, ficou bastante claro que o modelo elaborado pelo atual Governo – quando era Ministra a atual Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que foi Secretária no Rio Grande do Sul no Governo Olívio Dutra, também da área de Minas e Energia – se mostra inteiramente incapaz de prover o País de nova oferta de energia. Nesse período de governo, quase nada ou nada foi acrescentado à matriz energética brasileira.

Na geração da hidroeletricidade, onde o País tem condições magníficas, não avançamos por conta de um modelo equivocado, um modelo que não dá segurança aos investidores, um modelo que é uma tentativa de fazer demagogia com energia – se não bastassem as dificuldades com a área ambiental, onde temos mais de 23 usinas hidrelétricas que não têm a sua licença ambiental, porque o Ibama não as concede, não está devidamente capacitado para analisar esses projetos. E, não estando capacitado, ele simplesmente não decide. Não decidindo, os projetos ficam paralisados e não há investidores para tocar esses projetos.

Assim, estão paralisados projetos importantes na Amazônia, como o do rio Madeira, que não avança. Se olharmos para a matriz energética do gás, é a mesma coisa.

Assistimos, lamentavelmente, ao País ser induzido ao uso da matriz energética a partir do gás – o que é correto, é certo, isso já vem há algum tempo –, mas este País não soube se posicionar como deveria perante a Bolívia. E, o que é pior, hoje verificamos que é uma ameaça clara e nítida para aqueles

que optaram pelo uso dessa matriz energética, que é a correta, mas que precisa ter o suprimento do gás assegurado.

Os gasodutos, tão importantes para ligar as diversas regiões do País, estão paralisados. Nada está avançando. Apesar da tentativa do Congresso Nacional e do Senado, em particular do Senador Rodolpho Tourinho, de criar uma legislação que seja o marco regulatório para a construção e uso dos gasodutos que permitam segurança aos investidores, nós não assistimos o Governo e a Petrobras investirem em gasodutos no País.

Senador José Agripino, nós temos o Gasene, que o Governo dá muitas vezes como uma obra que está sendo realizada para o Nordeste, mas não há efetivamente nada sendo realizado com relação ao Gasene. O que o Governo anunciou foi simplesmente levar o gás até o Estado do Espírito Santo. Mas fica faltando a ligação de Vitória até Camaçari, no Estado da Bahia. São mais de 1.500 Km. É um projeto que, inicialmente, estava orçado em dois bilhões de reais, mas agora já se fala em até três ou quatro bilhões de reais, e não deslança.

Se olharmos a infra-estrutura de transportes, a situação é idêntica. O Governo não consegue alocar sequer 1% do Produto Interno Bruto para investir na ampliação da nossa malha rodoviária, ferroviária ou portuária. Esses setores, fundamentais para o escoamento da produção, até para o esforço exportador, sofrem com os gargalos existentes.

No setor rodoviário, assistimos, lamentavelmente, o Governo lançar uma operação chamada Tapa-buracos, que está desviando recursos da ordem de R\$400 milhões, sendo mal utilizados nessa famigerada proposta. Na primeira chuva, no primeiro inverno, esses recursos já estarão todos desperdiçados, porque os buracos estarão novamente prejudicando o tráfego.

O que é pior, Srs. Senadores, no caso particular das estradas, das rodovias, das BRs, o que vemos é que milhares de vidas são ceifadas anualmente, milhares de cidadãos brasileiros perdem as suas vidas, além, é claro, de perderem suas propriedades ou terem prejuízos que oneram o custo Brasil – o que não se compara ao prejuízo da vida humana. Quem não fica sobressaltado hoje ao ver o filho sair dirigindo um carro por uma estrada para se deslocar, Senadora Heloísa Helena, de Maceió para o interior do Estado, ou de Maceió para Salvador, transitando por essas estradas federais que não oferecem nenhuma condição de tráfego?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Eu capotei o carro – eu com o meu filho – por-

que um caminhão veio desviar de uma cratera numa estrada. A bênção foi que não aconteceu nada nem comigo, nem com meu filho. Eu, dirigindo, capotei. Imagine tantas famílias que choram a dor da perda de seus filhos por causa dessa situação.

Desculpe-me interromper o pronunciamento de V. Ex^a – nem é lícito fazê-lo –, mas é só para dizer isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, V. Ex^a dá um depoimento da maior importância. Graças a Deus, não houve nada nem com V. Ex^a, nem com seu filho, mas ambos poderiam ter perdido a vida. Mas houve um prejuízo material. E quem arca com esse prejuízo? Se fosse nos Estados Unidos, teria que ser responsabilizada a União, porque nós pagamos impostos para isso, e as estradas estão nessa situação. Nós pagamos a Cide, que foi criada para essa finalidade. Quanto da Cide é utilizada hoje para a manutenção e a recuperação das estradas brasileiras? Foi criado um imposto novo. Cada brasileiro, ao pagar um litro de gasolina, está pagando R\$0,28 para a Cide, que já chega anualmente a R\$7 bilhões. E quantos desses R\$7 bilhões estão sendo utilizados? Praticamente nada, porque a parte que fica para o Ministério dos Transportes – R\$3 bilhões – é utilizada não para atividade-fim, mas para atividade-meio, ou seja, para pagar diárias, viagens, pessoal etc. Só não é utilizada para conservar nossas estradas.

Essa é a realidade triste do Brasil. Um Governo que não sabe olhar para o desafio de um País de dimensão continental e que precisa de estradas, porque, lamentavelmente, criamos nossa matriz de transporte em cima do rodoviarismo. E, para isso, precisamos ter boas estradas.

Mas, e as ferrovias? As ferrovias foram privatizadas pelo sistema da concessão. As concessionárias, porém, no seu contrato, não tinham obrigação de investimento. O investimento seria responsabilidade do Governo Federal, que também não investe. O pouco investimento que há nas ferrovias é feito pelas concessionárias, e não pelo Governo Federal. E lamentavelmente o transporte ferroviário brasileiro, que deveria ser, neste País de dimensão enorme, muito mais utilizado com ferrovias que atravessassem todo o nosso rincão, está aí esquecido e relegado a um terceiro ou quarto plano.

E se olharmos os portos? Todos os portos brasileiros hoje têm problemas de dragagem, problemas de ampliação. O escoamento da soja de qualquer região brasileira passa por um gargalo, porque o País não tem um plano logístico de transporte. Não se pode olhar para o Norte e dizer: “O Governo caminha nessa

direção. Quais são os pontos essenciais para os investimentos a fim de se tirar os gargalos?”

E aí, Sr^a Presidente, esse nosso seminário chegou a esta triste solução: o atual Governo não tem capacidade de resolver esses problemas. Eles não estão com competência para resolver problemas, seja na área financeira, seja na área administrativa ou técnica. E não é questão de o Ministro dos Transportes ser “A” ou ser “B”. É uma questão inerente, é de gênese do Governo. O Governo é muito mais de proselitismo; é muito mais um Governo de atender de modo genérico a sua vontade de iludir a população e de manipular a opinião pública do que de resolver os problemas. Ele anuncia obras que não serão feitas, reinaugura obras que nunca foram inauguradas, e assim por diante.

Com relação ao meu Estado, a Bahia é um Estado que tem feito um esforço muito grande para se organizar, para planejar e crescer. E ela tem crescido mais que o dobro da média brasileira, o que, aliás, não é tão grande vantagem, porque o crescimento do País é pífio, é de 2,3%. Mas temos alcançado um índice de desenvolvimento duas vezes e meia maior que o do País. É um Estado do Nordeste brasileiro que tem tido uma política de desenvolvimento permanente e de novos investimentos, buscando, dentro da sua parcela, atender à infra-estrutura que compete ao Estado. O Estado da Bahia tem sido governado dessa forma pelo Governador Paulo Souto; já foi no passado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu passei no Governo, conquistamos momentos importantes, como o complexo automobilístico da Ford. Hoje a Bahia é responsável por 10% da produção automobilística. E nós investimos até para construir um porto para exportação dos produtos da Ford, feitos em Camaçari, na Bahia.

A Bahia representa hoje 50% das exportações de todo o Nordeste brasileiro. Isso foi alcançado por uma política clara e determinada. Agora, qual o receio que temos? Que obstáculo maior a Bahia vê diante de seus olhos para o seu desenvolvimento? É a falta de investimentos do Governo Federal naquilo que compete ao Governo Federal: exatamente nas rodovias. O Presidente alardeia que está duplicando a BR-101 no Nordeste brasileiro. Se está, se começou, não sei, talvez de João Pessoa para Recife. Agora...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permita-me um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador José Agripino, mas a BR-101, conforme está concebida, a duplicação dar-se-á até a divisa de Sergipe com a Bahia e do Rio de Janeiro até

a divisa do Espírito Santo com a Bahia. A Bahia está excluída dessa duplicação. O que este Governo vê no Estado da Bahia para fazer essa exclusão odiosa que é inaceitável para o povo baiano?

Concedo o aparte ao Líder do meu Partido, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador César Borges, V. Ex^a fez um retrospecto do seminário de que participamos juntos, no último sábado, em Belo Horizonte, onde V. Ex^a, com muita propriedade, fez uma manifestação, como Presidente de Mesa que foi, sobre a questão de infra-estrutura, anunciando, inclusive, a bela exposição feita pelo ex-Ministro dos Transportes, nosso companheiro Deputado Eliseu Resende. V. Ex^a está fazendo comentários sobre um fato que a mim aterroriza. Nós estamos vivendo um mundo de faz-de-conta. Senador César Borges, a duplicação da BR-101... Quem vê o Presidente Lula nos noticiários da televisão falando da duplicação da BR e tal e qual, fica imaginando que este País está explodindo. Senador César Borges, a BR-101 começa no meu Estado. Há um trecho vizinho à BR-101 ligando Natal a Macaíba, que é uma cidade-dormitório. Trata-se de uma cidade grande, da Grande Natal, onde moram muitas pessoas que trabalham em Natal. De Natal a Parnamirim a estrada, que é a BR-101, é duplicada. Bela a entrada de Natal! V. Ex^a conhece. De Natal a Macaíba, onde o trânsito é igualmente intenso, há anos se iniciou a duplicação. Faz parte do complexo de duplicação da BR-101. Sabe há quanto tempo a obra de duplicação está parada? E Lula esteve no meu Estado seis meses atrás, para fazer aquele espalhafato do lançamento do Programa Tapa-buracos. Começou o Tapa-buracos com o Exército, que foi colocado nas estradas com grande espalhafato. Esteve no finalzinho da duplicação de Natal a Macaíba, que é a duplicação da BR-101. Falou de Tapa-buracos. Agora, sobre a duplicação da BR-101, não deu uma palavra. E como estava dois anos atrás está hoje: parada, parada, parada; é a cara do Governo Lula. Agora, o *marketing*, no meio do mundo. Mas por que não duplica? Porque não tem dinheiro. Como não tem dinheiro? Como V. Ex^a colocou. E o dinheiro da Cide, que votamos, que é para prover o reparo das rodovias e construir rodovias novas, atendendo ao modelo brasileiro?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sete bilhões por ano.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sete bilhões por ano, para atender à demanda de carga aqui no Brasil, que é tradição ser transportada em caminhão. Como não tem dinheiro?! Tem dinheiro, sim. O problema é que dos R\$7 bilhões são reservados quase

R\$4 bilhões para pagar dívida do FMI. E o investimento que gera emprego fica encostado na gaveta. Estamos num momento em que a população precisa despertar para a letargia que estamos vivendo. Diante de tanta carga de publicidade, é preciso que se faça a comparação entre governos que foram operosos e governos que não são operosos. E os dados começam a conter isso, Senador César Borges. Os fatos começam a acontecer. Os jornais de agora começam a falar de uma coisa que me atemoriza: a queda de investimentos gerando desemprego. No primeiro trimestre de 2006, de janeiro a março, comparado com janeiro a março de 2005, os investimentos cresceram 3,6%. No segundo trimestre, as expectativas são de que os investimentos tenham caído 0,3% e, no máximo, crescerem 1,3%. Significa que, já no primeiro trimestre, mesmo crescendo 4,6%, contra 23% de crescimento em relação a 2004, janeiro a março de 2005, houve crescimento de 23% em relação a 2004. Houve geração de um bocado de emprego. Em 2006, o crescimento foi de 4,6%. Se compararmos 4,6% com 22,9%, vemos que acontece o que aconteceu: demissão, perda de emprego de 1%. Em que setores? Em todos os setores, porque a bonança mundial lamentavelmente está se acabando, os juros praticados pelo *Federal Reserve*, o Banco Central americano, para conter a inflação americana, estão levando os investimentos para fora, está indo tudo embora. Fica agora este Governo de faz-de-conta, o Governo Lula, a praticar a bazófia, a fazer o anúncio daquilo que não faz, mas a dura realidade nós estamos vivendo, e a falta de investimentos a que V. Ex^a está se referindo fundamentalmente em infra-estrutura e na geração de plantas industriais novas é que vai produzir o mal que está por chegar. Um dado, só para concluir a minha intervenção, porque acho que já cansei V. Ex^a: o que ainda sobra em matéria de estatística e do IBGE para um pouquinho de dado positivo em investimento é o investimento fabricado com fins eleitoreiros no setor da construção civil. De repente arranja o dinheiro na Caixa Econômica para financiar a construção civil, para mascarar os dados do IBGE, para dizer que há investimento num setor que gera emprego, mas que vai ser exaurido, porque a capacidade de tomar emprestado do brasileiro é curta. É como o crescimento da indústria de automóveis: ah, bateu recorde no mês de maio! Por quê? Porque a inflação está sob controle e pode-se vender o carro com juros baixinhos, porque as montadoras podem fazê-lo para pagar em cinco anos o automóvel. Isso tem um limite. É a capacidade de compra do brasileiro que não está aumentando, porque não há investimento, só que vai topar na perspectiva de Lula ser

reeleito. Acho que está na hora do País produzir as reflexões que V. Ex^a está ensejando para que possamos construir o Brasil real, o raciocínio do Brasil real, para não fazermos em outubro a opção incorreta. É preciso que os dados – e a imprensa tem sido precisa nesses elementos –, os dados reais, do Brasil real, sejam mostrados. Os investimentos estão em queda, o preço das *commodities* brasileiras, que estavam na estratosfera, estão caindo e o crescimento artificial do Brasil, baseado na bonança mundial, vai sofrer as consequências e a incompetência do Governo Lula no Brasil vai se mostrar. Essa é a dura realidade que quero constatar neste modesto adendo que faço ao consistente e substantivo pronunciamento de V. Ex^a, a quem parabeno.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador José Agripino. V. Ex^a contribuiu muito e enriqueceu o meu pronunciamento, porque essa é uma realidade que, com tristeza, temos de constatar. O Brasil perdeu o bonde da história mundial, onde todos os países emergentes cresceram a taxas de 7% até 10%, e o Brasil não aproveitou, em função dos compromissos do Governo Lula, do PT, com a banca nacional e internacional, porque tinha que dar a confiança que eles não tinham, tinha que mostrar que eram alunos aplicados e que mereciam confiança.

Com isso, praticamente deixamos de investir em infra-estrutura. Pagamos 160 bilhões de uma dívida e não investimos nem 10% disso na infra-estrutura, na educação, na saúde, em setores tão necessários ao País.

O Senador José Agripino fala dos reflexos de uma mudança na economia mundial que, sem sombra de dúvida, já começou a acontecer. A economia americana tem hoje inflação, tem de resolver o problema de um déficit brutal e terá de fazer um pouso – o que eles chamam de **landing** –, que não sabem se será **soft ou hard**, mas que ocorrerá. Agora, quem vai sofrer com esse tipo de pouso é o Brasil.

Já estamos assistindo às quedas expressivas e rápidas das bolsas de valores. Os investidores estrangeiros já estão tirando seu capital daqui. O que fez o Governo Lula? Enviou medida provisória para se retirarem os impostos daqueles que comprem dinheiro público. Por quê? Porque está sentindo que esse capital já começa a sair do País. É uma tentativa de fazer com que esse capital aqui permaneça. Essa é a realidade.

Voltando à infra-estrutura, recordo-me, Senador Arthur Virgílio, de que, há dois anos, em dezembro de 2004, quando foi aprovada pelo Senado Federal – depois de ter passado na Câmara – a lei das PPPs, as

Parcerias Público-Privadas, dizia o Presidente Lula, do alto das suas parlapatices, que a PPP seria a panacéia dos investimentos brasileiros. Dizia que teríamos recursos de mais de R\$6 bilhões, R\$7 bilhões por ano para investir por conta das PPPs. E qual a PPP hoje que está em curso no âmbito do Governo Federal, em fase de licitação? Escolheu, se não me engano, vinte setores prioritários. Nem um está em andamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já há Estados e até prefeituras que conseguiram implementar as suas primeiras PPPs. O Governo Federal nada, *nothing, niente*. Em qualquer língua que a gente resolva falar a expressão é nada. Não há capacidade gerencial. Não é capaz de pegar e fazer acontecer. Então, as PPPs viraram outra peça publicitária. Chegaram a jogar a culpa na Oposição. Não aprovam porque querem conspirar contra o Brasil. Melhoramos, acabamos com aquela história de beneficiar certos grupos que estavam ligados ao “delubionismo”. Moralizamos as PPPs e as entregamos prontas para serem usadas. O Governo, incompetente, não as usa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, Senador Arthur Virgílio. As PPPs estão aí. Alguns Estados avançaram. No Estado da Bahia estamos com uma já em processo de licitação. É o emissário submarino. Lamentavelmente, o Governo Federal não consegue viabilizar nenhuma. Há uma, que é da maior importância para a Bahia. Toda a ligação à Capital do meu Estado, Salvador, é feita pela BR-324, que liga Salvador a Feira de Santana. A partir daí, principalmente a BR-116, que demanda para o Nordeste e para o Sul, que liga Feira de Santana, a cidade de Jequié, de Vitória da Conquista, até a divisa com Minas Gerais, estaria em uma PPP para ser duplicada. É da maior importância que se faça essa duplicação, pelo menos do Rio Paraguaçu até Feira de Santana, e que se requalifique inteiramente a BR-324, que pode entrar em colapso a qualquer momento. Mas, nada! O Governo não investe na manutenção, porque diz que vai fazer uma PPP. Não faz a PPP, porque não tem capacidade. E a estrada vai se deteriorando, ceifando vidas e trazendo custos adicionais à nossa produção.

Para não abusar do tempo, nobre Presidente, quero finalizar com aspectos da Bahia.

A Bahia tem uma ameaça ao seu futuro: a falta de investimento do Governo Federal. Temos soja

produzida no oeste da Bahia, no chamado “além São Francisco”. É uma nova fronteira agrícola neste País. Recebemos lá pessoas do Brasil inteiro, gaúchos, paranaenses, paulistas, que vão investir na produção de grãos, soja, café, algodão. É uma terra que, efetivamente, tem capacidade produtiva imensa. Temos lá ainda quatro milhões de hectares disponíveis, mas não temos a infra-estrutura de escoamento dessa produção. Tínhamos que requalificar inteiramente a BR-242, que ia desaguar na BR-116 para ser duplicada. Onde estão esses investimentos? Sequer podemos imaginar que estejam em algum programa de governo, porque se este Governo tem um pecado é o de não ter mais planejamento. Não há planejamento no Governo Lula. O Ministério do Planejamento não serve para planejar absolutamente nada. O País perdeu a tradição do planejamento, e isso é muito grave, porque planejar é construir o futuro, e sem planejamento não teremos futuro.

Com relação ao Estado da Bahia, volto a falar também do Gasene, que é preciso ser construído. Hoje, a Bahia já tem um déficit de 30% das suas necessidades de gás, e a construção do Gasene não está sequer equacionada econômica e financeiramente. Essa é a realidade.

Da mesma forma, a BR-101 não está contemplando a Bahia, que, sem sombra de dúvidas, tem um imenso potencial turístico. O Estado tem o maior litoral do País, com 1.108 km de litoral, com a primeira e a terceira maiores baías do Brasil: a Baía de Todos os Santos e a Baía de Camamu. Precisamos da BR-101 duplicada, para que ela possa servir economicamente, servindo setores essenciais, desde a celulose até o turismo, em nosso Estado.

No entanto, o Governo Federal, apesar da vitória eleitoral que a Bahia deu ao Governo Lula, não tem repassado nada.

Tantas vezes já decantaram que o Governo ia liberar recursos para o Metrô de Salvador, mas a população de Salvador que nos ouve e nos assiste pode olhar para as obras e verificar se está havendo alguma efetiva retomada. De forma nenhuma. O dinheiro liberado é meramente para manter o canteiro de obras.

Finalizo, agradecendo a compreensão da Senadora Heloísa Helena – não é nenhum fato inusitado essa compreensão, pois é o normal dela. Que fique este protesto aqui: este Governo já iludiu muito o povo brasileiro. Ele pode até ter direito de continuar iludindo, mas estaremos sempre vigilantes aqui para fazer essas cobranças. Esta é nossa obrigação, Senadora Heloísa Helena.

Não interessa se ele vai iludir mais ou menos. Pode ou não ganhar. Como V. Ex^a já disse, é democrático, aconteça o que acontecer. Mas nossa posição será a mesma: firme para denunciar esse descaso, essa incompetência, essa ineficiência deste Governo, que, lamentavelmente, não veio para cumprir suas obrigações com o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, gostaria de solicitar a palavra para uma comunicação, pela Liderança do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, por permuta com o Senador Arthur Virgílio, e, em seguida, ao próximo inscrito, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra visando refazer um registro que considero extremamente importante para toda a região amazônica. Trata-se da discussão, mediante consultas públicas, que está sendo realizada em toda a Amazônia, para discutir o Plano Amazônia Sustentável.

Hoje mesmo, tal discussão ocorre no nosso Estado de Roraima, mais precisamente na Universidade Federal de Roraima, onde técnicos, políticos, administradores e empresários debatem a viabilidade de um programa auto-sustentável de desenvolvimento para a região.

O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Casa Civil e o da Integração patrocinam o debate, que já ocorreu em Cuiabá, no dia seis de junho; em Belém, no dia sete de junho; em Macapá, no dia nove de junho; em Porto Velho, no dia nove de junho; e está ocorrendo hoje em Boa Vista, Roraima, e também na cidade de Palmas, capital do Tocantins. Ainda no dia 20, esse debate acontecerá em São Luís do Maranhão; no dia 21, na cidade de Manaus; no dia 23, em Rio Branco, Acre.

Faço este registro porque considero extremamente importante que o Governo brasileiro e que os Estados da Amazônia tenham um plano integrado de desenvolvimento sustentado que possa alavancar o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de empregos, mas que procure, de todas as formas,

proteger o meio ambiente e também atuar entre as comunidades indígenas.

Portanto, gostaria de registrar a importância desse encontro e parabenizar a Ministra Marina Silva pelo esforço que tem feito para elevar esse debate e ampliar essa discussão em todos os Estados. Pelas informações que tenho, o debate em Roraima está sendo extremamente importante, está sendo aprofundado. Estamos discutindo a matriz produtiva do nosso Estado, portanto, definindo questões importantes para o nosso futuro.

Era esse o registro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Estarei monitorando o tempo de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, gostaria de saber qual é a minha posição na lista de oradores.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Senador Heráclito, V. Ex^a poderá falar. Eu posso conversar com o Senador Alvaro Dias, porque realmente V. Ex^a está inscrito.

V. Ex^{as} estão inscritos também pela Liderança.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas não há problema algum. O Senador Alvaro Dias pode falar.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Então, após o Senador Alvaro Dias, é V. Ex^a, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Hierarquicamente, estou convencido de que S. Ex^a tem o privilégio, por ser meu Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente. É uma honra tê-la presidindo esta sessão.

Sr^a Presidente, registro, antes de mais nada, que, neste dia 18 de junho próximo, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso completará 75 anos de idade em plena capacidade de produzir, de pensar, de trabalhar, de construir para o seu País. Eu me regozijo com sua família pela ventura de tê-lo tão bem. E que seja assim por muitos anos mais.

Registro, também, Sr^a Presidente, que o Projeto de Lei nº 149, de 2004, de autoria do meu companheiro de Bancada Senador Papaléo Paes, instituindo o dia 05 de novembro como o Dia Nacional da Língua Portu-

guesa, foi convertido na Lei nº 11.310, de 12 de junho de 2006. Fizeram tudo isso, mas não mencionaram, Sr^a Presidente, o Senador Papaléo Paes.

Fator de unidade e integração do nosso País, de dimensões continentais, a Língua Pátria é reconhecida por especialistas como o mais importante laço de consolidação da unidade nacional.

Ainda informo que – e o Senador Alvaro Dias recebeu ainda há pouco um *e-mail* de pessoas que acreditam que lei não é para ser aplicada – o PSDB entrou com uma representação contra o Presidente Lula e o ex-Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes junto ao Tribunal Superior Eleitoral, alegando que a dupla se aproveitou da inauguração das obras da ferrovia Transnordestina.

Aliás, entendo que se deve inaugurar uma obra completa, ou seja, inaugurar a escola, o posto de saúde, a estrada. Mas inaugurar uma obra de estrada que se está supostamente começando é de um oportunismo político que dói nos ossos de qualquer pessoa que tem um mínimo de bom senso e de pejo. Pejo, traduzindo para o popular, significa vergonha. Fizeram, segundo o PSDB, propaganda eleitoral antecipada, e assim o que o PSDB pede é precisamente a inelegibilidade por três anos, para que aprendam a respeitar as leis brasileiras.

Sr^a Presidente, conforme prometi hoje ao Presidente Renan Calheiros, já tenho os nomes que comporão como titulares, pelo PSDB, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas: eu próprio, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Juvêncio da Fonseca. Serão suplentes os Senadores Alvaro Dias, Papaléo Paes, Leonel Pavan e João Batista Motta.

Ainda tenho aqui uma foto do boxeador Acelino Popó de Freitas, quatro vezes campeão mundial que, não por acaso, esteve aqui conosco. O Senador Magno Malta é amigo dele, e eu tenho com ele uma relação pessoal que considero muito respeitosa de parte a parte, muito boa. Na ocasião, os fotógrafos me pediram, no Café do Senado, para colocar na minha cintura o cinturão de campeão mundial que ele conquistou. Eu disse: Pelo amor de Deus, não há hipótese de eu o colocar na minha cintura, por uma razão simples: quem ganhou foi ele. Eu não sou campeão mundial de boxe.

As minhas medalhinhas, insignificantes em relação ao que Popó representa, não devem ser usadas pelo Popó porque quem as ganhou fui eu. O cinturão é do Popó. Eu disse: Não há hipótese. Eu faço qualquer brincadeira, fingir que estou trocando **jab** com ele... Podemos até brincar, mas colocar um cinturão que ele ganhou com sangue, suor e lágrimas no ringue de um país estranho eu não faria. No entanto,

veja no jornal o Presidente Lula com o cinturão dele. É um negócio engraçado: o Presidente Lula agora é campeão mundial de boxe. Na foto, está o Popó sem o cinturão e o Lula com o cinturão. Durma-se com um barulho desse!

Ainda, Sr^a Presidente, requeiro voto de aplauso ao Município de Borba, no Amazonas, pela realização dos festejos religiosos em homenagem a Santo Antonio.

Peço que esse voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito municipal de Borba, Antonio José Muniz Cavalcanti, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Otilio Tadeu Linhares, e, por intermédio deles, aos demais Vereadores e à população desse Município do meu Estado.

A Festa do Padroeiro de Borba, no Estado do Amazonas, é um evento religioso tradicional do Município. Todos os anos para ali acorrem milhares de romeiros da própria cidade e de Municípios vizinhos e de outras regiões do Amazonas e até de outros Estados. É um fato auspicioso, e eu saúdo com todo fervor e com todo respeito um povo tão criativo e que conhece tão bem.

Ainda, Sr^a Presidente, peço que seja integralmente inserido nos Anais da Casa uma denúncia de ações que se fazem contra os índios mura-pirahã, do meu Estado, que sempre viveram isolados no Amazonas. A Funasa tem desenvolvido ações que tem assustado antropólogos. Então, cito no resumo o protesto das Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab, que, por seu coordenador, o índio sateré-mawé Jecinaldo Barbosa, considera equivocadas as ações da Funasa.

Em outras palavras, estão dando um choque de civilização, levando medidas assistencialistas que incluem a pulverização com inseticidas e a distribuição de roupas, de agasalhos. Isso mexe completamente com a vida de uma população que está apartada da chamada civilização. Estão levando para lá máquinas e implementos agrícolas e tudo isso está espantando, pelas consequências nefastas que isso acarretará para essa etnia mura-pirahã, técnicos da Universidade Federal do Amazonas, como, por exemplo, o Professor Lino João de Oliveira, da Universidade Federal do Amazonas, que chegou a ser duro numa entrevista que concedeu, no interior de uma reportagem do jornalista Alessandro Malveira, do jornal **Correio Amazonense**, da minha terra, dizendo o seguinte: “o que está sendo feito é uma total aberração”. Ele considera que “as ações em desenvolvimento pela Funasa chocam-se com tudo o que temos de conhecimento em antropologia e política indigenista. De

tão grosseiras essas ações, elas não merecem ser chamadas de indigenistas”.

O que me espanta mais é que um cidadão que dirige a Funasa em meu Estado, Sr. Francisco Ayres, diz que a distribuição de ferramentas aos mura-pirahã é uma forma de melhorar a saúde e as expectativas desses índios.

Chega a ser inacreditável o que declarou ao jornalista Malveira o Sr. Francisco Ayres. Olhem que coisa impressionante: “Essa é uma tribo nômade, tem pouco contato com a civilização, não controlam o fogo, não usam o ferro e dormem ao relento. Essa situação prejudica o desenvolvimento do grupo”. É uma coisa inacreditável. Mas ele está lá, como autoridade de saúde no meu Estado.

Então, quero dizer ao Dr. Ayres que os mura-pirahãs vivem isolados, sim, e estão contentes com essa situação. Vivem assim desde muito antes do descobrimento do Brasil, e não há de ser a Funasa dessa era obscura do PT que haverá de dar lições a esses indígenas.

Agora peço a atenção do Senador José Jorge, do Senador Heráclito Fortes e da Sr^a Presidente Heloísa Helena, que conhecem o triste episódio da invasão da Câmara pelo MLST, o braço armado do PT, do qual tiro hoje mais uma conclusão, que registro neste plenário: o Governo petista do Presidente Lula financia badernas, sim, a que se habituaram entidades clandestinas como o MST e todos os demais braços armados do PT.

Se alguém quiser processar o MST ou o MLST – é bom o povo brasileiro saber disso –, não vai conseguir, porque eles não têm personalidade jurídica. O Governo repassa dinheiro para determinadas entidades, que financiam esses grupos. Essas entidades é que têm que ser examinadas por nós.

Foi aprovado um requerimento, na reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, para trazer aqui o Ministro da Reforma Agrária, pois quero que ele se explique aqui. Quero saber que reforma agrária o Sr. Bruno Maranhão, que é um oligarca, um usineiro, vem fazer aqui dentro do Congresso Nacional?

O fato é que o Governo do Presidente Lula financia, sim, essas entidades criminosas. Mas na hora em que o cidadão de bem que trabalhava no Congresso Nacional como fotógrafo *freelancer* é brutalmente agredido, o Governo simplesmente lhe dá as costas e nega a ele a assistência que o Governo está obrigado a prestar.

A vítima a que me refiro é o Sr. Raimundo Nonato Nogueira França, que estava no Anexo II da Câmara no momento em que chegaram os vândalos.

A violência dos invasores jogou esse trabalhador escaada abaixo no acesso ao Auditório Nereu Ramos. Agora, com a perna engessada, Raimundo, que é fotógrafo, está impossibilitado de trabalhar. Ele já recorreu à Câmara e, até o momento, tudo lhe foi negado. Depois, encaminhou-se ao Palácio do Planalto, onde foi recebido pela secretária do Chefe de Gabinete do Presidente Lula, que lhe disse que nada poderia fazer.

Esse trabalhador brasileiro, vítima – tanto quanto Francenildo, o caseiro que teve seu sigilo bancário violado – da violência do PT e do Governo Lula é abandonado à própria sorte. É o que lhe resta, como aos demais trabalhadores deste País: a própria sorte.

A pergunta que faço é: quem vai pagar as despesas médico-hospitalares de Raimundo? Ele está andando de cadeira de rodas. Poderia ter quebrado a coluna, poderia estar paraplégico, pela ação revolucionária daquele bobalhão chamado Bruno Maranhão – até rima bobalhão com Maranhão.

O Senador Alvaro Dias chegou a oficiar ao Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, pedindo que o serviço médico daquela Casa atendesse ao pedido de Raimundo Nonato.

Renovo, desta tribuna, a solicitação feita ao ilustre Presidente da Câmara, já que ao Presidente da República de nada adianta pedir o amparo a que faz jus aquele trabalhador.

Estou anexando a este breve pronunciamento alguns documentos que me foram entregues por Raimundo Nonato para que constem dos Anais do Senado. Assim, o historiador do futuro saberá mais facilmente a forma de agir deste Governo que aí está.

Aqui estão o ofício do Senador Alvaro Dias ao Presidente Aldo Rebelo pedindo assistência, por parte da Câmara, em favor de Raimundo Nonato Nogueira França; a Convocação para Exame Complementar do Laudo de Lesões Corporais, que vem do Instituto Médico Legal da Coordenação de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal; o Resultado de Exames Complementares a que se submeteu o Sr. Raimundo Nonato, e anexe o receituário.

O Sr. Raimundo Nonato está à disposição do INSS por 30 dias, com direito a mais 30, mas não ficará bom, pelo que vi, em 60 dias. Espero que fique algum dia. Mas não ficará, com realismo, em 60 dias.

Aqui constam, novamente, os remédios. Ele não tem dinheiro para comprá-los e está sofrendo muito. Ele, certamente, votou em Lula em 2002. Deve ter votado em Lula. Não perguntei a ele porque não costumo perguntar em quem as pessoas votam ou votaram, mas sou capaz de apostar que votou em Lula.

Muito bem. Aqui temos o jornal **Correio Brasileiro**, de 7 de junho, com o tópico: “Vandalismo”, e título: “Segurança sofre traumatismo e vai parar na UTI”. Repórteres Marcela Duarte e Luísa Medeiros, da equipe do **Correio**.

Balanço

28 pessoas, entre integrantes da Polícia Legislativa, funcionários públicos e manifestantes do MLST ficaram feridos e foram atendidos no Departamento Médico da Câmara dos Deputados.

4 policiais militares foram levados para hospitais públicos do DF.

Muito bem, aqui, um subtópico:

“Foi um horror”.

Outro paciente que teve que ser transportado de ambulância da Câmara para o Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), foi Raimundo Nonato França, 45 anos. A chefia de equipe do Hospital informou que o rapaz trabalhava como fotógrafo na hora da invasão e que ele caiu de uma altura de três metros na hora da confusão. “Ele teve uma luxação no tornozelo direito e deve andar de muletas pelo menos nos próximos 15 dias”, afirmou o chefe de equipe do HBDF, Jadir Rodrigues.

Muito bem, Sr^a Presidente, tem mais: ele representou à Polícia Civil do Distrito Federal contra os seus agressores. Aqui estão todos os dados dele. Ele representa contra Bruno Maranhão e os outros, aquela capangada toda.

Isso tudo vai constar dos Anais da Câmara.

Então, o que ele perdeu? Ele perdeu objetos pessoais, como uma câmera fotográfica da marca Canon, uma máquina fotográfica da marca Pentax. Ele só se deu mal por estar na Casa, supostamente do povo, na hora em que o Sr. Bruno Maranhão, pago pelo dinheiro público, resolveu fazer reforma agrária aqui dentro. Cinco milhões de reais foram repassados para essas entidades. Cinco milhões de reais! Eu gostaria de saber que uso foi dado a esse dinheiro, porque não me consta que tenha sido para algum treinamento agrícola. Nada parecido com extensão agrícola. Nada. Parece-me que pegaram o dinheiro e colocaram no bolso dessas pessoas para, na melhor das hipóteses, terem feito a barbaridade que fizeram. Na pior das hipóteses, podem ter se apropriado disso, conforme concluiu a CPI da Reforma Agrária aqui. O que essas entidades, com esse rótulo de supostos revolucionários – que não são –, fizeram foi

malversar recursos públicos, conforme provou a CPI da Reforma Agrária.

Sr^a Presidente, fica aqui a denúncia, porque, dos fatos graves que têm enlameado e envergonhado este País, houve um que se revestiu de caráter simbólico muito forte. Vamos fazer o repasse de maneira bem curta. Vamos fazer o repasse: toda essa agressão violenta, pesada, de aparelhamento do Estado, essa privatização que fizeram do Estado brasileiro em favor de punquistas, isso tudo agravou um quadro. Nós nunca deixamos de imaginar que no Brasil fosse diferente, que se tratasse de um País de costumes políticos puros.

Nós estamos vendo agora a questão dos sanguessugas, com a conivência do Ministério da Saúde. Vamos apurar isso a fundo, se Deus quiser. Os que roubam já não estão satisfeitos em roubar. Agora é ambulância.

No tempo em que meu pai era Deputado Estadual, ele dizia: “Fulano de Tal furtou dinheiro do leprosário”. Ou seja, furtou dinheiro que se destinava ao tratamento de hansenianos. Era o que podia haver de mais baixo calão, de mais baixo nível.

Um outro fato de peso simbólico significativo, Senador Alvaro Dias, é vermos o Congresso Nacional invadido por um oligarca, um usineiro, municiado pelo dinheiro público, dinheiro que faz falta aos assentamentos verdadeiros de reforma agrária. E lá vem o Sr. Maranhão aqui para dentro quebrar uma parte da Câmara. É terrível ter visto novamente aquela moça arrebetando os terminais do Banco do Brasil. É simbólico de novo, porque é uma agressão ao Banco do Brasil, um Banco que, supostamente, é patrimônio de todos os brasileiros. Só não quero que seja patrimônio daquele Sr. Ivan Guimarães. O Banco do Brasil tem que ser patrimônio de todos os brasileiros, não do Sr. Ivan Guimarães, do Sr. Marcos Valério, dessa gente.

Mas tudo aquilo que vimos significou desprezo pela figura do Poder Legislativo, desprezo pelas instituições brasileiras, desprezo pela ordem democrática brasileira. São pessoas que se conformam, e mal se conformam, em ter que aturar, por exemplo, uma Oposição atuante, como a que fazemos aqui. Se pudesse, não haveria Oposição. Se pudessem, silenciariam a Oposição. Se pudessem, calariam a voz dos descontentes.

Ao encerrar, repito que esse episódio teve como vítima o fotógrafo Raimundo Nonato, humilde, como humilde é Francenildo, que foi violentado. Violentado também foi o fotógrafo, que está arriscado a ficar inválido para o trabalho e está agora sem poder ganhar seu pão, porque não está podendo fotografar;

está em uma cadeira de rodas. Ele esteve em meu gabinete hoje.

Para mim, está claro como água: por coincidência, na qual eu não creio, a tal invasão da Câmara se deu precisamente no dia em que fazia um ano a denúncia do mensalão. Não sei se não falaram um para o outro: “Vão lá, façam uma baguncinha”. Claro que não mandaram quebrar a cabeça do segurança, não mandaram jogar o Raimundo Nonato no vão do Nereu Ramos, não mandaram fazer nada disso. Não acredito que tenham mandado. Mas mandaram, talvez, vir fazer uma bagunça aqui dentro do Congresso. Sabem por quê? Porque, dessa forma, os Deputados protestariam contra o MLST e não falariam sobre o mensalão. E os Senadores, a mesma coisa.

Resultado: no dia seguinte, só se falava do MLST. Não se falava do mensalão. Depois, aconteceu aquele *tsunami*, que, em muito boa hora, foi revisito pelo Ministro Marco Aurélio, que mostrou, longe de qualquer fraqueza, que era o juiz de verdade no episódio em que reconsiderou algo que seria uma mudança muito abrupta de regras para as eleições. Mas aquele *tsunami*, aquele primeiro impacto da suposta mudança nas regras eleitorais significou que não se falou também em MLST. E temos que falar nesses assuntos porque vejo uma carga simbólica muito forte.

Vi ali o desrespeito ao ser humano; vi o desrespeito ao trabalhador; vi o desrespeito à ordem democrática. Isso tem que ser dito e tem que ser repisado.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, e igualmente faço um apelo para que o Congresso Nacional possa, de alguma forma, disponibilizar os mecanismos necessários para minimizar a dor e a tormenta tão grande por que passa a família do rapaz que foi atingido covardemente.

Juntamente com V. Ex^a e com o autor do requerimento, o Senador Alvaro Dias, gostaria de assinar o documento. Não se trata de um fato qualquer, mas de algo muito grave – afundamento de crânio –, e ninguém sabe o que pode acontecer no futuro. Compartilhar da preocupação e das exigências necessárias para um problema grave como esse.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já havia encerrado, mas ouço V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, com temas objetivos e acima de tudo

atuais, como sempre, V. Ex^a traz a esta Casa fatos que estarrecem cada dia mais os brasileiros de bom senso. V. Ex^a citou uma relação de pessoas atingidas, umas de maneira grave e outras nem tanto, todas elas trabalhadoras do Brasil. O Presidente da República, que agora aderiu à teleconferência, não se dirigiu a nenhum deles para dar o seu conforto e o seu apoio. Pelo contrário, o “Governo dos trabalhadores” está virando as costas para esses trabalhadores desafortunados, que tiveram o azar de, no exercício de sua profissão, serem atingidos por uma turba que veio aqui, única e exclusivamente, com o propósito de desestabilizar a democracia brasileira. E não tenho mais nenhuma dúvida de que, pelo menos, com o conhecimento e com o estímulo de considerável parcela deste Governo. É um fato grave. Tenho certeza de que a Polícia Federal, a polícia republicana, haverá de encontrar os culpados e solicitar punição exemplar para que fato dessa natureza não se repita. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Sr^a Presidente, responder ao Senador Heráclito Fortes?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com certeza. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Insisto na linha de raciocínio de que se lamentava naquele dia, no ano do escândalo do mensalão. Bem podem ter tido assim: “Olhem, vão lá e façam uma bagunça para eles esquecerem o ‘mensalão’”. É claro que não pensavam no afundamento de crânio de Normando, o segurança da Câmara; não pensavam que algum louco iria jogar o Sr. Raimundo Nonato pelo vão do Auditório Nereu Ramos. Esse é um fato.

Outro fato: eu era entusiasta do movimento que considero um dos maiores que a humanidade já presenciou, a Revolução Bolchevique, em 1917. Não tenho dúvida alguma disso. Minha juventude foi toda acalentada por um sonho que, para mim – vou dizer exatamente o que pensava –, era a base de Marx e Engels e a prática de Lênin, para se chegar a uma revolução que, a meu ver, acabaria com as classes e estabeleceria aquilo que seria a verdadeira democracia.

O fato é que o regime dito socialista da União Soviética foi se transformando em uma ditadura sanguinária, cruel. Vimos a sucessão de ditadores, até que o regime, por absoluta fadiga de material, deu lugar a Rússia de hoje, com suas qualidades e defeitos.

Não posso pensar no Presidente Lula sem me lembrar de uma piada que contavam a respeito do Secretário-Geral do Partido Comunista, Leonid Bre-

zhnev. Dizem que teria trazido sua mãe e dito: “Olha, mãe, onde moro”. Ela teria visto o Kremlin, um palácio fantástico, muito bonito. “Olha, mãe, a minha *dacha*” – a casa de campo a que os dirigentes do Partido Comunista da então União Soviética tinha o direito a ter; o povo não tinha. “Veja mãe, os carros que ganhei dos chefes de estado estrangeiros”. “Olha, mãe, as jóias que minha esposa ganhou dos chefes de estado estrangeiros”. E começou a mostrar aquela vida de príncipe que tinha. A mãe foi ficando com uma fisionomia, como toda mãe, principalmente as amorosas, fechada. Ele disse: “Poxa, mãe, você está com um aspecto triste”. Ela respondeu: “Meu filho, estou preocupada, muito preocupada. Imagine o que vai acontecer com você quando os comunistas chegarem!”.

Fico pensando, não há mais sombra daquele homem ligado ao trabalhador. Há na propaganda. Ou crê que está inovando ao prometer um pingão de solda no gasoduto Coari-Manaus sem tocar nenhuma obra para a frente.

Sr^a Presidente, V. Ex^a estava presente quando criei todo aquele caso em relação ao gasoduto Coari-Manaus. Colocamos lá R\$110 milhões, que não dão para nada. A Petrobras mandou para cá uma nota, que tenho, dizendo que oferecia aos empreiteiros mais ou menos R\$ 1,2 bilhão, e que os empreiteiros cobravam mais ou menos R\$ 1,6 bilhão – semana que vem, volto à carga nisso.

Eu dizia que dava para fazer com menos de R\$ 1 bilhão. Fui somar agora aquilo que a Petrobras declara que vai pagar: dá R\$ 1,6 bilhão, ou seja, Senador Alvaro Dias, o que os empreiteiros pediram, ou que dizem que vai fazer.

A demagogia, isso tudo, ele não está inovando em nada. O populismo latino-americano sempre foi medíocre como qualquer populismo. Até porque é isto mesmo: é prometer sem cumprir; é a vanglória, o endeusamento, a propaganda pessoal. Uma das razões do atraso do nosso subcontinente latino-americano está nisso. Então, não estão inovando. Mas o fato é que a distância é enorme entre Lula e seus antigos compromissos em relação ao trabalhador. As distâncias são enormes, quilométricas, amazônicas, pantagruélicas, vorazes, impenetráveis, densas, oceânicas, transatlânticas, transgalácticas. Não há mais nada que ligue o Presidente efetivamente aos sonhos de redenção dos trabalhadores. Não há. Há o líder populista que, como tantos outros, não precisavam nem ter a origem de classe que ele teve, tantos outros que a vida inteira passaram engodando o povo com festa, com **panis et circenses** – pão e circo –, o tempo inteiro. Quem não conhece governante que

fica firmando sua popularidade em pão e circo, em festas? E tome a pagar cantor com dinheiro público, sem mexer nas questões estruturais que apoquentam e dificultam a vida das pessoas do senso comum. O Presidente Lula é mais um.

Por outro lado, estamos vendo, na prática, por que meios ele mudou. O caseiro Francenildo teve sua vida virada do avesso e virou réu na Polícia Federal, na tentativa de liberarem os corruptos que ele apontava. E ele, coitado, não estava nem apontando “fulano é corrupto”. Nada disso! Ele estava somente dizendo: “Eu vi”. Queriam que ele dissesse que ele não viu o que viu! Como ele disse que viu aquilo que ele viu, então, virou réu, quando o levaram para a Polícia Federal. Viraram a vida dele pelo avesso.

E este aqui, coitado? É fotógrafo contratado por um grande jornal? Não. Cinegrafista de uma rede de televisão importante? Não. Um funcionário da Casa, com estabilidade, desses que fotografam os Senadores aqui para mandar para os Estados? Não, não. Era um fotógrafo **freelancer**, desses que, se não trabalharem, não comem. Ele tem de trabalhar todos os dias. Então, ele não está comendo, porque não está podendo trabalhar, já que o Sr. Bruno Maranhão e o pessoal do MLST o jogaram escada abaixo, colocando-o numa cadeira de rodas. Ele não consegue ser atendido pelo Departamento Médico da Câmara dos Deputados; ele não consegue nada. Ele não está trabalhando. Ele é uma vítima clara, um trabalhador que foi vitimado por uma entidade que se diz de defesa dos trabalhadores rurais e que, no entanto, está funcionando nababescamente e, a meu ver, corruptamente, com dinheiro público do povo brasileiro. Esse dinheiro deveria pertencer ao fotógrafo Raimundo Nonato e ao caseiro Francenildo. Esse dinheiro está nas mãos do usineiro Maranhão, do oligarca Maranhão, do plutocrata Maranhão. Para fazer a reforma agrária? Não. Para fazer baderna, desmoralizando um dos pilares da democracia brasileira, que é precisamente o Congresso Nacional.

Só fica mesmo o nosso registro de que, se for preciso mais luta, vai haver mais luta, para que este País não descarrilhe do caminho democrático, que é o único que pode servir ao seu povo.

Muito obrigado pela tolerância, Sr^a Presidenta.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício nº 0106/2006 – SEN

Brasília, 12 de junho de 2006

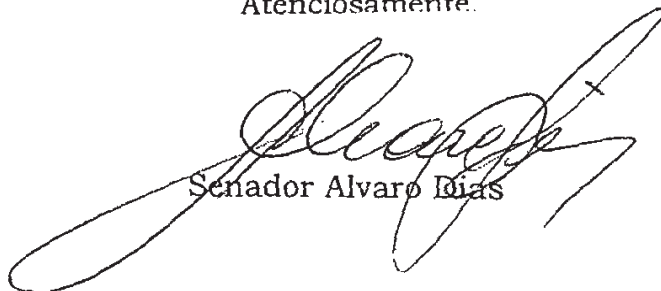
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Compareceu ao meu gabinete, nesta data, o Senhor **RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA**, queixando-se de ter sido vítima de agressão física por integrantes do MLST, quando invadiram essa Casa Legislativa na semana passada, provocando-lhe várias lesões corporais, consoante a documentação anexa.

Em decorrência, a vítima solicita ajuda para se manter durante o período em que ficará afastado de suas funções. Segundo informa, trata-se de trabalhador avulso "**FREE-LANCER**" e, conseqüentemente, não poderá contar com o amparo da Previdência Social, motivo por que indago a Vossa Excelência se a Câmara dos Deputados poderia prestar-lhe algum auxílio.

Na expectativa do inestimável apoio, subscrevo-me, antecipando ao ilustre Presidente meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.



Senador Alvaro Dias

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Aldo Rebelo**
Presidente da Câmara Federal
Edifício Principal
70160-900 – Brasília - DF



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL

CONVOCAÇÃO PARA EXAME COMPLEMENTAR

Referência – Laudo de Lesões Corporais nº 21794/06

Médico Legista Relator Marcus Magalhães

Nome do Examinado Raimundo Nonato Nogueira Franco

⊗ Parça relativa médica

Deve comparecer a este Instituto, para exame complementar:

1ª dia 12 / 12 / 06 às 8 : 30 horas – L. Compl. nº _____

2ª dia _____ / _____ / _____ às _____ : _____ horas – L. Compl. nº _____

Brasília, DF

12 / 06 / 06

Médico Legista

Marcus Magalhães
CRM 8404 - DF

RESULTADO DE EXAMES COMPLEMENTARES

Radiologia

Rx de pé e calcâneo ①

AP e oblíquo

CD: Dita da ECG

A artroplastia

Rx do tornozelo ①
AP/Perfil

RUEH

Roberto Monteiro de A. Silva

Médico

CRM-DF 14563

Outros

Evolução / procedimentos

Conduta:

- Em ordem do Staff: Dr. Roberto Paulo, foi indicado tratamento conservador com talas Bota e imobilização do ar Ambulatório p/ Acompanhamento
- AINHA
- Analgesia
- atenção a via para as hipotermias

Thiago Mont'Almeida Parente
Médico
CRM-DF 14737

DATA / HORA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

HORÁRIO

RESPONSÁVEL

① OF 27C 50mg EV

② 71/20/1 30mg EV

③ Dipirona 2mg EV

16:50

17:50

1

x

Staff: Dr.

Roberto Paulo

Voltar a ser acompanhado

atendido 30 dias

Thiago Mont'Almeida Parente
Médico
CRM-DF 14737

+ Staff: Dr. Roberto Paulo

fora enviado a mãe para a liberação da
carga no ambulatório



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

Nome:

Kaimondo Nomato N. Kaimondo		Reg.:
-----------------------------	--	-------

Reg.:

Unid. de Saúde:

Clínica:



Ambulatório



Emergência

UTO - ABDF

Atento para o devido fim que
o present necessita de 30
trinta dias de repouso.

CD. 5920

"O FUMO FAZ MAL À SUA SAÚDE E À DOS OUTROS"

Data:

06 06, 06

De: [illegible] Pivotti
Visto
CRM-DF 13822

Assinatura e Carimbo

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

Nome: <u>Raimundo Nonato Nogueira</u>		Reg.:
Unid. de Saúde:	Clínica: ☐ Ambulatório ☐ Emergência	
<u>N.º 1000</u> ① <u>Nimulid 100mg</u> ————— 1 CX Tomar 1 comprimido a 12 ~ 12 horas p/sim ② <u>Paracetamol 750mg</u> ————— 1 CX Tomar 1 comprimido a 6 em 6 horas <i>Raimundo Nonato Nogueira</i> Médico CRM 14737 "O FUMO FAZ MAL À SUA SAÚDE E À DOS OUTROS"		
Data: <u>06/06/06</u>	Assinatura e Carimbo	



DAY 2

VANDALISMO

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, quarta-feira, 2 de junho de 2005 •

Segurança sofre

2002-01-01
01-01-2002

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

(9)
... ..
... ..
... ..

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

1. The first part of the report is a general
 statement of the purpose and scope of the
 study. It is followed by a brief review of the
 literature on the subject.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

CONFIDENTIAL

1. The first step is to identify the problem. This involves understanding the situation and the goals that need to be achieved.

(b) ...

12-11-1964

lo Departamento Med
los Diputados, a maior
ories: nulo: a por 8

Nonato Nogueira Franco transferido para o Hospi-

transféré pour le respi

[illegible]

Sugarcane, *Saccharum officinarum*, Linn. f. et
Syntherisma a. *Syntherisma*, in *Syntherisma*
 Hb. n. n. n. 180. n. n.

1900

8
CA

(The following information was obtained from the records of the Department of Social Services, New York City, dated 10/1/68.)

1. *Chrysomelidae*
 2. *Chrysomelidae*
 3. *Chrysomelidae*

Authenticity: The author's name and title are clearly visible on the document.

TAK

John D.

Nilton, que é major do Corpo de Bombeiros, avalia o fato como um acidente. Pelo carro que a mãe levava com ela.

...ode sofrer esse tipo de provação. Ficamos triste que esse fato tenha culminado

um um, acidente envolvendo ele. vamos

...and the

...the ... of ...

...the

Abstract

disposizioni, e che, per conseguenza, non si può avere
più che un solo principio di verità, e che, per
consequenza, non si può avere che un solo principio di verità.

[illegible][illegible]

tor nozelo que torce e levanta milhares pelo menos nos próximos meses.

Entre os feridos que passaram pelo

Departamento Médico da Câmara dos



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA DELEGACIA DE POLÍCIA - 02ª DP
SOLICITAÇÃO DE EXAME AO IML

MEMORANDO Nº.6432/2006-02ª DP

Brasília, DF, 10 de Junho de 2006

Do(a): Delegado(a) da Segunda Delegacia de Polícia - 02ª DP

A(o): Diretor(a) do IML/PCDF

Assunto: Solicitação de Exame ao IML

Referente Ocorrência Policial Nº: 8300/2006

Apresento a Vossa Senhoria a pessoa abaixo qualificada, a fim de que a mesma seja submetida ao seguinte(s) exame(s): *-TER SIDO AGREDIDO FISICAMENTE.*

Nome: *RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA*

Data de Nascimento: *14/07/1963*

RG: *5717374*

Estado Civil: *SOLTEIRO(A)*

Profissão: *Fotógrafo, em geral*

Naturalidade: *BELEM*

Pai: *HILDO GOMES DE FRANÇA*

Mãe: *TEREZA DE JESUS NOGUEIRA*

Endereço Residencial: *SMPW Q. 25, CONJ. 04, LOTE 18, PARK WAY-DF*

Data do Evento: *06/06/2006 às 15:10 h*

Sexo: *M*

Órgão Expedidor: *SSP-/DF*

Grau de Instrução: *2º GRAU*

Nacionalidade: *BRASILEIRA*

UF: *PA*

Flagrante: *Não*

Em virtude de: *-ECD DE LESÕES CORPORAIS.*

Outrossim, solicito que os respectivo laudo seja enviado à esta Delegacia logo que esteja concluído.

Documento do paciente ou do condutor deverá ser apresentado.

Atenciosamente,

Delegado(a) de Polícia





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE Ocorrência POLICIAL
Segunda Delegacia de Polícia
Ocorrência Nº: 8.300/2006-0

Página: 3/

AUTENTICAÇÃO

Agente: 35.886-X - ANDERSON RODRIGUES MELO DA SILVA
Delegado Chefe: 34.902-X - ANTONIO COELHO SAMPAIO
Delegado de Plantão: 77.215-1 - ANDRE LUIS DA COSTA E LEITE

DESPACHO

Delegado: 34.902-X - ANTONIO COELHO SAMPAIO
-A SICMENOR PARA APURAR.



*** NÃO HOMOLOGADA ***





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Segunda Delegacia de Polícia

Ocorrência Nº: 8.300/2006-0

Telefone: 0XX8196358622
CPF: 253.722.034-04
Gravidade das Lesões: Ignorada

Nome: MLST-MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRAS
Envolvimento: AUTORIA CONHECIDA.
Alcunha: 0
Nacionalidade: BRASILEIRA
Sexo: Ignorado.
Gravidade das Lesões: Ignorada



OBJETOS ENVOLVIDOS

Vinculado a: RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA
Tipo: OBJETO PESSOAL **Situação:** OUTROS
Objeto: -UMA CAMERA FOTOGRAFICA, MARCA CANON, MARCA NÃO INFORMADA, COM UM FILME DE 36 POSES.
Tipo: OBJETO PESSOAL **Situação:** OUTROS
Objeto: -UMA MAQUINA FOTOGRAFICA, MARCA PENTAX, MODELO NÃO INFORMADA, UM FILME COM 36 POSES.
Tipo: OBJETO PESSOAL **Situação:** OUTROS
Objeto: -12 FILMES A SEREM REVELADOS COM 36 POSES, DENTRO DE UMA BOLSA PARA TRANSPORTAR CAMERAS FOTOGRAFICAS.

HISTÓRICO

COMPARECEU A ESTA D.P., A PESSOA DE RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA INFORMANDO QUE EM DATA, HORA E LOCAL MENCIONADOS, QUE É REPORTER-FOTOGRAFICO AUTONOMO E ENCONTRAVA-SE NA CAMARA DOS DEPUTADOS QUANDO OCORREU A INVASÃO DE UM GRUPO DE PESSOAS QUE SE DIZIAM SER DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA, QUE TINHA COMO LIDER O SENHOR BRUNO COSTA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, SENDO QUE ESTE FOI AUTUADO EM FLAGRANTE NO DIA 06/06/2006 CONFORME OCORRÊNCIA 8102/2006. ACONTECE QUE O COMUNICANTE ESTAVA TIRANDO FOTOS DA INVASÃO QUANDO FOI ABORDADO POR UM GRUPO PESSOAS DO SEXO MASCULINO QUE PARTIRAM PARA SUA DIREÇÃO E PASSARAM AGREDI-LO COM SOCOS E PONTA-PÉS, PEGANDO AINDA AS DUAS CAMERAS FOTOGRAFICAS E SUA BOLSA CONTENDO AINDA 14 FILMES COM 36 POSES, MANDANDO NA PAREDE LATERAL NO INTERIOR DA CAMARA DOS DEPUTADOS, DANIFICANDO AS CAMERAS E TODO MATERIAL DESCRITO EM CAMPO PROPRIO. DISSE AINDA QUE FOI SOCORRIDOS JUNTAMENTE COM OUTRAS VÍTIMAS LESIONADOS DURANTE A INVASÃO PELO CBMDF A UTE NÃO INFORMADA QUE O CONDUZIU A HBDF, ONDE FOI ATENDIDO E MEDICADO, DEU ENTRADA APRESENTANDO DIVERSAS ESCORIAÇÕES PELO CORPO E TEVE AINDA NO TORNOZELO DO PÉ DIREITO FRATURADO, SENDO AINDA ORIENTADA PELO MÉDICO DR. OBERDAN RIGOTI E PELO DR. THIAGO MONT ALVENE L. PARENTE QUE FICASSE 60 DIAS DE REPOUSO, ATENDIDO ATRAVES DA GAE NRº 757229. DIANTE DA SITUAÇÃO NÃO COMPARECEU ANTERIORMENTE NESTA DELEGACIA DE POLICIA PARA REGISTRAR O FATO VINDO SOMENTE NESTE DIA A REGISTRA-LÓ.
-INFORMO AINDA QUE A VÍTIMA/COMUNICANTE FOI ENCAMINHADO AO IML SOB MEMORANDO NRº6432/2006.
-INFORMO AINDA QUE SEGUE COPIA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO.



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Segunda Delegacia de Polícia

Ocorrência Nº: 8.300/2006-0

IDENTIFICAÇÃO

Tipo

CRIMINAL

DP Circunscricional

Segunda Delegacia de Polícia

DADOS BÁSICOS

Natureza da Ocorrência: LESAO CORPORAL, DANO.

Data da Comunicação: 10/06/2006 às 14:41 Origem da Comunicação: PUBLICO

Data do Fato: Entre 06/06/2006 às 15:10 (Terça-Feira) e 06/06/2006 às 15:15 (Terça-Feira)

Endereço do Fato: CAMARA DOS DEPUTADOS ANEXO II, ASA NORTE.

Cidade / UF: BRASÍLIA / DISTRITO FEDERAL

Praticado por menor: Ignorado

Gravidade das Lesões: Ileso

Veículo Examinado: Não

CONDIÇÕES LOCAIS - CRIMINAL

Tipo Local: Descrição Local: ORGÃO PÚBLICO

Objeto/Meio Empregado: FORÇA FÍSICA, AMEAÇA.

PESSOAS ENVOLVIDAS

Nome:

RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA

Envolvimento:

COMUNICANTE, VITIMA.

Pai:

HILDO GOMES DE FRANÇA

Mãe:

TEREZA DE JESUS NOGUEIRA

Nacionalidade:

BRASILEIRA

Naturalidade: BELEM / PA

Data de Nascimento:

14/07/1963

Idade:

42 anos.

Sexo:

Masculino.

Identidade:

5717374

Órgão Expedidor/UF: SSP- / DF

Grau de Instrução:

2º GRAU

Estado Civil:

SOLTEIRO(A)

Profissão:

Fotógrafo, em geral

Órgão/Empresa:

AUTONOMO - FREE LANCER

Cargo/Função:

FOTOGRAFO-REPORTER

Endereço:

SMPW Q. 25, CONJ. 04, LOTE 18, PARK WAY-DF

Telefone:

91327435

Endereço:

SMPW Q.25, CONJ.04, LOTE 18 , PARK WAY - DF

Telefone:

91327435

CPF:

178.325.602-82

Gravidade das Lesões:

Ignorada

Nome:

BRUNO COSTA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Envolvimento:

AUTORIA CONHECIDA.

Alcunha:

0

Pai:

FERNANDO JULIO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Mãe:

GIZELIA COSTA ALBUQUERQUE MARANHÃO

Nacionalidade:

BRASILEIRA

Naturalidade: PALMARES / PE

Data de Nascimento:

09/01/1940

Idade:

66 anos.

Sexo:

Masculino.

Identidade:

428456

Órgão Expedidor/UF: SSP- / DF

Estado Civil:

CASADO(A)

Órgão/Empresa:

ENGENHEIRO-AUTONOMO

Endereço:

RUA SAMUEL DE FARIAS NRº 104, APT. 701 CASA FORTE-PE





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA**

TERMO DE DECLARAÇÕES de RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA, que apresentou a CIRG nº 5717374 – SSP/PA, na forma abaixo:

Aos treze (13) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e seis (2006), às 13h12, neste Distrito Federal e na Sede do Coordenação de Polícia Judiciária do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados (Edifício Anexo I, Térreo, sala T-09), perante o Dr. Alber Vale de Paula, Diretor respectivo, comigo Escrivão “ad hoc”, ao final assinado, compareceu RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA, brasileiro, solteiro, nascido aos 14.07.1963 na cidade de Belém -PA, filho de Ildo Gomes de França e de Tereza de Jesus Nogueira, residente e domiciliado na SMPW Quadra 25, Casa 03, Lote 09 - DF, telefone 3338.8306 (público)/91327435. Aos costumes disse nada. Prestado o compromisso legal de dizer a verdade, sem impedimento, e inquirido pela autoridade, **RESPONDEU:** QUE trabalha na Câmara como fotógrafo autônomo; QUE no dia 06.06.2006 por volta das 15h10 estava no Anexo II da Câmara; QUE em dado momento adentraram àquele anexo um grupo muito grande de manifestantes do MLST que agia de maneira extremamente agressiva; QUE o grupo quebrava tudo o que encontrava pelo caminho; QUE os manifestantes jogaram pedras sobre todos os que estavam na portaria do Anexo II; QUE o declarante testemunhou quando os citados manifestantes viraram um veículo e tentaram jogá-lo sobre a portaria e os policiais que lá se encontravam; QUE alguns de seus membros dirigiram-se até o declarante e puxaram uma máquina fotográfica Canon do declarante e bateram com a mesma na parede; QUE o declarante pegou outra máquina fotográfica, desta feita Pentax e os manifestantes tornaram a tomá-la e voltaram a bater a mesma na parede; QUE em ato contínuo, alguns pegaram a bolsa do declarante e correram com ela; QUE a bolsa continha doze filmes fotográficos a revelar ; QUE o declarante tentou reagir a agressão e ao furto de sua propriedade e foi empurrado de uma altura de aproximadamente três metros de altura, vindo a chocar-se no chão com os pés; QUE a queda da altura citada provocou varias fraturas do tornozelo e pé direito



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA**

do declarante; QUE nesse momento devido a dor o declarante foi socorrido por transeuntes que o socorreram e chamaram o Corpo de Bombeiros que transportou o declarante; QUE o declarante faz questão de juntar a sua declaração Atestado Médico do Dr. Oberdã Rigote de (60) sessenta dias de afastamento e uma Guia de Atendimento do Hospital de Base; QUE o declarante foi encaminhado ao IML para exame de Corpo de Delito; QUE o declarante foi convocado para um exame complementar no IML no dia 17.12.2006. E mais não disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a ser consignado, é encerrado o presente que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Autoridade:

Declarante:

Escrivão "ad hoc":

Três linhas horizontais com assinaturas manuscritas. A primeira linha (Autoridade) contém uma assinatura curta e legível. A segunda linha (Declarante) contém uma assinatura longa e decorativa. A terceira linha (Escrivão "ad hoc") contém uma assinatura curta e legível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

TERMO DE REPRESENTAÇÃO

OP nº. 284A/2006

Aos treze (13) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e seis (2006), neste Distrito Federal e na Sede do Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados, (Edifício Anexo I, Térreo, Sala T09), onde se achava presente o Dr. Alber Vale de Paula, Diretor da Coordenação de Polícia Judiciária, comigo Antonio Carlos Croner de Abreu, Escrivão "ad hoc" a seu cargo e ao final assinado, compareceu **RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA FRANÇA**, devidamente qualificado na OP em epígrafe, para **REPRESENTAR CRIMINALMENTE contra o Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST**, em virtude dos fatos narrados na OP mencionada. Nada mais havendo, é lavrado este termo, devidamente assinado pela Autoridade, pela Vítima e por mim, Escrivão "ad hoc", que o lavrei.

Autoridade Policial: _____

Vítima: _____

Escrivão "ad hoc": _____

Ofício nº 079/06-GLPSDB

Brasília, 14 de junho de 2006.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício de V. Ex^a de nº 245/2006-CN, de 14.06.06, e de acordo com as vagas destinadas ao PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, venho indicar a seguinte composição para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "para apurar as denúncias envolvendo a 'Operação Sanguessuga', realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde":

TITULARES

Arthur Virgílio
Sérgio Guerra
Juvêncio da Fonseca

SUPLENTE

Alvaro Dias
Papaléo Paes
Leonel Pavan
João Batista Motta

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento. Depois, será a vez do Senador Heráclito Fortes, que está regularmente inscrito; e, posteriormente, falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 14 DE JUNHO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PF – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sr^{as} e Srs. Senadores, ando muito preocupado, porque o povo brasileiro está começando a perder a capacidade de se indignar com as coisas. Estamos vivendo um período de anestesia coletiva.

A **Primeira Leitura** de hoje noticia a ida do Presidente Lula ao Rio de Janeiro, Senador Arthur Virgílio, para o lançamento de pedras fundamentais em duas obras: uma é o pólo petroquímico que vai ser instalado pela Petrobras em Itaboraí. E pasmem V. Ex^{as}: a Petrobras não comprou nem sequer o terreno. Atitude criminosa da Petrobras, Sr^a Presidente. É preciso que se tomem medidas contra isso.

Em seguida, o Presidente também lançou a pedra fundamental do Centro de Inteligência de São Gonçalo, que é um instituto profissionalizante para o setor de petróleo. Recebeu ampla cobertura, e a matéria diz que a pressa em fazer isso é porque, a partir do dia 30 de junho, a Lei Eleitoral proíbe.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, tenho lido aberrações do tipo “o Presidente Lula esteve na cidade tal para inaugurar o início das obras...”. É uma piada, e com todas essas situações defeituosas que V. Ex^a aqui arrola tão bem. Pergunto se é difícil respeitar

as pessoas que formam a opinião pública brasileira. Pergunto que valia tem alguém, porventura, se manter no poder com toda essa ilegitimidade, desse jeito, se é que vai se manter no poder, porque duvido muito que resista a um confronto efetivo. Estão inventando um processo de deseducação do povo brasileiro. Dizem assim: “Ah, o Presidente Lula vence as eleições; denúncia de corrupção não pega nele”. Que conversa fiada é essa, Senador? Claro que pega. Tanto pega que ele esteve lá embaixo, depois melhorou, porque as CPIs acabaram, ou seja, pega. Tanto pega que perdeu todos aqueles pontos. Vamos, então, voltar para o que poderiam ser as nossas melhores tradições republicanas. Se alguém, falando sobre o Gasoduto Coari-Manaus, disser que foi a inauguração do pingô de solda... Inauguração do início da obra... Isso é piada! Você inaugura um gasoduto funcionando e ofertando luz barata para a economia e para melhora da vida das pessoas. Você não inaugura pingô de solda. Isso é piada, é desrespeito absoluto. E, mais do que ninguém, eu sei como aquilo está atravancado, porque o dinheiro que está lá eu o coloquei, enfrentando o Governo, obstaculizando, por três semanas, a votação do Orçamento da União. Eu sei. E não dá para nada o dinheiro que lá coloquei. Aquilo só dá para o pingô de solda mesmo. Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vai ver que desse pingô de solda, a esse preço, tem uma parte para o mensalão. É a conclusão a que se pode chegar, Senador Arthur Virgílio.

Pois bem, o que a Petrobras fez foi um ato criminoso! E cabe a quem tem ação dessa empresa tomar providências, porque, se você lançar uma pedra fundamental em um Município onde não comprou terreno, é evidente que o preço dos imóveis subirá. E o que já se começa a comentar por aí é que a compra do terreno é uma compra de cartas marcadas, para que o preço superfaturado dê gorduras para as movimentações eleitorais da próxima campanha. É inadmissível que o Presidente da República, usando a estrutura dos aviões, dos helicópteros, se desloque para uma inauguração virtual.

Minha gente, a Petrobras é uma empresa que tem de prestar contas das suas atitudes. Onde está a CVM, Senador Arthur Virgílio, que não cobra uma posição? Ela está engajada, infelizmente. Duvido que a CVM se manifeste ou tome providências com relação a isso. Não toma não! É a anestesia que está tomando conta, infelizmente.

Senador Arthur Virgílio, morreu sábado passado, em São Paulo, em circunstâncias misteriosas, mais um prefeito do PT. Agora, foi o Prefeito de Monte Alto, na região de Ribeirão Preto, Gilberto Morgado. Ele estava hospedado num hotel na Alameda Lorena, nos Jardins, e caiu do 23º andar. O Partido dos Traba-

lhadores apressou-se em dizer que foi suicídio, mas a mulher do prefeito alerta para o fato de que ele vinha recebendo, há algum tempo, ameaça de morte, porque denunciou esquema envolvendo a empresa Leão & Leão no seu Município, na Administração anterior à dele, na questão de lixo hospitalar.

É grave, Senador Arthur Virgílio, esse fato. E eu não vi nenhuma comoção por parte do Partido dos Trabalhadores. Antigamente, ele pranteava os seus mortos, mas hoje trabalhou para que o fato passasse despercebido.

É preciso, Senador José Agripino, que esse fato seja acompanhado de perto pela Polícia Federal. A coluna de hoje, 14 de junho, da Miriam Leitão dá a seguinte notícia:

O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, receberá relatório do setor de inteligência da Polícia Federal sobre a morte do prefeito petista de Monte Alto, no interior de São Paulo, Gilberto Morgado. O Presidente Nacional do PT cobrou uma investigação para o caso. Morgado morreu ao cair do 23º andar de um apart hotel em São Paulo. A hipótese provável é de suicídio. Ao assumir a prefeitura, ele denunciou irregularidades em contratos do lixo com a empresa Leão & Leão, e sua família vinha recebendo ameaça de morte.

Senadora Heloísa Helena, é a terceira coincidência envolvendo prefeitos do Partido dos Trabalhadores e a terceira coincidência em que, por trás disso, está jogo e lixo. Pelo que foi apurado, Senador José Agripino, na CPI dos Bingos, há uma conexão entre as empresas. Lixo, bingo e transporte coletivo formam um tripé no qual vários Municípios governados por petistas se respaldaram e se basearam para formar os seus caixas dois.

Nunca me esqueço, Senadora Heloísa Helena, de que, no começo do Governo, quando o Waldomiro era chamado lá na Câmara de Ministro, apareceu aqui no Senado projeto de regularização de jogos. Após a queda do Waldomiro, apressaram-se em tirá-lo da pauta, mas os Anais estão aí para registrar a apresentação do projeto a que me refiro.

Esse caso da morte do prefeito de Monte Alto merece de todos nós um acompanhamento mais próximo, porque, nesse caso, o Partido joga com a distância entre o fato e a apuração. Ganha tempo, porque o tempo ajuda a destruir provas, a diminuir a comoção e fazer com que as pessoas esqueçam detalhes sobre o fato.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª está abordando um assunto que até poderia causar-nos algum constrangimento, mas somos obrigados a tratar dele, porque temos de passar a limpo fatos que nos chegam. Ou fazemos cara de paisagem, ou enfrentamos o fato, denunciemos, investigamos, até pelas ilações. V. Exª se referiu às três coincidências e não as citou. Vou ousar me antecipar. V. Exª deve estar se referindo ao caso de Celso Daniel, que foi supostamente assassinado. Entre os suspeitos, encontra-se o Sr. Sombra. Não sei se V. Exª presenciou o depoimento da servidora doméstica, uma senhora modesta, humilde, que esteve na CPI dos Bingos e falou um bocado de verdades, que viu que o Sombra freqüentava o sítio, ou a quinta, ou a casa de luxo em Cuiabá, do Comendador Arcanjo, e de lá saía com mala de dinheiro, lavava dinheiro. O Sombra teria arquitetado o sequestro e a morte do prefeito Celso Daniel, conforme suspeitam – não sou nem eu, nem V. Exª – os irmãos dele. Quem era Celso Daniel? Era Prefeito do PT. Coincidência. Toninho. Quem era Toninho? Era o Prefeito de Campinas. De onde? Do PT. Quem é o Sr. Jack? Curioso como a servidora doméstica que veio aqui na CPI dos Bingos disse que viu o Sombra – e viu o Okamoto também – na casa do rico Arcanjo, o Sombra, que arquitetou o assassinato de Celso Daniel. O Jack é um funcionário modestinho de um bingo de Campinas, que ouviu bingueiros de Angola e pessoas arquitetando o assassinato de Toninho de Campinas. Por que razão? A razão era sempre a mesma: propina. Descoberta de propina, descoberta de jogo, tráfico de influência nas prefeituras do PT para tirar dinheiro – para que fins, só Deus sabe como! Aí vem Monte Alto. Foi notícia um dia só e não foi mais. Em muito boa hora, V. Exª está trazendo aqui a ilação do caso do Prefeito de Monte Alto, que se supõe ter-se suicidado, pelo fato de ter denunciado supostas – supostas! – falctruas praticadas com a Leão&Leão. É sempre transporte coletivo, lixo, informática, bingo. É sempre isso! E aí se produz o assassinato, pela via do suicídio, de mais um prefeito. Tudo isso motivado pelas ações de prefeitos ou de titulares do Poder Público do Partido dos Trabalhadores. Veja o nosso PFL: V. Exª foi prefeito de Teresina, e eu fui Governador do Rio Grande do Norte e Prefeito de Natal. Quantos prefeitos e governadores o PFL tem? Cadê os toninhos? Cadê os celsos daniéis? Cadê os prefeitos de Monte Alto do PFL? Não. Os celsos daniéis, os okamottos, as vinculações com os arcanjos são com essa turma do PT. Turma do PT que, além de produzir os waldomiro, os gushikens, os zés dirceus, os paloccis, também produz fatos escabrosos como o que V. Exª está levantando com muita coragem, e eu tomo a iniciativa de lhe apartear, para lembrar que esse Partido dos Trabalhadores é muito bom no *marketing*, na propaganda, na promessa, e parece ser

muito bom no tráfico de influência, na obtenção, por vias ilícitas, de dinheiro; e parece que tem envolvimento sério em casos de perda de vida de titulares seus que terminam assassinados. É preciso investigar isso tudo, Senador Heráclito Fortes, e V. Ex^a, em muito boa hora, nesta quarta-feira, véspera de feriado, às sete e pouco da noite, relembra esse fato para que aqueles que nos assistem e nos ouvem pela TV Senado possam fazer a sua reflexão sobre o Governo que nos governa e o partido desse Governo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Agripino, Líder do meu Partido, o cinismo com que o Partido dos Trabalhadores aborda alguns assuntos é de estarrecer qualquer um. O Senador Arthur Virgílio – e eu disse a ele que vou citá-lo no pronunciamento e vou dizer agora o porquê – trouxe, no seu pronunciamento aqui, um fato que me chamou muito a atenção, porque ouvi ontem, numa roda petista, que é exatamente sobre aquela invasão, feita de maneira premeditada, na Câmara dos Deputados.

Ontem, ouvi um petista dizer que todo o desgaste que o PT sofreu, Senadora Heloísa Helena, era bem menor do que se tivessem deixado se fazer aqui, nas duas Casas, a comemoração de um ano do “mensalão”, a lamentação; que o desgaste era bem menor, e que era mais fácil explicar à opinião pública do que aquilo. Engraçado! Ouvi aquilo e achei estapafúrdio ser dito. Agora, V. Ex^a trata do mesmo assunto e levanta a mesma suspeita, o que nos faz, Senador Arthur Virgílio, não termos mais dúvidas.

Aliás, a técnica implantada e que está sendo colocada em prática pelo PT no momento é a seguinte: quando alguém acusa um integrante do Partido, eles se defendem, dizendo que estão sofrendo patrulhamento, e que o patrulhamento é inadmissível. Quando querem se ver livres de um adversário, eles usam uma técnica nova, Senadora Heloísa Helena – prepare-se: radioativizam o adversário. As pessoas passam a correr de qualquer cidadão contaminado por radioatividade. Então, Senador Arthur Virgílio, é a tática que eles estão adotando. Elegem-no adversário e, aí, começam a denunciá-lo, a tentar isolá-lo – e V. Ex^a foi vítima de uma dessas tentativas –, exatamente para fazer com que a sociedade descredite nas suas denúncias e nas suas boas intenções.

A coisa é grave, porque esse trabalho – e nós temos exemplos concretos – foi feito com o caseiro. O caseiro foi vítima dessa tentativa, dessa orquestração, bem como a família de Celso Daniel e seus irmãos. Começaram a dizer que eram loucos. O ex-dirigente do PT também foi vítima. Com um por um dos militantes ou dos cidadãos brasileiros que têm coragem de fazer denúncias, sistematicamente, eles usam essa tática. E usam até – numa linguagem para se entender – colocar césio 137 no acusador. Estou lembrando aquele triste

episódio de Goiânia, em que pessoas sofreram sérios problemas e, contaminados, passaram a contaminação aos que os cercavam. Então, é esta a nova tática: interesse contrariado, é desacreditar. No caso do caseiro, o dinheiro foi de parlamentares, e por aí afora.

Mas essa tática, Senadora Heloísa Helena, tem limites de credibilidade. Eu acho que estão gastando, de maneira muito repetida, essas armas de guerra tão bem treinadas pelo Partido dos Trabalhadores.

O que aconteceu aqui na invasão da Câmara é um crime inaceitável em qualquer lugar do mundo, pela maneira como foi feito, pela preparação. E, olha, o inquérito feito pela Polícia Legislativa e que hoje está nas mãos da Polícia Federal precisa ser olhado com detalhes, porque há fatos novos que estão aí que merecem uma atenção melhor.

Senadora Heloísa Helena, corre à boca pequena que, inclusive, uma relação de Deputados foi encontrada e que aqueles Deputados seriam desmoralizados pelos manifestantes se com eles cruzassem no dia. Imaginem aonde essa gente queria chegar, e o risco que esta Casa passou! Era uma lista com doze Deputados.

É preciso apurar. Se provado for, essa coisa é de uma gravidade sem precedentes. Fora as vítimas feitas, que são trabalhadores que estão impedidos de exercer a sua profissão porque, às custas do dinheiro do povo brasileiro, foram instrumentalizados para proceder dessa maneira.

Agora, Senador Arthur Virgílio, o dinheiro que apareceu aí é o dinheiro contabilizado. E o caixa dois? E o caixa dois das invasões? E o caixa dois que é o dinheiro não-contabilizado? Será que não existe também para esse tipo de agitação? Claro que existe, e corre mais fácil.

Senadora Heloísa Helena, a quantidade de garrafas vazias de bebida forte destilada encontradas nas redondezas da Câmara dos Deputados é incalculável. Como eles diziam, era para “pegar pressão”. Pegaram pressão demais. Acho que erraram na dose. Eles devem ter algum líder, algum herói que procuram imitar, mas erraram na dose.

Portanto, quero fazer esses dois registros nesta tarde de hoje, e faço até com tristeza. Eu não gostaria de abordar a morte do Prefeito Morgado, mas acho que esse é um dever nosso, para alertar a população brasileira para esses fatos e para fazer com que as pessoas mais próximas desse episódio e que tenham informações encontrem uma maneira de transmiti-las à Polícia e ao Delegado que faz o inquérito, a fim de, enfim, esclarecer essa situação.

Por incrível que pareça, a solidariedade por parte do PT parece ter ficado restrita apenas ao Senador Eduardo Suplicy, que, por sua formação humana, tem se comportado sempre assim nesses episódios. Quero fazer justiça ao Senador, pois S. Ex^a é o único

que procura a família e que procura esclarecimentos. S. Ex^a já passou por maus momentos no Partido por, em circunstâncias como essa e em casos como esse, querer a verdade.

Portanto, está feito o registro. O Presidente da República, que estava na teleconferência para emitir opinião sobre o estado físico do jogador Ronaldo, poderia ter sido mais solidário com os funcionários que foram atingidos aqui pela violência de seus companheiros e também com a família de um ex-correligionário que morre em circunstâncias misteriosas. Pode-se admitir, Senador Heloísa Helena, a tese do suicídio. Mas em que circunstâncias esse homem se suicidou? Que tipo de pressão vinha recebendo?

Não se quebra sigilo telefônico sem ordem judicial, mas é preciso tomar providências legais visando apurar, nos últimos dois, três, quatro meses, quem telefonava para esse homem, quem atormentava sua vida, quem lhe pressionava. Não podemos mais conviver com crimes dessa natureza, que apresentam o mesmo tipo, a mesma característica, militantes do mesmo Partido, e nenhum deles tem solução.

Era o que tinha a dizer.

A SR. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vâ-

nia e o Sr. Senador Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “A seleção do mensalão”, publicada na revista **Veja** de 31 de maio do corrente.

A matéria mostra que, em época de Copa do Mundo do Futebol, 11 deputados acusados de participar do esquema do mensalão bem que poderiam formar uma verdadeira seleção. Segundo a revista **Veja**, o time contaria com o ex-deputado petista José Dirceu como técnico e com a deputada também petista Ângela Guadagnin como chefe de torcida.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A seleção do mensalão

Na semana em que o Brasil iniciou os treinos para a Copa, a Câmara dos Deputados acabou de escalar os craques da impunidade: o time do mensalão. O último convocado foi Vadão Gomes. Ele foi o 11º acusado de participar do esquema a ser absolvido

José Dirceu

Técnico. Cassado, dá a instruções da arquibancada. Seu auxiliar técnico é Bob Marques

José Mentor

Goleiro. Pega todas as bolas. Só de Valério, foram 120 000 reais

Wanderval Santos

Lateral-esquerdo. O rei da tabelinha. Sacou 150 000 reais e passou adiante

Sandro Mabel

Zagueiro. Não sai da defesa. Jura que não operou o mensalão do PL

Pedro Henry

Zagueiro. Retranqueiro. Nega até hoje ser o chefe do esquema no PP

Roberto Brant

Lateral-direito. Só faz triangulações. Recebeu 100 000 reais de Valério

Romeu Queiroz

Meia-armador. Fominha, levou, sozinho, 450 000 reais

Professor Luizinho

Volante. Acima do peso, joga para o time. Levou 20 000 reais, mas deu tudo ao PT

João Magno

Volante. Insistente na marcação: cinco saques no valerioduto

Vadão Gomes

Meia-armador. Valério diz que ele distribuiu 3,7 milhões de reais

João Paulo Cunha

Atacante. Sua mulher sacou 50 000 reais. Enganou a imprensa, mas fez gol contra

Josias Gomes

Atacante. Mata no peito. Fez, pessoalmente, dois saques de 50 000 reais

Angela Guadagnin

Chefe de torcida. Rebola quando o juiz esquece o cartão vermelho

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria do jornal **Folha de S.Paulo** de 24 de maio do corrente intitulada “Governo demorou para ver a crise rural”.

A matéria destaca a entrevista com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em que afirma que, com dificuldades para cobrir dívidas, setor vive um de seus mais graves momentos. Segundo o ministro, “A demora do governo em olhar para os problemas do

setor agrícola exige, agora, um esforço ainda maior para contorná-los”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA ROBERTO RODRIGUES

Governo demorou para ver a crise rural

Ministro da Agricultura afirma que, com dificuldade para cobrir dívidas, setor vive um de seus mais graves momentos

A DEMORA do governo em olhar para os problemas do setor agrícola exige, agora, um esforço ainda maior para contorná-los, segundo o ministro Roberto Rodrigues. Dólar desvalorizado, custos de produção elevados e investimentos feitos pelos próprios produtores no período favorável da agricultura deixaram para trás um forte endividamento. “Com dificuldades para cobrir as dívidas, a agricultura entrou em uma das mais graves crises das últimas décadas.” (AMARO ZAPALANO)

FOLHA - A agricultura vive de crises cíclicas. Quais os pontos básicos da atual crise do setor?

RODRIGUES - Um deles é o câmbio, que gera o descalçamento de custos entre o plantio e a colheita, e que resulta em perda de renda. Soma-se ao problema o câmbio, o custo de produção em dólar, diesel, fertilizantes, equipamentos e máquinas. Além disso, o setor sofreu de insumos aproveitou o momento positivo da agricultura e fez investimentos vigorosos, e, para amortizar isso, cobrou mais caro.

FOLHA - Então o setor aumentou a margem...

RODRIGUES - É, aumentou a margem. O segundo fator foi a queda dos preços, e aí o câmbio é fundamental. Com o câmbio desfavorável e o crescimento dos custos, vem o terceiro fator, que é o forte endividamento. O produtor aproveitou o bom momento da agricultura e também fez investimentos, mas a custos elevados.

FOLHA - Que outros fatores cooperaram para a crise atual?

RODRIGUES - A seca e a consequente redução da produção. Soma a tudo isso a questão da logística, o volume de recursos insuficiente e a taxa de juros elevada e você tem uma crise de renda na agricultura.

FOLHA - Se o problema maior é o câmbio, o governo tem responsabilidade nessa crise?

RODRIGUES - É difícil dizer que o governo tem culpa. O exagero é da questão monetária: juros altos e o câmbio.

FOLHA - É a responsabilidade do ministro da Agricultura?

RODRIGUES - O ministério vem insistindo com o governo sobre a necessidade de recursos. Em fevereiro de 2005, a Agricultura solicitou R\$ 1 bilhão para a Fazenda. Se tivéssemos colocado aquele recurso para apoiar a comercialização em fevereiro e em março, teríamos dado um sinal para impedir o desastre no nível dos preços.

FOLHA - O dinheiro veio tarde?

RODRIGUES - Veio. Do R\$ 1 bilhão pedido, R\$ 400 milhões foram liberados no final de julho e R\$ 300 milhões no final de novembro (de 2005), quando a comercialização da safra já tinha praticamente passado. Todos os grandes fatores causais da crise agrícola estão fora

do relevante será o seguro rural. Adotaremos medidas mais sensíveis e criaremos um fundo contra catástrofes para ajudar de fato as seguradoras e resseguradoras a acreditar no processo.

FOLHA - De onde virá o dinheiro?

RODRIGUES - Estamos trabalhando com aumentos de limite e de volume. Em 2005, tivemos R\$ 2,6 bilhões de recursos. Neste ano são R\$ 46 milhões. Houve aumento de limite e maior subvenção. Há uma certa resistência das resseguradoras do mundo inteiro no setor depois do furacão Katrina [nos EUA, em 2005] e do tsunami [na Ásia, em 2004]. É fundamental, portanto, que o IRB [Instituto de Resseguros do Brasil] assumam isso.

FOLHA - E o dinheiro para o fundo contra catástrofes?

RODRIGUES - O pontapé inicial tem de vir do Tesouro. Virão depois de prêmios, investimentos de seguradoras e de outras fontes externas.

FOLHA - E a redução de custos, como será feita?

RODRIGUES - Trabalhamos fundamentalmente com redução do tributo sobre insumos e menores tarifas de importação. Essas medidas, no entanto, estão sob análise porque representam ônus para o fisco e problemas [menos recursos] para a Receita Federal.

FOLHA - Até que ponto a crise atual compromete a agricultura nos próximos anos?

RODRIGUES - O comprometimento já é comprovado, como a própria Folha já mostrou. Há queda de área plantada que, se continuar, poderá tirar até 50 milhões de toneladas na produção de grãos. E isso afetará os preços e pode ter reflexo na inflação lá na frente. Mas a preocupação não é só com a queda de área plantada, mas também com a redução do padrão tecnológico. Tudo o que foi conquistado e que permitiu o salto de produtividade pode ser perdido.

FOLHA - O senhor disse que não fica mais no governo. Faça uma avaliação do que foi positivo em seu ministério.

RODRIGUES - Penso que vou deixar algumas coisas. Uma delas é o biodiesel. É uma coisa muito importante para a história da agricultura brasileira e até mundial. Outra, acho que tive um papel importante na gênese do G-20 [grupo de países em desenvolvimento que luta pela abertura da agricultura mundial]. Uma terceira coisa que acho importante foi ter contribuído para a recuperação vigorosa da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária]. A quarta é ter estabelecido no ministério uma visão sistêmica de planejamento estratégico. Além disso, as reformas estruturais (seguro rural) e

novos papéis que nós lançamos também são importantes.

FOLHA - E o negativo?

RODRIGUES - Fiquei 40 anos trabalhando pela agricultura na área privada e levei propostas, projetos e ideias para todos os ministros [da Agricultura] dos últimos 20 anos. De modo que cheguei [ao ministério] com a convicção de que, em seis meses, seria o maior ministro da Agricultura da história do Brasil. Lá resolver tudo e fazer coisas formidáveis. A frustração por não ter conseguido chegar lá é enorme. Tenho uma grande tristeza por não ter conseguido montar um programa de defesa sanitária no Brasil.

FOLHA - O sr. teve responsabilidade pela volta da aftosa?

RODRIGUES - Acho que foi um conjunto de coisas. Acho que o ministério também teve sua parcela de responsabilidade, mas diria que [a parcela de responsabilidade] é menor.

FOLHA - O presidente Lula disse que vê “ceticismo” e ações oportunistas de alguns fazendeiros, principalmente, por causa da época de eleição. O sr. concorda com isso?

RODRIGUES - Achei que foi uma declaração infeliz. Isso foi dito

por pessoas que participaram da reunião com ele. A declaração, se houve, não é generalizante. Mas acho que, em anos de eleição, sempre tem, em todos os setores, gente aproveitando o momento.

FOLHA - Como foi a atuação do ministro nessa crise agrícola?

RODRIGUES - Se tive culpa nesse processo, foi por não ter sido suficientemente convincente, dentro do governo, com as áreas que desejava ter modificado. Não dei de lutar um minuto. Talvez, se culpa tenho, é por não ter sido capaz de transmitir a importância de priorizar a agricultura no rol das atividades do governo.

FOLHA - É uma situação difícil?

RODRIGUES - É sempre uma questão, como todas, que tem dois lados. Primeiro, tenho convicção do que estou fazendo. E, segundo, tenho esperança de que vá conseguir melhorar as coisas. Enquanto a esperança persistir, continuarei meu trabalho. Ainda tenho um resto de esperança.

FOLHA - Para agendar até 31 de dezembro?

RODRIGUES - Dia 25 [amanhã] está aí. Vamos ver o que vem.

memória

Crises no campo são idênticas

DAREDAÇÃO

A cada década, a agricultura se renova, adota novos avanços tecnológicos, aumenta a produtividade, mas, quando surgem as crises, elas têm formato idêntico às anteriores.

A quem acha que os problemas atuais são novos, veja os principais pontos do Congresso Agrícola do Recife, ocorrido em 1878 (1878 mesmo!).

Os problemas apontados foram: falta de crédito, ausência de seguro agrícola, juros elevados, flutuações cambiais, dificuldades de transportes e moralidade do governo. Esses fatores levaram os produtores a protestos — com hoje, 128 anos depois.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci e Okamoto podem ser indiciados pela CPI dos Bingos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de Junho de 2006.

Segundo a matéria, relatório preliminar da CPI dos Bingos concluiu que há elementos para pedir os indiciamentos do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, do chefe-de-gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Alckmin diz que Governo Lula é período das trevas”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 1 de junho do corrente.

HORA DAS CONCLUSÕES

Sabemos dos elementos, mas temos de ver a consistência. Fazer esses pedidos ao Ministério Público é muito sério

GARIBALDIALVES (PMDB)
relator da CPI dos Bingos

Vamos manter a coerência. Tudo que considerarmos fora do objeto da CPI será questionado

IDELISALVATTI (PT)

A matéria comenta o encontro nacional realizado entre o PSDB e o PFL que formalizou a chapa para a campanha presidencial nas próximas eleições. O evento marcou o anúncio oficial da candidatura, com o Senador José Jorge na vice, e a entrega de um documento do PFL com propostas para serem incorporadas ao programa de governo nas eleições. Na oportunidade o candidato Geraldo Alckmin disse que o país viveu um “período de trevas” no campo da ética e referiu-se à gestão do PT como o governo da “turminha” e de doze ministros derrotados.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Palocci e Okamoto podem ser indiciados pela CPI dos Bingos

ADRIANO CEOLIN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Relatório preliminar da CPI dos Bingos concluiu que há elementos para pedir os indiciamentos do ex-ministro Antonio Palocci (Fazenda), do chefe-de-gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, e do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Elaborado por consultores do Senado, o texto foi entregue ontem ao relator Garibaldi Alves (PMDB-RN), que pretende analisá-lo para fazer as considerações finais e apresentá-lo na terça-feira à comissão. “Sabemos dos elementos, mas temos de ver a consistência. Fazer esses pedidos ao Ministério Público é muito sério”, disse Garibaldi.

A bancada governista já definiu sua estratégia. Aceita que os casos envolvendo Palocci, Okamoto e Carvalho sejam mencionados no relatório. Contudo, não permitirá pedidos de indiciamentos contra os três.

“Vamos manter a coerência. Tudo que considerarmos fora do objeto da CPI será questionado”, disse Ideli Salvatti (SC), líder do PT no Senado. Por ter conquistado a maioria recentemente na comissão, os governistas dizem ter força para derrubar o re-

latório de Garibaldi.

Relatório

O relatório abre com citações a Okamoto por conta das denúncias do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau, que o acusou de comandar um esquema de arrecadação de recursos para caixa dois em prefeituras do PT. Okamoto nega as acusações.

Okamoto também será citado por conta da denúncia de que o PT recebeu R\$ 1 milhão para a campanha presidencial de 2002 e será lembrado por conta do pagamento de uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT.

O relatório também avalia que o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, foi um crime político e está relacionado com atos de corrupção. Essa argumentação é usada para fundamentar o pedido de indiciamento do chefe-de-gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Segundo dois irmãos de Celso Daniel, ele teria dito que levava à sede do PT dinheiro arrecadado irregularmente na prefeitura. Carvalho nega.

Antonio Palocci é citado por conta das acusações de corrupção em Ribeirão Preto e também pela violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

brasil

QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2006

Alckmin diz que governo Lula é 'período das trevas'

Ao formalizar aliança com PFL, pré-candidato endurece discurso contra o PT

Para tucano, gestão petista reuniu 12 'derrotados' nos ministérios; FHC, Serra e governadores aliados não foram ao evento em Brasília

CATIA SEABRA
ENVIADA ESPECIAL ABRÁLIA
SILVIO NAVARRO
DA SUCCURSAL DE BRÁSILIA

Em um ato esvaziado das principais lideranças dos dois partidos, o pré-candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, formalizou ontem sua aliança com o PFL, celebrada com um dos mais duros discursos contra o governo Lula desde que decidiu concorrer ao Palácio do Planalto. Em sua fala, disse que o país viveu um "período de trevas": no campo da ética e referiu-se à gestão do PT como o governo da "turminha" e de 12 ministros derrotados nas eleições.

O evento marcou o anúncio oficial da chapa, com o senador José Jorge (PE) na vice, e a entrega de um documento do PFL com propostas para serem incorporadas ao programa de governo de Alckmin.

"Não haverá aparelhamento do Estado, governo para os companheiros, 12 ministérios para os derrotados, governo da turminha. Não. Política, para nós, não é uma luta patrimonialista, tomar o poder para si e para o seu", disse Alckmin.

"No aspecto ético, fomos para o período das trevas, é lambança para todo lado. Há um erro de origem: é o poder pelo poder, e os fins não justificam os meios, até porque, no caso deles, nem fim nobre existe, é simplesmente a luta pelo poder", completou.

Alckmin também criticou di-

versas áreas do governo, como saúde, infra-estrutura e economia, citando a "Operação Sangue-suga" da Polícia Federal e as obras "tapa-buraco" do Ministério dos Transportes.

"Retocedemos na saúde, até ambulância superfaturada, lotados os cargos de um dos ministérios mais importantes", afirmou, em alusão à pasta da Saúde, cedida ao PMDB. "Em infra-estrutura, esmagou-se a capacidade de investimentos —0,4% do PIB—, a única obra é o 'bandeirão', tapa-buraco, condenado pelo Tribunal de Contas. As PPPs não saíram do papel, aliás, acho que a única que saiu foi o 'valeroduto'."

Vice na chapa, José Jorge justificou sua indicação por ser representante da classe média e nordestino. Aproveitou para alfinetar Lula, chamando-o de "nordestino desnaturado".

Anfitrião do evento, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, abriu o encontro defendendo a revisão de um "equivoco", a eleição de "um operário que traiu sua classe, o moralista que presidiu o governo mais corrupto da história".

Apesar do tom dos discursos, o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), deu um toque de bom humor ao brincar com a falta de carisma dos candidatos. Disse que a dupla não era de "nenhum Brad Pitt", em referência ao ator americano.

Esvaziado

O calor do discurso não aplacou o efeito das divergências internas sobre a campanha visíveis nos Estados. Nem mesmo a governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, do PSDB, estava lá. Ela disputa com o PFL local.

Vice-presidente do PFL e em

pé de guerra com tucanos, o prefeito do Rio, Cesar Maia, faltou. Segundo o líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), seu pai só participará da convenção do partido, no dia 14.

Em Brasília para resolver problemas do Estado, o governador de Sergipe, João Alves (PFL), circulava pelo Congresso, mas não pisou no plenário da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, palco do evento. Horas antes, ele protagonizou um ácido diálogo com Tasso.

"Quando você vai receber o Alckmin em Sergipe?", perguntou Tasso. "Marque com o Albano Franco. Ele está financiando o PT lá", reagiu Alves, numa referência ao ex-governador, filiado ao PSDB.

Outra pefelista que ainda não aderiu à campanha de Alckmin é a senadora Roseana Sarney (MA). Enfrentando problemas com o PSDB no Estado, ela também não estava lá.

Cerca de cem parlamentares participaram do ato. Também estavam ausentes os governadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Claudio Lembo (PFL-SP), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-prefeito José Serra, candidato ao governo de São Paulo.

Único governador presente, o tucano Simão Jatene (PA) admitiu ter sentido à mesa por acaso, já que sua ida a Brasília tinha outra finalidade. "Não acho que a presença de governadores aqui signifique alguma coisa. Acho que deve ter havido um problema de comunicação, porque soube [do ato] já aqui."

O coordenador da campanha, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que prefeitos e governadores não foram convidados para o evento.



Não haverá aparelhamento do Estado, governo para os companheiros, 12 ministérios para os derrotados, governo da turminha. Não. Política, para nós, não é uma luta patrimonialista, tomar o poder para si

GERALDO ALCKMIN
pré-candidato do PSDB à Presidência

Fomos para o período das trevas, é lambança para todo lado. Há um erro de origem: é o poder pelo poder, e os fins não justificam os meios, até porque, no caso deles, nem fim nobre existe, é só a luta pelo poder

IDEM

[Deve haver a revisão de um] equivoco, a eleição de um operário que traiu sua classe, o moralista que presidiu o governo mais corrupto da história

JORGE BORNHAUSEN
presidente do PFL

[A dupla Alckmin-José Jorge não é] nenhum Brad Pitt

TASSO JEREISSATI
presidente do PSDB

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem aparelhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Erro de avaliação", publicada no jornal **Correio Braziliense** do dia 29 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Solano Nascimento, destaca que o maior programa de transferência de renda do governo federal, o Benefício de Prestação continuada (BPC), apresenta dois problemas graves: a limitação de renda e as distorções nas avaliações de tipos de deficiência. Esses problemas

acabam comprometendo os resultados do benefício, que deixa de alcançar uma legião de miseráveis espalhados pelo país.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TEM A DO DIA // ÁREA SOCIAL

Maior programa de transferência de renda do governo federal não considera carentes pessoas que ganham R\$ 3 por dia e nega ajuda para pacientes com doenças graves. Problemas criam legião de desassistidos

Erro de avaliação

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

A pesar da fama conquistada por iniciativas como o Bolsa Família e o Fome Zero, o maior programa social do governo em volume de recursos é o pouco conhecido: Benefício de Prestação Continuada (BPC). Direcionado à população com carência extrema, o auxílio vai consumir R\$ 9 bilhões este ano, atinge 2,1 milhões de brasileiros, mas é insuficiente. Por causa da limitação de renda — o benefício só chega a idosos com mais de 65 anos e deficientes de famílias cujos integrantes recebem menos de R\$ 3 por dia — e de distorções nas avaliações de tipos de deficiência, o programa ignora uma legião de miseráveis espalhados pelo país.

A ausência do auxílio aparece entre as paredes de um casebre de 40 metros quadrados em Samambá Norte, onde a chapa de madeira de uma propaganda de telefone celular substitui na porta o vidro que não pôde ser comprado. Ali vive o casal Fran-

cisco e Francisca Azevedo e seus três filhos. A mais velha é Daiane, de 18 anos, que desde bebê sofre de uma deficiência mental mal explicada por médicos, que lhe garante um vocabulário com pouco mais de 20 palavras. Não anda nem come sem auxílio.

Os conhecidos

Como Francisco está desempregado, a renda da família se resume aos R\$ 320 ganhos por Francisca com duas faxinas semanais e ao salário mínimo, de R\$ 350, que o filho Darlison, de 16 anos, consegue com um estágio como menor aprendiz em um banco. O dinheiro é escasso para os remédios de Daiane e insuficiente para pagar um táxi para levá-la a hospitais em suas crises frequentes. Não dá sequer para comprar o necessário para a família comer e vestir. "Graças a Deus a gente tem muitos conhecidos, e um dá uma cesta básica, outro uma roupa usada", se consola Francisca, 35 anos.

Apesar da clara situação de carência e do problema de saúde de Daiane, a família Azevedo

tenta há três anos, sem sucesso, conseguir o benefício do governo. E as perspectivas não são boas. O salário de Darlison e as faxinas de Francisca garantem aos Azevedo uma renda média por pessoa de R\$ 134 mensais, e pela lei o BPC só é dado para deficientes de famílias em que cada integrante não ganhe mais de um quarto de salário mínimo, o que hoje equivale a R\$ 87,50. Ou seja, qualquer família com renda para cada adulto pagar uma única passagem de ônibus por dia e cada criança consumir um único litro de leite diário já não é mais considerada pobre o suficiente para receber a ajuda do governo.

Bem focalizado

É uma pena, pois o programa destinado a idosos e deficientes é o que tem maior potencial de garantir mudança de falsa de renda, já que assegura o ganho mensal de um salário mínimo, bem superior ao de benefícios como auxílio-gás e Bolsa Família. "O BPC é o programa de transferência mais

capaz de retirar as famílias da pobreza extrema e colocá-las em situação bem melhor", afirma Marcelo Medeiros, coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Centro Internacional de Pobreza da Organização das Nações Unidas (ONU). "É o programa que mais alcança os extremamente pobres, pois embora todas as transferências de renda estejam bem focalizadas, o BPC alcança mais os indigentes que o Bolsa Família." Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que metade das famílias com renda per capita de até um quarto do salário mínimo não recebem o BPC nem nenhum outro auxílio do governo.

Há mais de 10 projetos de lei no Congresso para alterar critérios desse benefício, desde os que aumentam a renda per capita de candidatos ao BPC até os que excluem alguns rendimentos familiares do cálculo do limite para concessão. O problema é que as propostas dos parlamentares tramitam há anos à espera de discussão séria e votação.

GIGANTE DESCONHECIDO

**R\$ 9
BILHÕES**

serão investidos este ano no programa

**2,1
MILHÕES**

de pessoas recebem o benefício

37%

dos atendidos pelo benefício de prestação continuada vivem no Nordeste

R\$ 87,50

é o rendimento mensal per capita máximo que a família de um idoso ou deficiente pode ter para conseguir a ajuda

49%

das residências brasileiras com renda per capita inferior a esse limite não recebem nenhum benefício do governo

Só 28%

dos peritos do INSS concedem o auxílio para pacientes crônicos

Fontes: IBGE, Ipea, MDS, ONU e UnB

Subjetividade

Outro problema grave do BPC está na perícia que considera um deficiente apto ou não para o recebimento do benefício. Pelas normas em vigor, o auxílio é dado para pessoas com algum tipo de deficiência permanente que as torne incapazes para o trabalho ou vida independente. A dúvida é o que exatamente isso quer dizer. "Quando o conceito é ambíguo, a ambigüidade leva as pessoas para o campo subjetivo do que seja justo ou injusto, certo ou errado", diz a antropóloga Debora Diniz, que coordenou um estudo sobre o BPC recém-concluído no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

Para a pesquisa, foram entrevistados 16% dos 3 mil peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O levantamento mostrou que só 28% dos peritos acham que o BPC deve ser dado a pessoas com insuficiência renal crônica, mal que enfraquece doentes e os obriga a enfrentarem longas e violentas sessões ligadas a aparelhos de filtragem do sangue. Metade dos médicos não considera um quadro de artrose grave, que resulta em dor aguda, como argumento para conseguir o benefício. "Os peritos têm boas intenções, mas isso não resolve", afirma Debora.

Que o diga Cristiano Alexan-

dre Batista. Aos 24 anos, faz quatro sessões diárias de diálise peritoneal, tratamento que usa um cateter na cavidade abdominal para substituir o trabalho dos rins. A doença o fez deixar há três anos o emprego com telemarketing, e ele nunca mais conseguiu outra contratação. Tentou, sem sucesso, obter o benefício. "O pessoal da perícia diz que eu tenho condições de trabalhar, mas quem dá emprego para alguém assim?", questiona Batista, que divide com o pai desempregado o salário mínimo ganho pela mãe como empregada doméstica.

O INSS se nega a falar sobre o assunto, mas Ana Lígia Gomes, diretora do Departamento de

Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento, Social e Combate à Fome (MDS), pasta responsável pelo programa, afirma que o governo vai baixar um decreto adotando critérios de funcionalidade para as avaliações de deficiência. Ou seja, um tipo de padrão que permita determinar se o candidato ao benefício pode ou não realizar determinadas tarefas. "Isso vai diminuir o grau de diferenciação e arbitrariedade dos peritos", diz a diretora. Faz quase um ano que a mudança na perícia vem sendo estudada pelo governo. Ana Lígia promete que o decreto estará pronto em no máximo dois meses.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo da jornalista Rosa Costa, intitulado “Arcanjo agia para o PT, diz segurança em depoimento”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de junho do corrente.

Em depoimento fechado à CPI dos Bingos o Sr. Joacir das Neves, ex-segurança do Comendador João Arcanjo, disse que a lavagem de dinheiro arrecadado em Santo André para abastecer o caixa 2 do PT era feita pelo então chefe do crime organizado em Mato

Grosso, João Arcanjo. Segundo Joacir, Paulo Okamoto era o interlocutor entre o PT e o Comendador.

Sr. Presidente, solicito que o artigo da jornalista Rosa Costa seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI DOS BINGOS

Arcanjo agia para o PT, diz segurança em depoimento

Rosa Costa
BRASÍLIA

Em depoimento fechado à CPI dos Bingos, o segurança Joacir das Neves disse ontem que a lavagem de dinheiro arrecadado em Santo André para abastecer o caixa 2 do PT era feita pelo então chefe do crime organizado em Mato Grosso, João Arcanjo de Oliveira, o Comendador. Joacir trabalhou para Arcanjo de outubro de 2001 a abril de 2002.

Segundo senadores, ele disse que o prefeito da cidade, Celso Daniel, foi assassinado por pessoas do grupo que extorquia as empresas em proveito do partido porque não concordou em desviar dinheiro do caixa 2 para atender a interesses particulares. Segundo ele, era feito o caixa 2 do caixa 2.

Entre os envolvidos, ele citou o empresário Ronan Maria Pinto, o ex-segurança do prefeito Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e o ex-secretário municipal de Serviços Públicos Klínger Luiz de Oliveira. Joacir disse que, a pedido de Sombra, Co-

mandador indicou José Jesus de Freitas, assassinado em outubro de 2002, para seqüestrar Celso Daniel, mas ele não aceitou a tarefa. O que, segundo relato do depoente reproduzido pelos parlamentares, teria levado Sombra a procurar pistoleiros da Favela do Pântanzinho, em São Paulo.

Joacir foi ouvido pelo Ministério Público, mas não apresentou provas. Ele esteve no programa federal de proteção à testemunha, saiu e agora, segundo o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), quer retornar. Para o parlamentar, o depoimento confirma indícios em poder da comissão de que Celso Daniel foi vítima de um crime encomendado. O segurança identificou Ronan, Klínger e Sombra.

Também foi categórico, de acordo com senadores, quando reconheceu a foto do ex-caixa de campanha de Lula e atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, como um dos interlocutores habituais de Comendador. Disse que o então presidente do PT, José Dirceu, também teria se encontrado com o ex-patrão, conforme ouviu na época, mas que nunca o viu pessoalmente.

No mesmo período, Joacir afirmou que ficou sabendo que Comendador teria se encontrado com alguém de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, que representava o então prefeito da cidade, Antonio Palocci. ●

Okamoto foi apontado como interlocutor de Comendador

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Embora haja muito ainda há a tratar, como não há mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, sexta-feira, dia 16 de junho de 2006, haverá sessão não deliberativa ordinária, a realizar-se às 9 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

Que Deus nos ajude a ter vergonha na cara e amor no coração. Alguns já os têm – eu pelo menos. Espero que a maioria também.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 23 minutos.)

(OS Nº 13655/06)

Agenda do Presidente do Senado Federal

14/06/2006
quarta-feira

-
- | | |
|--------------|---|
| 11:00 | - Ministro Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União e Ministro Valmir Campelo, relator, para entrega do Relatório das Contas do Governo de 2005
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal |
| 11:30 | - Senhor Dalton Pastore, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade - ABAP
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal |
| 13:00 | - Sessão do Congresso Nacional
Plenário do Senado Federal |
| 16:00 | - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada
Plenário do Senado Federal |
| 17:00 | - Solenidade de posse dos Desembargadores Humberto Estácio Soares Martins e Massami Uyeda como Ministros do Superior Tribunal de Justiça
Sala de Sessões Plenárias do Superior Tribunal de Justiça |

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 135 , DE 2006

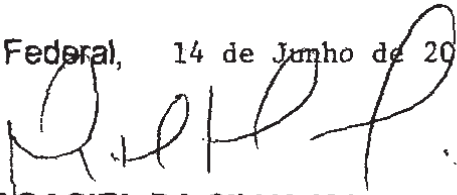
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão de Gestão dos Contratos - COPEGE, sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social, seus órgãos subordinados e Instituto Legislativo Brasileiro - ILB.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de junho de 2006.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1038 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008818/06-1,

RESOLVE dispensar o servidor ADALBERTO DE MENEZES DANTAS, matrícula 41509, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Símbolo FC07, da Secretaria de Pesquisa e Opinião, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC07, do Serviço de Relacionamento Público, da Coordenação de Análise de Notícias, a partir de 06 de junho de 2006.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006



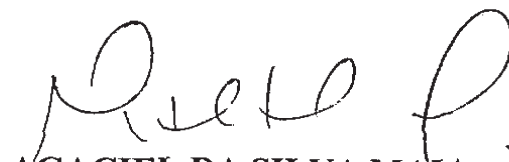
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1039 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009198/06-7,

RESOLVE dispensar o servidor WELLINGTON CARAM JÚNIOR, matrícula 52817, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Coordenador, Símbolo FC08, da Coordenação de Análise de Notícias, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC07, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 12 de junho de 2006.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1040, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009197/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS EDUARDO LOPES NEVES, matrícula 50869, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC07, da Secretaria Especial de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assessor Técnico, Símbolo FC08, da Secretaria TV Senado, a partir de 12 de junho de 2006.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1041, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009196/06-4,

RESOLVE dispensar o servidor JOHN KENNEDY OLIVEIRA GURGEL, matrícula 51254, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assessor Técnico, Símbolo FC08, da Secretaria TV Senado, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC07, do Serviço de Apoio Administrativo, da Secretaria de Pesquisa e Opinião, a partir de 12 de junho de 2006.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006



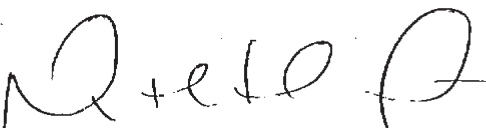
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1042 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009199/06-3,

RESOLVE designar o servidor MARCO ANTÔNIO ARAÚJO MALACHIAS, matrícula 55170, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Coordenador, Símbolo FC08, da Coordenação de Análise de Notícias, a partir de 12 de junho de 2006.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1043 , DE 2006**

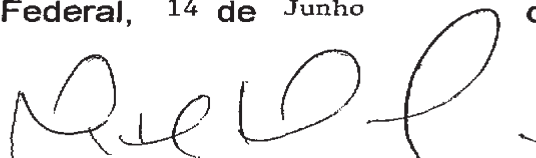
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOSÉ MARTINS GONÇALVES, matrícula nº 26065, e ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELLOS, matrícula nº 32960, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 010475/05-2 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição aos atuais gestores.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1044 , DE 2006**

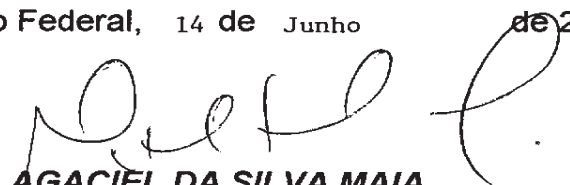
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CÁSSIO MURILO ROCHA**, matrícula nº 52209, e **GIOVANI PEREIRA DO AMARAL**, matrícula nº 50730, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 005206/06-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de Junho de 2006.



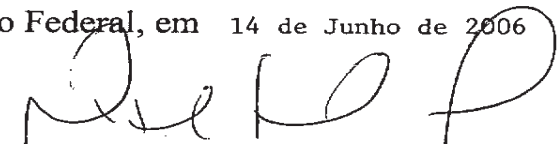
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1045 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009246/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HUGO LEONARDO SOUZA LUZ SANTOS**, matrícula n.º 193267, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-03, do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 14 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1046 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009247/06-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **OVÍDIO DE MELO LIRA**, matrícula n.º 174510, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-06, do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, a partir de 12 de junho de 2006.

Senado Federal, em 14 de Junho de 2006

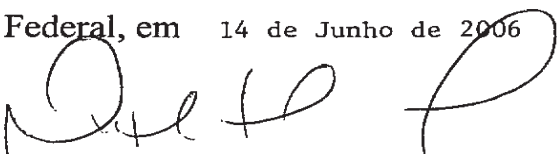

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1047 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.273/06-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FREDERICO AYALA LOW**, matrícula n.º 187668, do cargo, em comissão, de Motorista do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 14 de Junho de 2006

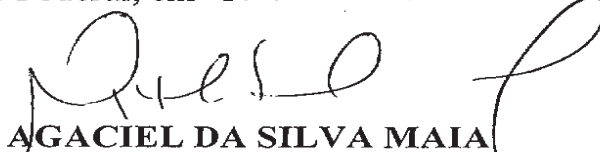

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1048 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.274/06-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DOMINGOS SILVA CERQUEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de Junho de 2006



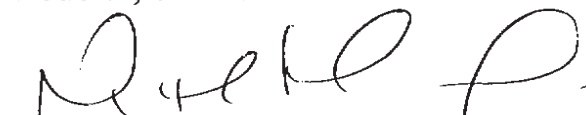
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1049 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos ns. 005784/06-9 e 009180/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WANDERMILSON JESUS GARCÊZ DE AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 14 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS